

Juromenha: A Chave do Guadiana – O Lugar, A Fortificação e o Futuro

Miguel de Carvalho Brilhante

Dissertação de Mestrado em História da Arte

Abril, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História da Arte, área de especialização em Época Moderna, realizada sob a orientação científica do professor doutor Rafael Moreira.

Para a avó Lina, a tia Mila e a minha mãe

Agradecimentos

Ao professor Rafael Moreira, pela sua preciosa orientação mas, principalmente, pelo seu vasto conhecimento no campo da Arquitectura Militar, essencial para a execução desta dissertação.

À professora Margarida Tavares da Conceição por me ter mostrado o que é a Arquitectura Militar.

Aos organismos (Direcção de Infra-Estruturas do Exército e Arquivo Histórico Militar) que me facultaram a indispensável documentação cartográfica dos séculos XVII, XVIII e XIX que complementa este estudo.

À minha avó Lina, a quem devo tudo e a quem dedico esta dissertação.

Ao meu pai, à Tita e à “minha” Maria, por toda a paciência que tiveram comigo ao longo deste percurso e pelo apoio que me deram.

A todos os meus amigos e conhecidos que me acompanharam e ajudaram nesta grande jornada.

A todos vocês, muito obrigado!

Resumo

A Arquitectura Militar enquanto disciplina integrante da História da Arte é um fenómeno recente. É uma área na qual, em Portugal, ainda há muito por descobrir e conhecer.

A presente investigação tem como objectivo estudar a Fortaleza de Juromenha, situada no Alentejo, monumento militar do século XVII, dos pontos de vista histórico e artístico, desde os seus antecedentes até aos dias de hoje, focando-se particularmente na fortificação moderna abaluartada, na história da sua construção, e no papel que desempenhou ao longo da Guerra da Restauração.

A falta de uma monografia sobre a Fortaleza de Juromenha, uma das fortificações de maior destaque na defesa da fronteira do Alentejo durante a Guerra da Restauração, considerada a Chave do Guadiana, motivou a escolha desta fortificação como objecto de estudo para a presente dissertação.

Esse é o principal objectivo desta dissertação, escrever uma monografia sobre a Fortaleza de Juromenha.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitectura Militar, Fortificação, Guerra da Restauração, Alentejo, Juromenha, Cosmander, Nicolau de Langres

Abstract

Military Architecture as History of Art's discipline is a recent phenomenon. In Portugal, it is an area where there is still much to investigate and to know.

The objective of this work is to study the Juromenha's fortress, in Alentejo, military monument from the XVII century, from historical and artistic points of view, since its background to present days, focusing particularly on the modern fortification, the history of its construction, and the role that it played during the Restoration War.

The lack of a monography about the Juromenha's fortress, one of the most important fortifications in the defense of the Alentejo's border during the Restoration War, considered to be the Guadiana's Key, motivated the choice of this fortification as case study for this dissertation.

This is the main objective of this dissertation, to write a monography about Juromenha's fortress.

KEYWORDS: Military Architecture, Fortification, Restoration War, Alentejo, Juromenha, Cosmander, Nicolau de Langres

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I: Contexto geográfico e humano.....	5
Capítulo II: De forte árabe a castelo cristão.....	10
Capítulo III: O castelo e a vila em 1509 segundo Duarte de Armas.....	15
Capítulo IV: A fortaleza da Restauração.....	24
4.1. História.....	25
4.2. Estrutura.....	44
4.3. Uma planta desconhecida do século XVII.....	51
Capítulo V: A visão da cartografia: Juromenha nos séculos XVIII e XIX	56
5.1. Juromenha no século XVIII.....	57
5.2. Juromenha no século XIX.....	66
Capítulo VI: Juromenha no século XX: decadência e futuro.....	77
Conclusão.....	89
Bibliografia.....	92
Referências On-Line.....	96
Lista de Ilustrações.....	97

Introdução

“A resposta aos problemas postos pela pirobalística abre uma nova era, em que o progresso tecnológico corresponde a inovações construtivas e à transformação dos conceitos espaciais: leva-nos a passar da castelologia, que estuda as obras fortificadas medievais numa perspectiva sobretudo arqueológica, para a arquitectura militar, que se ocupa da fortificação moderna sob os pontos de vista histórico, funcional e estético, só desde há pouco aceite como uma disciplina plenamente integrada na história da arte.”¹

O estudo da Arquitectura Militar em Portugal, enquanto disciplina integrante da História da Arte, é um fenómeno recente, com pouco mais de 30 anos. É um vasto campo de investigação onde ainda há muito para explorar, descobrir e conhecer. Portugal é um país com uma história militar riquíssima e que conserva ainda grande parte do seu espólio no que a estruturas militares diz respeito – castelos e fortalezas -, monumentos que desempenharam um importante papel na história da fundação da nacionalidade portuguesa e na defesa de um dos países mais antigos da Europa. Felizmente, é uma área à qual se tem dado mais relevo e que tem sido mais estudada nos últimos anos mas ainda há muito trabalho por fazer, sobretudo no que diz respeito ao período da Guerra da Restauração.

Durante o período compreendido entre 1640 e 1668, Portugal foi o *“mais activo campo de experiências fortificativas em toda a Europa.”²* *“Essas fortificações constituem a parcela pior conhecida da arte portuguesa do século XVII, mas uma das mais importantes também, quer pelo seu quantitativo global – não erraremos se afirmarmos que durante esse período se construiu maior cubagem de obras militares que da restante arquitectura erudita, num esforço financeiro impressionante (2 milhões de cruzados em 1641, ou seja, 60% das receitas do Estado), que não pôde deixar de ter forte impacte sobre a estrutura da procura interna -, quer pelo significado que assume enquanto elemento de uma verdadeira revolução epistemológica. Sob o ponto de vista*

¹ Moreira, Rafael, “A Arquitectura Militar”, In, “História da Arte em Portugal – O Maneirismo”, Vol. 7, Edições Alfa, Lisboa, 1986, pág. 138

² Moreira, Rafael, “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, In, “História da Arte em Portugal – No Limiar do Barroco”, Vol. 8, Edições Alfa, Lisboa, 1986, pág. 67

estilístico, elas pertencem ao terreno aparentemente monótono e neutro da arquitectura militar, em que os caracteres de estilo fogem aos paradigmas habituais: razão do descaso em que as têm mantido os historiadores de arte, assim amputando de uma parte essencial a compreensão da génese do barroco português. Mas ao nível profundo do modo de produção das formas – a metodologia do desenho e composição arquitectónicos, as proporções e escalas utilizadas, as fontes teóricas – não deixariam de influir os traços distintivos dessas obras, que, para além da mera funcionalidade, apresentam resultados de qualidade estética notável ou até mesmo espectacular.”³

As citações acima transcritas serviram de ponto de partida para esta dissertação. O facto de a Arquitectura Militar ser um campo ainda pouco explorado da História da Arte, motivou-me a trabalhar esta temática. Apesar de ser uma área pouco estudada, a arquitectura militar portuguesa do século XVII está bastante bem documentada, não só a nível documental mas também cartográfico. O que falta fazer é reunir e compilar essa informação, que mesmo estando dispersa, não está perdida, e, de algum modo, tentar contribuir para um conhecimento mais aprofundado da história da fortificação seiscentista portuguesa. Esse é um dos objectivos principais desta dissertação.

Escolhi como objecto de estudo a Fortaleza de Juromenha, no Alentejo. Esta escolha baseou-se particularmente no facto de ainda não existir nenhuma monografia nem nenhum estudo ou investigação, a nível histórico e artístico, sobre uma fortificação com uma história muito antiga, cuja fundação remonta ao tempo dos romanos, que foi um forte e importante posto durante a ocupação árabe da Península Ibérica e, mais tarde, importante castelo cristão ao longo do período medieval, e que ocupou um lugar de destaque durante a Guerra da Restauração, altura em que passou a ser considerada a “Chave do Guadiana”.

A estrutura desta dissertação obedece, naturalmente, a uma ordem cronológica, indo desde os antecedentes da fortificação abaluartada até aos dias de hoje. Sendo uma dissertação inserida no contexto da História da Arte da Época Moderna, o presente estudo focou-se principalmente na fortificação moderna abaluartada que ali foi construída no século XVII, na sua história, desde 1640 até ao final da Guerra da

³ Moreira, Rafael, “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, In, “História da Arte em Portugal – No Limiar do Barroco”, Vol. 8, Edições Alfa, Lisboa, 1986, pág. 75

Restauração, no papel que desempenhou durante esse período, e no estudo da cartografia referente à fortaleza, não só do século XVII, mas também dos séculos XVIII e XIX.

Assim, esta dissertação divide-se em seis capítulos. Os três primeiros capítulos são relativos aos antecedentes da fortificação moderna; o quarto e quinto capítulos dizem respeito à história da fortificação abaluartada e à sua cartografia; e o sexto e último capítulo aborda o estado da fortificação nos dias de hoje, a decadência a que chegou e o futuro que possa vir a ter.

É, portanto, abordado no primeiro capítulo o contexto geográfico e humano do lugar, desde a sua situação geoestratégica; rede do relevo, fluvial e viária; flora e fauna; passando pela ocupação pré-histórica; até à fundação romana de Juromenha.

No segundo capítulo, é contextualizada a história da fortificação medieval, desde a sua construção durante a ocupação árabe, até à conquista por D. Afonso Henriques e a sua transformação em castelo cristão; enquanto que no terceiro capítulo é analisado o castelo em 1509 segundo o desenho de Duarte de Armas.

O quarto e quinto capítulos são, sem dúvida, os mais importantes desta dissertação. No quarto capítulo é descrita a história da fortificação moderna e da sua construção, desde 1640 até ao final da Guerra da Restauração, e analisada a sua estrutura. A base documental para a investigação acerca da história da Fortaleza de Juromenha foram as *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e El-Rei D. Afonso VI*, compiladas pelo Professor P. M. Laranjo Coelho, fonte inesgotável de informação, indispensável para o estudo da história da Guerra da Restauração num dos seus principais palcos, que foi o Alentejo, e da arquitectura militar do século XVII. É importante referir que neste capítulo, a partir da análise das cartas, chegou-se a interessantes e relevantes conclusões, que vêm colmatar algumas lacunas na história da arquitectura militar portuguesa do século XVII.

No quinto capítulo é analisada a cartografia referente à Fortaleza de Juromenha, nos séculos XVIII e XIX, na qual é possível observar as transformações que a fortificação sofreu, ou não, ao longo desses dois séculos.

No sexto e último capítulo é abordado o estado de decadência a que a fortaleza chegou no século XX e o futuro que a aguarda, para a qual existem vários projectos para a sua reabilitação mas ainda nenhum foi posto em prática.

I

Contexto geográfico e humano

Juromenha é uma pequena aldeia portuguesa situada no Alentejo, nas margens do Guadiana, junto à fronteira com Espanha, no distrito de Évora, concelho do Alandroal. É delimitada a Norte por Elvas, a Nordeste por Badajoz, a Este por Olivença e Vila Real (“Villarreal” em espanhol), a Oeste por São Romão e Vila Viçosa, a sudoeste por Alandroal a Sul por Terena e Redondo e a Sudeste por Mina do Bugalho e Rosário. A Ribeira de Mures, o Ribeiro de Pêro Lobo e a Ribeira da Asseca, afluentes do Guadiana, constituem a rede hidrográfica da área envolvente de Juromenha.⁴

A sua flora é constituída, na grande maioria, por azinheiras mas também fazem parte da sua paisagem arbórea: ameixeiras, amendoeiras, brunheiros, freixos, figueiras, macieiras, marmeleiros, romãzeiras e sobreiros. A alcachofra, o cardo, a esteva, a giesta, o sabugueiro e o trigo mais a floração sazonal que cobre os campos nas estações mais quentes como os malmequeres, os pempilros e as papoilas fazem parte da sua flora mais comum. O conjunto de plantas silvestres, com fins gastronómicos e terapêuticos, como as alabaças, agriões, acelga mansa e brava, hortelã da ribeira e poejo completam a flora de Juromenha. Um antigo ditado popular diz que Juromenha “é boa de trigo mas melhor de lenha.”⁵

A sua fauna é constituída, em grande parte, por águias, andorinhas, cegonhas brancas, cotovias, garças, milhafres, morcegos e perdizes no que às aves diz respeito. O restante património animal é composto por coelhos, cobras, doninhas, gatos-bravos, gafanhotos, grilos, lebres e raposas, para além dos recursos piscícolas proporcionados pelo rio Guadiana, como achegãs, barbos, bogas e enguias.⁶

⁴ Fitas, Ana Paula, *Olivença e Juromenha – uma história por contar*, Edições Colibri, 2007, Lisboa. Págs 115 a 121

⁵ Ibidem

⁶ Ibidem

Juromenha é actualmente a mais pequena freguesia do concelho do Alandroal (cerca de 32,1 km²) e, demograficamente, é a freguesia com menor taxa de ocupação humana (cerca de 146 habitantes). O terreno onde se localiza Juromenha é relativamente acidentado devido a formações topográficas e inscreve-se num espaço físico onde os outeiros abrem várzeas de solos férteis que se estendem até Olivença numa paisagem onde abundam os azinhais e os olivais. Localiza-se sobre um outeiro escarpado no lado da margem direita do Guadiana. O outeiro, contornado pelo castelo que separa o rio do habitat da aldeia, permite a observação das duas margens do rio, das propriedades em redor e das localidades de Villarreal e Olivença. Juromenha situa-se, actualmente, a 55 km de distância de Évora, a cerca de 16 km de Alandroal e igual distância de Elvas, a 20 km de Vila Viçosa, a 27 km de Terena e a 39 km de distância de Redondo. Tem ainda como localidades vizinhas, em território espanhol, as vilas de Olivença e Villarreal, cujas distâncias o acesso viário tornou mais longínquas, que distam 38 km e 49 km respectivamente. A cidade espanhola de Badajoz fica a 28 km de distância de Juromenha.⁷

A ocupação humana do território de Juromenha é muito antiga. Isso verifica-se pela existência de bastantes vestígios do período paleolítico. Os vales dos rios Guadiana e Caia, na região de Elvas, são extremamente ricos em indústrias paleolíticas. Perto de Juromenha, situa-se a Estação Paleolítica do Monte Branco. É a mais meridional de todas e a mais importante pelo número de peças paleolíticas antigas encontradas naquela zona. Os vestígios de ocupação pré-medieval na região não são raros. Desde o período da ocupação romana, o assentamento humano na região parece não ter sofrido interrupções até ao presente.⁸

Sobre a fundação de Juromenha, sabe-se muito pouco. O mais aceite comumente é que foi fundada por Júlio César, no século I a.C., com o nome de Julii Moenia (Muralha de Júlio), devido às muralhas com que a mandou fortificar. Pinho Leal, na sua obra *Portugal Antigo e Moderno*, escreve o seguinte acerca da fundação de Juromenha:

⁷ Ibidem

⁸ Zbyszewski, G., *A Estação Paleolítica de Monte Branco* in *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, Vol.I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1972, Lisboa

«Não se sabe com certeza quem foram os seus fundadores e qual o seu primeiro nome: alguns dizem que foram os gallos-celtas, 390 ou 400 anos antes de Jesus Christo.

Júlio César a cercou de fortes muralhas, pelos annos 44 antes de Jesus Christo, dando-lhe o nome de Julli Moenia ou Juris Moenia (Muralhas de Júlio ou Jurisdição de Júlio).»⁹

Na povoação, no castelo e nos arredores de Juromenha foram encontrados monumentos funerários e inúmeros vestígios do período romano. Isto é comprovado pelas descobertas, entre outras, de uma lápide funerária dentro do castelo, em 1776, com a seguinte inscrição em latim: “C. JVLIV CF. GAL/ MAXIMUS/ MILES LEG. VII.O.M./ V.S.L.M.”¹⁰, e de um fragmento de uma ara votiva, em mármore branco, encontrada em 1978 nas ruínas da torre da igreja de N. S. do Loreto, dentro do castelo de Juromenha, com uma inscrição em latim dedicada a Endovélico: “ENDOVOLLICO/ SACRVM POS/ TANNIVS/ VS (...) R (...) PATRV” (Consagrado a Endovélico. Tito Anio colocou...) Este fragmento foi estudado pelo Professor Manuel Justino Pinheiro Maciel e, segundo este, é atribuível ao século I d.C.¹¹ É importante referir que o culto a Endovélico era um culto muito local e de área limitada, desenvolvido na região adjacente a Juromenha, mais concretamente no outeiro de São Miguel da Mota, em Terena, onde se encontrava o *fanum* ou santuário dedicado à divindade.

Entre o período da ocupação romana e a islâmica existe um hiato em relação ao qual existem muito poucas informações. Apenas em 1984 se deram a conhecer a existência de vestígios, neste caso fragmentos pétreos, colocados numa das torres da antiga fortificação, que datam muito provavelmente do período visigótico mas ainda não foram devidamente descritas nem publicadas. No entanto, são os únicos vestígios existentes para conhecer a ocupação de Juromenha durante o período visigótico.

⁹ Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874, Lisboa, pág. 429

¹⁰ Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Nº IX, Vol. I, Academia de Belas-Artes, 1978, Lisboa, pág. 36

¹¹ Maciel, Manuel Justino Pereira e Maciel, Tarcísio Daniel Pereira, *Novas Inscrições Romanas de Elvas e Juromenha* in Separata do Ficheiro Epigráfico nº 15, 1985, Coimbra

Na face Norte, onde uma grande parte da muralha medieval-islâmica, construída em taipa, ainda se encontra de pé, aparecem nos cunhais das torres, módulos graníticos bem aparelhados e com sinais evidentes de anterior utilização. Pelas dimensões, rigor de talhe e pelos frequentes orifícios para *fórceps*, pensa-se tratarem-se de elementos construtivos do período romano. Numa das torres da face Norte, diferente das demais em termos de aparelho e dimensões, com cerca 4,60m de frente, encontramos uma situação especial. Esta torre emprega, sobretudo nos cunhais, silhares aparentemente romanos, envolvida, em ambos os lados, por muros numa taipa rica em cal, feita a partir de cofragens com uma altura de 84 a 92cm, o que equivale a dois côvados do tipo *ma' muni*, de época islâmica. As muralhas em taipa com estas características correspondem ao período dos *muluk at-tawa' if* (século XI) ou então às fases almorávida e almóada (séculos XII/ XIII), o que leva a ponderar que a construção desta torre poderá ter-se dado num período alargado, entre finais do domínio visigótico e, provavelmente, o período califal ou dos Reinos dos Taifas.¹²

Embora não se disponha de muita informação, é possível, muito superficialmente, concluir-se que os materiais estudados apontam para a existência de uma ou mais construções de carácter religioso em Juromenha e arredores. O programa construtivo deve centrar-se por volta do século VII, tal como acontece em algumas outras construções da região. Do ponto de vista arqueológico, a região de Juromenha poderá contribuir não só para alargar o conhecimento em termos de formas de ocupação da região da bacia do Guadiana, como também para enriquecer as perspectivas de estudo de determinadas formas artísticas ou de elementos decorativos específicos, do período de domínio visigótico.¹³

No século VIII, em 711, dá-se a invasão muçulmana da Península Ibérica. Cerca de dois anos mais tarde, praticamente toda a Península Ibérica se achava subjugada ao Islão, passando a chamar-se, para os árabes, Al-Andalus. A conquista árabe já há cerca de 50 anos que começara e progredia rapidamente de vitória em vitória. Desdobrando-se da Península Arábica para a Síria e a Mesopotâmia, desde logo se expandiu para Oriente e Ocidente destes países aumentando consideravelmente a dimensão do Império Árabe,

¹² Correia, Fernando Branco, *Materiais da Época Visigótica em Juromenha*, in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Institut d'Estudis Catalans em associação com a Universitat de Barcelona e a Universidade Nova de Lisboa, 1995, Barcelona, pág. 493

¹³ *Ibidem*

que no início do século VIII se estendia desde as margens do Indo às costas do Oceano Atlântico.

A presença árabe na Península havia de perdurar durante oito séculos, até 1492, ano em que Granada, o último reduto islâmico na Península Ibérica e na Europa, é tomada pelos Reis Católicos, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, deixando inúmeras marcas e influências a vários níveis, desde artístico e arquitectónico a urbanístico e linguístico, até às ciências e toponímia.

II

De forte árabe a castelo cristão

“Julumaniya” ou “Al-Julumanyia” era o nome árabe de Juromenha. Etimologicamente, o seu nome deriva, muito provavelmente, do antigo nome romano “Julli Moenia”. Pouco ou nada se sabe sobre a ocupação árabe de Juromenha nos séculos VIII e IX. E o pouco que se sabe provém, naturalmente, de crónicas árabes. É apenas no século X que surge uma referência a “Julumaniya”, pelo cronista árabe Ibn Hawqal, numa descrição do itinerário entre Santarém e Badajoz, após uma visita sua à península, em 948. Juromenha era, no século X, uma praça-forte de algum relevo do al-Garbe al-Andalus, pois era um dos postos avançados, a sul-sudoeste, de defesa da cidade de “Batalywas” (Badajoz).¹⁴

Desconhece-se o aspecto que teria a fortaleza árabe de Juromenha. No entanto, o castelo medieval de Juromenha conserva ainda inúmeras características da fortificação árabe, segundo um estudo do arqueólogo e professor Fernando Branco Correia. O estudo efectuado pelo Professor Branco Correia permite-nos não só situar cronologicamente, mas também conhecer as várias fases por que passou a construção da fortificação árabe. Indica-nos dois períodos distintos: primeiro, o período emiral, relativo aos séculos VIII a X, entre 756 e 929, altura em que Abd al-Rahman I funda o Emirado Independente de Córdoba, que haveria de governar o Al-Andalus ao longo desses cerca de três séculos; e segundo, o período califal, compreendido entre os anos de 929 e 1031, correspondentes à época de maior esplendor político, comercial e cultural do Al-Andalus, sucedendo ao Emirado Independente de Córdoba, o Califado de Córdoba. Estas informações permitem-nos, portanto, situar o início da ocupação muçulmana de Juromenha e a construção da fortificação, na segunda metade do século VIII.¹⁵

¹⁴ Correia, Fernando Branco, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha: primeiros resultados*, in *Arqueologia Medieval*, Vol.I, Edições Afrontamento, 1992, Porto, pág. 71 e seguintes

¹⁵ “Nem todos os vestígios das muralhas de época islâmica desapareceram ou foram alterados. Na face Norte da muralha medieval ainda são visíveis torres maciças em taipa (*tabiyya*), com silharias em granito nas esquinas. A altura das cofragens utilizadas para fazer as várias camadas de taipa varia entre os 84 e os 90 cm, o que corresponde a dois côvados do tipo *ma’ muni* e está de acordo com as medições normalmente obtidas em outras fortificações de época islâmica.

No século XII, “Julumaniya” é mencionada numa história dos Almóadas relativa ao período de 1159 a 1184, escrita no fim do século XII por Abd al-Malik ben Sahib Asala. Nela é relatada a tomada de Juromenha por Geraldo, o *Sem Pavor*, e o seu exército, em 1166. Apesar de existirem algumas dúvidas acerca da veracidade das crónicas e da própria existência deste personagem nos moldes narrados, que se perdem entre a realidade e a fantasia, e que a historiografia medieval portuguesa elevou a grande herói da Reconquista portuguesa, a verdade é que Geraldo foi o responsável por grande parte das conquistas no Alentejo, em nome de D. Afonso Henriques. Tomou aos mouros, para além da cidade de Évora – cujo centro, em sua homenagem, é a Praça do Giraldo –, as cidades de Beja, Trujillo e Cáceres, e também os castelos de Serpa, Moura, Montánchez e Juromenha.¹⁶

Segundo as crónicas, e é aqui que a realidade se mistura com a lenda, algumas fontes dizem que Geraldo era um mercenário que comandava um exército de proscritos e salteadores à procura de redenção, atacando pela calada da noite, e conquistando cidades para depois as entregar ao rei, um pouco à semelhança de Rodrigo Diaz de Bívar, conhecido como El Cid, *O Campeador*, herói da Reconquista espanhola; enquanto que, outras dizem que era um cavaleiro e valido de D. Afonso Henriques.¹⁷

Ainda segundo Abd Asala, Geraldo instala-se em Juromenha «combatendo e incomodando constantemente os muçulmanos de Badajoz». O objectivo era simples: tomar Badajoz. As conquistas do *Sem Pavor* não aparentam ter sido ocasionais, transparecendo o objectivo de conquistar e ocupar os pontos de apoio militares que rodeavam a importante cidade muçulmana. Em 1169 dá-se, finalmente, o ataque final.

A conjugação da existência, na referida face Norte, de muralhas em taipa com as referidas medidas, bem como de torres maciças, pouco salientes e regularmente espaçadas, aponta para uma cronologia que não deverá andar muito longe do período califal; a existência de portas de entrada directa na fortificação medieval e o não aparecimento de portas em cotovelo, pode ajudar a reforçar a mesma proposta cronológica ou, pelo menos, não deverá afastar-se muito do período califal.

*Porém, a existência de uma torre claramente anterior, na qual se utilizaram os anteriormente referidos materiais de época visigótica, aponta para a possível existência de uma estrutura fortificada anterior, possivelmente da época emiral, contemporânea da forte autonomia que se fizera sentir no Garbe al-Andalus durante o século IX e inícios do X, período conturbado durante o qual o Ocidente da península esteve, em grande medida, e durante várias décadas, sob a égide de Abd al-Rahman e seus descendentes.” Correia, Fernando Branco, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha: primeiros resultados*, in *Arqueologia Medieval*, Vol.I, Edições Afrontamento, 1992, Porto, pág. 71 e seguintes*

¹⁶ Mattoso, José, *História de Portugal - A Monarquia Feudal*, Vol.II, Círculo de Leitores, 1993, Lisboa, págs. 77 a 79

¹⁷ *Ibidem*

Geraldo e os seus homens ainda conseguem ultrapassar as muralhas exteriores e entrar na povoação mas são travados pelos guerreiros almóadas, refugiados na alcáçova. Pede então auxílio a D. Afonso Henriques, que vem reforçar com as suas tropas o cerco à cidade.¹⁸

O ataque a Badajoz criava um grande perigo ao poderio muçulmano no Ocidente da Península Ibérica. A cidade era o centro do seu sistema militar naquela zona da fronteira. O emir, na iminência de perder Badajoz, pediu ajuda ao rei de Sevilha. Entretanto, também o rei de Leão, Fernando II, tinha marchado para Badajoz a fim de impedir D. Afonso Henriques de a tomar. O rei de Leão também tinha pretensões sobre a cidade, pois sabia que uma conquista de Badajoz por parte de Portugal impedia a expansão dos leoneses para Sul, e alia-se aos almóadas na defesa da cidade.¹⁹

A chegada de Fernando II e o seu exército obriga à rápida retirada de Geraldo e D. Afonso Henriques. No meio da confusão, ao tentar fugir, D. Afonso Henriques parte uma perna. Levado pelos seus homens para as margens do Caia, é depois capturado pelas tropas leonesas e levado à presença do rei de Leão, que lhe concede a liberdade em troca da cessação dos ataques a Badajoz. Quanto a Geraldo Sem Pavor, obteve a liberdade mediante a devolução das praças que tinha conquistado, exceptuando, talvez, Juromenha. Segundo consta, Montánchez e Trujillo foram entregues aos leoneses, mas Cáceres e Serpa retornaram à posse dos almóadas. Porém, Geraldo fixou-se novamente em Juromenha e recomeçou os ataques, apesar de Badajoz ter sido reforçada com mais tropas. Foi necessária a vinda de um poderoso exército de Marrocos, comandado pelo irmão do califa, Abu Hafs, que chegou a Badajoz em Novembro de 1170, quando nas imediações da cidade já se encontrava acampado Fernando II, preparado para tomar a cidade antes que Geraldo o conseguisse. Perante o auxílio vindo de Marrocos, o rei de Leão voltou para o seu país e Geraldo Sem Pavor foi expulso de Juromenha, voltando esta, novamente, ao domínio muçulmano.²⁰

¹⁸ Ibidem

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem

Juromenha é novamente reconquistada, durante o reinado de D. Sancho I, sendo doada a D. Gonçalo Viegas, filho de Egas Moniz e Mestre da Ordem de Avis. Haveria de ser perdida novamente para os mouros, mas por pouquíssimo tempo, tendo sido definitivamente reconquistada por D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, em 1242.

No século XIV, o rei D. Dinis ordenou a reedificação da povoação e das suas muralhas, ampliando a antiga cerca romana e, em 1312, concede-lhe carta de foral com enormes privilégios, com o intuito de ali atrair novos habitantes que a povoassem, pois achava-se muito abandonada. Reedificou também o castelo, que tinha 17 torres, sendo a de menagem muito alta e de grande envergadura e robustez.

Terá sido o rei D. Dinis que deu o brasão de armas a Juromenha, o qual consiste num escudo de prata, com um castelo cercado de água, pendendo de cada lado de suas ameias, dois grilhões. O castelo e a água são alusões à vila fortificada e ao Guadiana, enquanto que os dois grilhões significam, segundo uns, o privilégio que D. Dinis deu aos seus moradores, de não poderem ser mudados para outra cadeia fora da vila, estando presos, sem que os tribunais pronunciassem a sentença final. Segundo outros, os grilhões aludem a que neste castelo se prendiam e executavam criminosos de delitos graves no tempo dos romanos.²¹ Acerca do brasão de armas, Pinho Leal conta-nos uma “história” que, segundo crenças populares, estará na origem do actual nome, Juromenha. O que nos relata Pinho Leal não é mais do que um mito popular, pelo que não podemos crer na veracidade dos factos.²²

²¹ Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874. Lisboa, pág. 429

²² “No tempo dos godos, um rico e nobre senhor, quis espoliar a sua irmã Mégnia ou Mênha das grandes riquezas que herdara de seus pares (outros dizem que o tal senhor godo pretendeu ter amores incestuosos com a irmã).

Qualquer que fosse o motivo, o irmão vendo que ela não anuíá ás suas ambições, ou ao seu criminoso amor, a prendeu neste, já então, fortíssimo castelo, a ver se ela, pelo desejo de liberdade, consentia em satisfazer os desejos do irmão; porém ela recusou-se heroicamente a isso, dizendo sempre: Jura Mênha que não. Deste jura Mênha, é que muitos derivam Juromenha. O que é certíssimo é que uma das torres do castelo se chama Torre de Mênha. Diz-se que foi nela que esteve presa a tal donzela.”, In, Leal, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874. Lisboa, pág. 430

Certo é que a vila de Juromenha, após a definição das fronteiras entre Portugal e Espanha no tratado de Alcanizes, em 1297, era um local estratégico de extrema importância na defesa do reino, muito devido a sua proximidade com o rio Guadiana, facto pelo qual D. Dinis fortificou a vila com um possante castelo. O castelo de Juromenha teve especial destaque no século XIV, local onde se efectuaram os casamentos reais de D. Afonso IV com D. Beatriz de Castela, e o casamento em segundas núpcias de D. Afonso XI de Castela com D. Maria de Portugal. Este é o castelo que seria, mais tarde, reproduzido por Duarte de Armas, em 1509, no seu *Livro das Fortalezas*.

III

O castelo e a vila em 1509 segundo Duarte de Armas

No século XVI, durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), procedeu-se a variadas reformas no reino. Entre outras, D. Manuel I dedicou-se à reforma dos tribunais e do sistema tributário, adaptando-o ao progresso económico que Portugal então vivia, e também à atribuição de novas cartas de foral, tendo concedido novo foral à vila de Juromenha em 1512.

No ano de 1509, o rei D. Manuel I encarregou Duarte de Armas de vistoriar as fortalezas do reino, que constituíam a primeira linha defensiva face a Espanha, com a finalidade de se inteirar acerca do seu estado de conservação. Acompanhado por um criado a pé, Duarte de Armas levou a cabo a missão, percorrendo a cavalo as distâncias entre as povoações acasteladas da zona fronteiriça, das quais elaborou inúmeros esboços com, pelo menos, duas vistas panorâmicas, e as respectivas plantas, onde teve o cuidado de anotar as partes mais arruinadas e carenciadas de obras, organizando os elementos recolhidos no seu trabalho de campo em dois volumes, o códice A e o códice B, que constituem o *Livro das Fortalezas*.

Figura praticamente desconhecida da historiografia portuguesa, Duarte de Armas, era escudeiro de D. Manuel I, como o próprio indica, na pequena informação biográfica que compõe o prefácio da obra:

«...escudeyro da casa do muyto alto e serenjsymo Rei e Sôr dom emanuell ho prymeyro Rey de purtugall e dos algarues...».²³

Muito pouco se sabe sobre a vida de Duarte de Armas, como constata, em 1943, o General João de Almeida: “*Da sua biografia pouco se sabe. Foi artista notável, «grande pintor» lhe chama Damião de Góis, na «Crónica de El-Rei D. Manuel» e*

²³ Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-símile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, pág. 27

Faria de Sousa o classifica de «grande tracista».²⁴ Em 1960, Armando Cortesão constata o mesmo facto: “...praticamente nada se conhece da biografia do autor...”²⁵ O pouco que se sabe, provém das crónicas de Damião de Góis. Sabe-se que fez parte, em 1489, da expedição enviada a Marrocos pelo rei D. João II, destinada à construção da Fortaleza da Graciosa, no rio Lucus, entre Larache e Alcácer-Quibir, tendo sido encarregado de levantar a planta hidrográfica da embocadura do rio e do local onde deveria ser construída a fortaleza. Foi mandado novamente a Marrocos, em 1507, por D. Manuel I com a finalidade de fazer os levantamentos hidrográficos das barras de Azamor, Mamora, Salé e Larache. Foi também mandado por D. Manuel, em data desconhecida, à Ilha do Corvo, no Arquipélago dos Açores, para desenhar uma estátua ali encontrada, aquando do seu descobrimento.²⁶

Estas notícias constituíram durante séculos, e continuam a ser, até ao momento, os únicos elementos conhecidos e fundamentados sobre a vida de Duarte de Armas. O grande cronista Damião de Góis, no entanto, não faz nenhuma referência ao *Livro das Fortalezas*. Provavelmente não achou que fosse uma obra importante ou digna de ser referenciada pois, na verdade, a obra nem sequer estava intitulada.

A figura de Duarte de Armas começou a ser objecto da atenção dos estudiosos a partir de Oitocentos, que descobrem na sua obra uma fonte de informação preciosa e sem par. O título da obra só foi atribuído no século XIX, por D. Francisco de S. Luís, autor a quem se deve a primeira descrição detalhada do códice A, em 1839, a partir da nota introdutória do próprio Duarte de Armas:

*“Este livro he das fortalezas que sam setuadas no estremo de portugall e castella...”*²⁷

²⁴ Almeida, General João de, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, Editorial Império, 1943, Lisboa, pág. 5

²⁵ Cortesão, Armando, *Portugalia Monumenta Cartographica*, Vol. I, Lisboa, 1960, págs. 77 e seguintes

²⁶ Almeida, General João de, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, Editorial Império, 1943, Lisboa, pág. 5

²⁷ Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, pág. 2

Em 1997, Manuel da Silva Castelo Branco fez uma investigação sobre o *Livro das Fortalezas*, e trouxe bastantes novidades acerca da vida e obra de Duarte de Armas. O contributo mais importante dessa investigação foi, sem dúvida, a datação correcta da obra (1509). Conseguiu-o a partir dos dados lançados pelo Dr. Alfredo Pimenta, na sua obra: “*Duarte de Armas e o seu Livro das Fortalezas*”. Alfredo Pimenta tomou como ponto de partida a lista dos Alcaides dos Castelos, que figura igualmente no *Livro das Fortalezas*. Esta lista é, aliás, o único elemento que Duarte de Armas fornece na obra que permite datá-la. Foram vários os autores que tentaram datar a obra ao longo dos tempos, entre eles o General João de Almeida, mas nenhum conseguiu chegar a uma conclusão. Alfredo Pimenta tornou-se, de certa forma, um pouco obcecado pela obra e pela figura de Duarte de Armas, e foi quem esteve mais perto de conseguir datar correctamente o *Livro das Fortalezas*. Apesar de não ter conseguido, também, atingir esse objectivo, deixou a maior parte do trabalho feito, concluído por Manuel da Silva Castelo Branco.²⁸

Os dois códices que constituem o *Livro das Fortalezas* estão separados e localizam-se em lugares e países diferentes. O códice A encontra-se actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O códice B, na Biblioteca Nacional de Madrid. A existência do códice B foi revelada em 1910 por D. Manuel González Simancas, especialista em arqueologia militar, num artigo publicado na *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, intitulado *Plazas de guerra y castillos medioevales de la frontera de Portugal – Estudios de Arquitectura Militar*. Ainda hoje não se sabe como terá ido parar o códice B à Biblioteca Nacional de Madrid, mas sabemos que, em 1655, o códice B ainda se encontrava no ANTT, a partir de um relato de Manuel Severim de Faria que, nas *Noticias de Portugal offerecidas a Elrey N. S. Dom João o IV*, no mesmo ano, relata-nos que:

²⁸“*Este Livro das Fortalezas parece que tem bruxedo. Quem lhe toca, por mais cuidado que ponha, por mais atenção que lhe dispense, não escapa ao malfadado perigo do deslize.*

Pelo menos, ninguém, até agora, tem escapado. E, sem com isto me querer sangrar em saúde, aqui muito humanamente declaro desde já que não me demito da hipótese de também eu ter escorregado.

A despeito de tudo, o que mais me impressiona é que ninguém tenha procurado localizar temporalmente a obra de Duarte de Armas, à custa do único elemento que o Livro das Fortalezas fornece: a lista dos Alcaides. (...) Os genealógicos falam muito em Alcaides – mas são omissos quanto a datas, e precisamente o que importa é conhecer as datas das Alcaidarias.

Segue o que pude apurar; quem vier depois de mim encontra o caminho começado. Oxalá o conclua.” In, Pimenta, Alfredo, *Duarte de Armas e o seu Livro das Fortalezas*, Livraria Portugália, 1944, Lisboa, págs. 16 e 23

“(…) D. Manuel havia mandado tirar em planta e montea a todos os lugares fortes do estremo, de que se fizeram dois livros depositados por sua ordem na Torre do Tombo, onde ainda estão.”²⁹

Várias hipóteses se podem contemplar, sendo a mais fácil e mais óbvia, a de que o códice B tenha sido “desviado” ou “roubado” do ANTT. Esta hipótese não é totalmente descabida uma vez que, em 1655 e em plena Guerra da Restauração, a movimentação e troca de documentos era frequente, ainda para mais uma obra com desenhos e plantas das fortificações fronteiriças.

O códice B é formado por 110 desenhos (duas vistas de cada fortaleza) de 55 povoações raianas, desde Castro Marim a Caminha, e as plantas de 51 das respectivas fortalezas. No códice A, o autor levantou de modo semelhante o mesmo número de fortalezas, com a particularidade de ter acrescentado os desenhos de duas fortalezas de vilas não fronteiriças (Barcelos e Sintra). Alguns autores supõem que o códice A é uma cópia ampliada e mais perfeita do anterior mas, no entanto, ao serem confrontados, verifica-se que as duas vistas correspondentes a cada povoação nem sempre foram tiradas da mesma banda, como por exemplo, Castelo Rodrigo, Miranda do Corvo ou Caminha. A conclusão a que chega Manuel da Silva Castelo Branco é a de que, para certos lugares, Duarte de Armas fez mais do que dois esboços preliminares.

O livro de Duarte de Armas é, muito provavelmente, o primeiro registo gráfico detalhado das fortificações portuguesas. Não se conhece, em Portugal, plantas de edifícios anteriores às apresentadas por Duarte de Armas. Com certeza que existiram mas, daquela época, apenas estas sobreviveram. É um documento de valor inestimável tanto para a História da Arte como para a História da Arquitectura Militar Portuguesa, mas também uma obra de referência para todos os estudiosos de História Local, Cartografia, Etnografia ou Arqueologia. Os desenhos de Duarte de Armas têm uma grande importância artística, cultural e arqueológica, pois o artista não se limitou a representar as fortalezas mas também as povoações em que estas se achavam integradas, dando-nos uma descrição pormenorizada da paisagem urbana, reflexo de uma sociedade

²⁹Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, pág. 2

organizada, facto que tem sido explorado por grande número de autores contemporâneos. O Dr. Alfredo Pimenta sintetiza a situação com a seguinte afirmação:

*«Rico de informações arquitectónicas, topográficas, etnográficas, históricas e linguísticas, obra de arte pictural e obra de ciência positiva, o Livro das Fortalezas é um mundo que ainda não foi devidamente explorado... Com muita ou pouca perspectiva, com erros grandes ou sem eles no campo da perspectiva, não se pode contestar a beleza dos seus desenhos, o realismo e a minuciosidade que caracterizam o “processus” artístico de Duarte de Armas e que colocam a sua obra entre as grandes manifestações artísticas daquela época...».*³⁰

A fidelidade dos desenhos, salvo alguns erros que o artista cometeu, foi comprovada posteriormente nos testemunhos de diversos estudiosos do “Livro das Fortalezas”. Um deles, o historiador Armando Cortesão, numa viagem que efectuou a Castro Laboreiro, em 1957, verificou que, apesar do estado ruinoso do castelo, o que restava correspondia inteiramente ao figurado nos desenhos, até mesmo nos pormenores. Por seu lado, o médico e também historiador, Dr. José Pires Gonçalves, constatou que os desenhos de Duarte de Armas foram “*fundamentais e indispensáveis*” para o estudo da vila de Reguengos de Monsaraz, num ensaio monográfico que fez sobre a mesma. Ao contrário de Armando Cortesão, o Dr. José Pires Gonçalves aponta alguns erros na reprodução de Duarte de Armas, como o facto de não ter representado as igrejas, intra-muros, de Santa Maria do Castelo e Santiago quando figurou a igreja de São Bartolomeu, em frente da porta da vila, ou o facto de ter substituído os arcos ogivais das portas por arcos de volta inteira, entre outros. Face a estas incorrecções, o Dr. Pires Gonçalves duvida que o artista tenha tirado as suas vistas ao natural, mas sim “*de memória e à custa de apontamentos colhidos nos locais visitados*”. Esta hipótese é bastante plausível uma vez que, segundo Francisco de Holanda, a pena era um instrumento nobre e difícil de manusear, ou seja, apesar da facilidade no manusear da pena e na magnífica habilidade para o debuxo evidenciadas por Duarte de Armas, é muito difícil de crer que as reproduções tenham mesmo sido tiradas ao natural.³¹ Vários

³⁰Pimenta, Alfredo, *Duarte de Armas e o seu Livro das Fortalezas*, Livraria Portugália, 1944, Lisboa, pág. 13

³¹Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997, págs. 18 e 19

epítetos são atribuídos a Duarte de Armas: “*grande pintor e debuxador*”, segundo Damião de Góis; “*grande tracista*”, segundo Faria de Sousa; mas Raczyński considera que “*não lhe faltava habilidade mas estava muito longe de ser grande*”. Nas vistas de Freixo de Espada à Cinta, acusa-o de *d’étonnantes fautes de perspective* (surpreendentes falhas de perspectiva).³²

No caso específico de Juromenha, as duas vistas panorâmicas apresentam realmente algumas falhas de perspectiva, principalmente na representação do castelo, mas não são tão graves como quer fazer parecer Raczyński. Por outro lado, também com erros de proporção e rigor, a planta é surpreendentemente bem conseguida e bastante fiel à realidade, se a compararmos com plantas posteriores. Contudo, penso que não se podia pedir mais a alguém que, apesar de ser um grande desenhador, não tinha formação de arquitecto. Os métodos de medição, no século XVI, também não eram os mais rigorosos (Duarte de Armas fez as suas medições em varas e palmos e com a ajuda de uma corda).

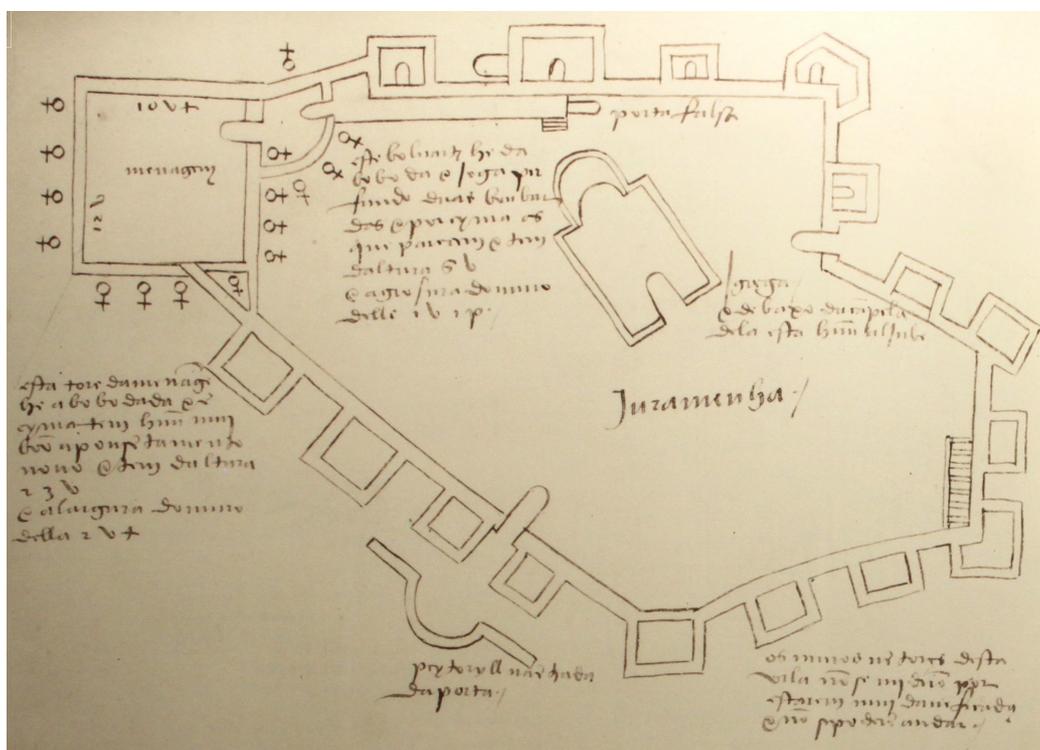


Ilustração nº 1 – Planta do castelo de Juromenha executada por Duarte de Armas, em 1509

³² Raczyński, Conde Athanasius, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, 1847, pág. 73

Apesar de tudo, conseguiu atingir excelentemente o objectivo do qual foi incumbido. Duarte de Armas reproduz o castelo e a vila de Juromenha, com a sua paisagem envolvente, onde conseguimos perceber que Juromenha, no século XVI, era um local ermo e desertificado, e a vila muito pequena. Apontou não só as partes arruinadas do castelo que necessitavam de reparação, mas também da vila.

É possível ver na representação tirada a Norte, uma igreja em ruínas no centro da reprodução, com uma pequena anotação por cima, certamente uma referência ao estado ruinoso da igreja. Ainda na representação tirada a Norte, podemos observar no castelo, no lado direito, duas torres e parte da muralha em estado algo ruinoso.



Ilustração nº 2 – Vista de Juromenha, a Norte, executada por Duarte de Armas, em 1509

Na representação tirada a Sul, encontramos novamente duas torres e parte da muralha em estado desastroso. Uma das torres, mais à direita, está totalmente arruinada. A torre de menagem, fazendo jus à sua fama de torre de grande robustez, não apresenta nenhum problema digno de nota. No entanto, comparando-a com as outras reproduções da zona do Alentejo, a fortificação de Juromenha é uma das mais arruinadas.

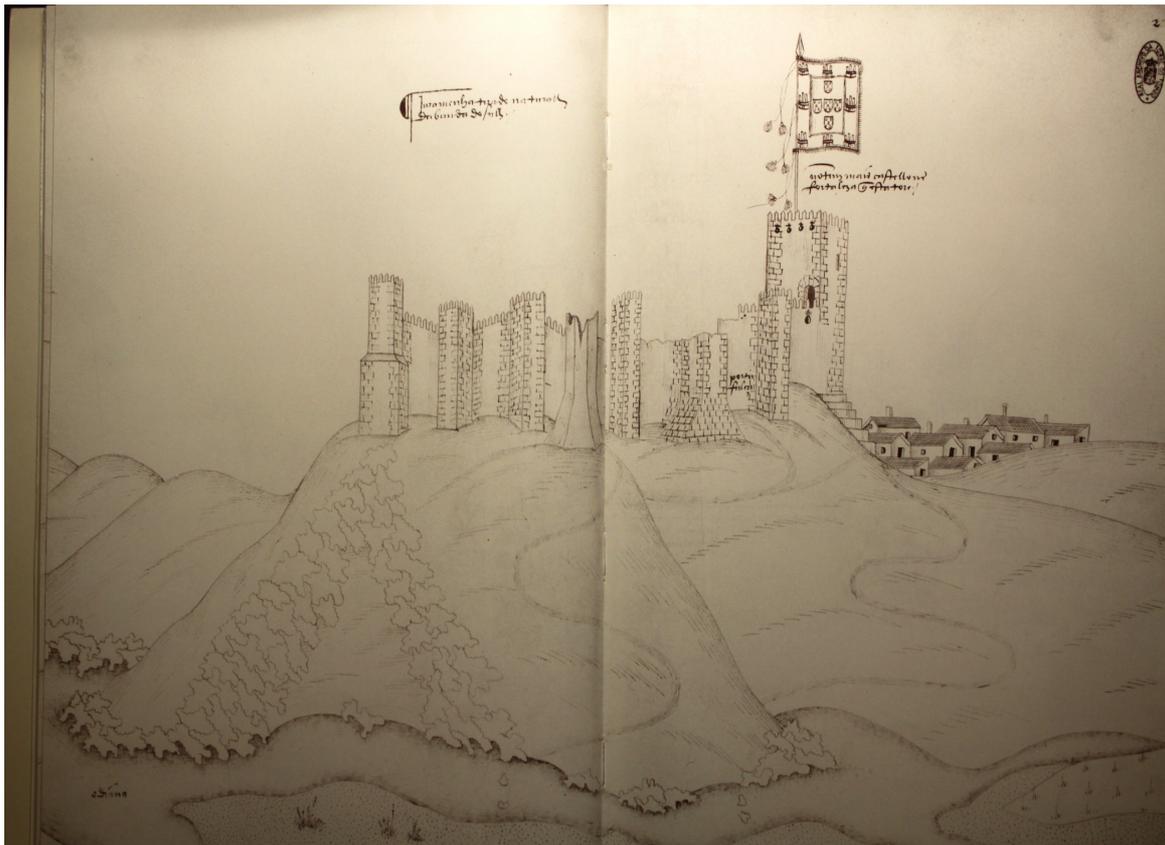


Ilustração nº 3 – Vista de Juromenha, a Sul

Analisando comparativamente os desenhos e planta de Duarte de Armas com o que ainda podemos ver hoje em Juromenha, confrontando o anterior com o actual, podemos chegar a algumas conclusões sobre as transformações que o castelo/fortaleza sofreu ao longo dos tempos. Primeiro que tudo, as descrições que Pinho Leal e Túlio Espanca fazem do castelo medieval vem comprovar a fidelidade do desenho por parte de Duarte de Armas. Tanto Pinho Leal como Túlio Espanca, referem que o castelo era constituído por 17 torres, com especial relevo para a enorme torre de menagem, de grande envergadura, que se destaca, tanto nas duas vistas panorâmicas, como na planta. Vamos efectivamente encontrar 17 torres na planta, da mesma forma que conseguimos contar as 17 torres nas duas vistas panorâmicas desenhadas por Duarte de Armas, o que demonstra que o castelo terá sofrido poucas alterações desde 1509.

Plantas mais recentes da Fortaleza de Juromenha mostram que o castelo medieval sofreu, realmente, poucas alterações ao longo dos tempos. As mudanças mais significativas ocorreram no século XVII, aquando da construção da fortificação moderna, durante as campanhas da Restauração. Apesar de a planta do castelo se ter

mantido praticamente igual à desenhada por Duarte de Armas, algumas torres do antigo castelo medieval desapareceram para dar lugar às novas estruturas defensivas – os baluartes - que vinham sendo aplicadas em Portugal, já desde o século XVI, em substituição da fortificação medieval, desactualizada e ultrapassada face à evolução da artilharia e das tácticas de guerra. Veremos mais à frente, no capítulo seguinte, como ocorreram essas transformações que deram origem à fortificação moderna de Juromenha.

IV

A Fortaleza da Restauração

*“Diz-se que o Duque de Bragança, aclamado rei com o nome de D. João IV após o glorioso e patriótico movimento restaurador do 1º de Dezembro de 1640, quando a Câmara da cidade de Lisboa deliberava festejá-lo com grandes e solenes pompas, ele as atalhara proferindo as seguintes e discretas palavras com que respondera aos vereadores: «Guardemos as alegrias para depois. Agora tratemos de nos defender».”*³³

Efectivamente, essa foi a maior preocupação de D. João IV, bem perceptível com a criação do Conselho de Guerra, a 11 de Dezembro de 1640, escassos dez dias após o movimento da Restauração da Independência. Era de extrema importância nesta fase defender as fronteiras do país, especialmente na *Raia*, a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, a mais vulnerável e que pouca ou nenhuma defesa tinha, sendo o Alentejo uma das zonas mais importantes e a necessitar de rápida defesa.

No entanto, neste período, Portugal carecia de especialistas em fortificação e arquitectura militar. Praticamente todos os especialistas em fortificação e engenheiros militares portugueses estavam a trabalhar no Brasil, pelo que foi necessário recorrer a engenheiros estrangeiros, mercenários que ofereciam o seu serviço a quem pagasse mais. Foram maioritariamente franceses os engenheiros militares que trabalharam ao serviço de Portugal, mas entre eles destacou-se um flamengo, personagem de enorme importância na história militar portuguesa do século XVII, padre jesuíta que leccionava no Colégio de Santo Antão, de seu nome Johannes Sciermans Cosmander (João Pascasio de Cosmader, o seu nome “aportuguesado”).³⁴

³³ Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa da História, 1940, Lisboa, pág. XI

³⁴ “O padre João Paschasio Cosmander, religioso da Companhia de Jesus, de nação flamengo, natural de Lovaina, insigne matemático, e que depois com o exercício das fortificações de Portugal se fez consumado engenheiro, granjeando-lhe a maior estimação outras muitas partes que lograva.” In, Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, págs. 423 e 424

Cosmander foi o mais importante dos engenheiros militares estrangeiros ao serviço da coroa portuguesa, tendo-lhe sido concedida a patente de coronel, facto de grande relevância nessa época, uma vez que não era qualquer oficial que ascendia a coronel, muito menos um estrangeiro sem carreira militar.³⁵ Autor de inúmeros projectos, destacam-se a fortificação de Olivença e, aquela que é certamente a sua obra mais emblemática, o conjunto de fortificações abaluartadas de Elvas, Património Mundial da UNESCO.

As fortalezas da Restauração foram projectadas segundo o modelo da Escola Holandesa, sistema fortificativo que era o utilizado nessa época. É frequente encontrar-se em descrições de fortalezas da Restauração que estas seguiam o “modelo de Vauban”, o que é totalmente errado. As fortificações “à Vauban” começaram apenas a ser difundidas no final do século XVII, e só no século XVIII é que o modelo se consolidou e se aplicou na construção das fortificações. Antes de Vauban, o sistema fortificativo dominante em toda a Europa era o holandês.

4.1. História

No que diz respeito à Fortaleza de Juromenha, podemos considerar que a sua história começa no ano de 1646.³⁶ Foram apresentados três projectos para a fortificação de Juromenha, submetidos ao estudo e apreciação do Conselho de Guerra, e Cosmander está intimamente ligado à história da fortificação, pois um dos projectos era seu. Os outros projectos eram da autoria de: Pascoeli, engenheiro italiano pouco conhecido; e de

³⁵ “Logo que Joane Mendes começou a governar, tratou com todo o cuidado de adiantar as fortificações. E para que negócio tão importante tivesse a expedição que convinha, mandou a Lisboa a João Pascácio de Cosmander representar vivamente a El-Rei esta matéria. Resultou da sua diligência dar-lhe El-Rei uma patente de coronel, superintendência nos engenheiros, e ordem para tirar dos lugares da província que lhe parecesse os oficiais e gastadores de que necessitasse.” In, Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. II, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, pág. 112

³⁶ “O Conde de Castelo-Melhor, que governava as Armas na província de Alentejo, logo que entrou o ano de 1646 começou a tratar com grande cuidado das fortificações das praças mais importantes, preferindo no trabalho a de Olivença, por insinuar a ruína da ponte, efeito da campanha antecedente, que o empenho da futura seria atacar Olivença. Esta ideia advertiu juntamente a fortificação de Jerumenha, posto de muito grande importância, por dependerem da sua conservação muitos lugares de uma e outra parte do Guadiana.” *Ibidem*, pág. 165

Nicolau de Langres, engenheiro francês ainda sem créditos firmados.³⁷ Sabemos que o projecto de Pascoeli foi desde logo recusado e tudo aponta para que o projecto de Cosmader tenha sido, inicialmente, o escolhido. Em Janeiro de 1646 começam os preparativos para o arranque da obra, para a qual havia um orçamento de sete mil cruzados, enviado pela Junta dos Três Estados.³⁸ Apesar de ser o mais notável engenheiro militar a obrar em Portugal, o seu projecto para Juromenha era demasiado dispendioso, demorado e praticamente impraticável, pelo que foi preterido pouco tempo depois em detrimento do projecto de Nicolau de Langres,

Nicolau de Langres foi, também, um importante engenheiro militar durante as campanhas da Restauração e um dos que mais tempo serviu a coroa portuguesa. Esteve cerca de 18 anos ao serviço de Portugal, tendo sido objecto de estudo numa investigação sobre a sua obra em Portugal, efectuado por Gastão de Melo e Matos. Muito pouco se sabe sobre a vida de Nicolau de Langres antes da sua vinda para Portugal. Sabe-se que era engenheiro ordinário do rei de França, vivia em Charleville e ofereceu-se como “engenheiro de reputação” ao embaixador português em França, o Conde de Vidigueira. No dia 31 de Março de 1644, assina o contrato para servir em Portugal por três anos.³⁹

³⁷ “(...)Três plantas se tem desenhado desta fortificação, uma fez Pascoeli arrimando-se muito ao castelo, derrubando todo o lugar sem deixar capacidade entre o castelo e a fortificação para se fazerem casas, e o que faz vem a ser pouco mais que franquear a obra do mesmo castelo; a outra planta é a de Cosmader, que sem fazer caso do lugar vai ganhar duas iminências distante dele derrubando tudo quanto há e deixando outras muito prejudiciais para a sua defesa; a terceira é esta de Langres, que sem derrubar o lugar ganha as iminências que lhe podem fazer dano serrando-a com o castelo que fica servindo de segunda retirada, é de dois baluartes inteiros, e dois meios dos menores que faz todo o mundo, considerando os gastos de cada três vem a ser muito cómoda (...)” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 116

³⁸ “Pela Junta dos Três Estados se vos remetem treze mil cruzados, separadamente, para a fortificação de Olivença, e os dois que faltam a cumprimento de quinze que me avisam são necessários para se acabar de todo se vos remeterão a semana que vem. Pela mesma Junta se vos remetem mais sete mil cruzados para se começar a trabalhar na fortificação de Juromenha depois de ajustardes a planta, na conformidade que se vos tem escrito pelo Conselho de Guerra, e antes que estes se acabem procurareis se vos remeta mais dinheiro, em tal diligência que por falta dele não pare a obra, e pois vos é presente quanto importa que ela corra com suma brevidade vo-la não encomendo. Escrita em Lisboa a 31 de Janeiro de 1646” (Carta enviada por D. João IV ao Conde de Castelo-Melhor), In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1940, pág. 25

³⁹ “Digo eu, Nicolau de Langres, engenheiro ordinário de El-Rei Cristianíssimo natural francês e morador em Charleville que sabendo que o Excelentíssimo Conde Almirante embaixador de Sua Majestade de Portugal em França procurava mandar ao serviço de Sua Majestade alguns engenheiros de reputação me ofereci a ir servir em Portugal. Sendo o dito senhor informado que eu daria boa satisfação em o dito ofício de engenheiro a conserto sobre o soldo e gozes de meu serviço e ordenados sobre o que acordamos em tudo no modo seguinte. Que Sua dita Majestade de Portugal me mandaria pagar cada ano pelos ditos soldos ordenados e gozes trezentos e sessenta dobrões, o valor deles na moeda de Portugal que são trinta dobrões cada mês pagos na forma costumada depois do dia em que me parti de Rochelle para Portugal, oferecido e prestes a Seu Real Serviço, assim debaixo do dito conserto

O embaixador julgou Nicolau de Langres como engenheiro de grandes qualidades, e, quando chegou a Portugal, era portador duma carta, escrita no dia 6 de Abril de 1644, em que certamente era elogiado pelo embaixador, como é visível na carta de resposta enviada ao Conde de Vidigueira por D. João IV.⁴⁰

No entanto, Nicolau de Langres não justificou logo no início a fama que lhe criara o embaixador, iludido talvez pelo próprio interessado. Todavia, Langres devia ser conhecido em França, pois em carta enviada a 24 de Abril pelo Conde de Vidigueira, conta que o antigo engenheiro-mor Lassart, se refere a Langres como:

*“bom engenheiro o que agora remeti para ir servir Vossa Majestade”*⁴¹

Em 29 de Novembro de 1644, D. João IV, encarregando o embaixador de procurar uma pessoa competente para exercer o cargo de mestre de campo general, recomenda-lhe que se informe cuidadosamente dos méritos dos candidatos, isto porque a competência técnica dos mercenários estrangeiros não se sobrelevava notavelmente à dos portugueses e entre os exemplos citados, Nicolau de Langres é um dos visados, muito provavelmente pelas especiais referências que este merecera:

feito e concluído em satisfação dele me obrigo por minha pessoa e bens de servir bem e fielmente com toda a minha indústria, obra e cuidado a Sua Majestade de Portugal assim nas fortificações como nos sítios e ataques de artilharia e artificios de fogo e outra qualquer ocupação que me for mandada das ditas obras e todas as mais que dependem de um fiel e inteligente e cuidadoso engenheiro e me obrigo que dentro em três anos não largarei o serviço de Sua dita Majestade nem sairei do exército de suas armas e de minhas obrigações nem do dito Reino de Portugal sem expressa licença e ordem sua, estarei à obediência e ordens dos ministros que me der por superiores em o meu dito cargo e serviço e confesso haver recebido de Sua Excelência quarenta dobrões para via do custo de minha viagem, caminho, embarcação e por verdade de tudo pedi a António Moniz de Carvalho, secretário da embaixada de Sua dita Majestade fizesse esta minha obrigação e assinasse comigo e me foi lida em língua entendida em mim inteiramente. Paris, trinta e um de Março de mil seiscentos e quarenta e quatro, declara-se que a moeda de Portugal os dobrões pelo que vale em França – Nicolau de Langres – António Moniz de Carvalho.” In, Matos, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, págs. 24 e 25

⁴⁰ “Conde Almirante Embaixador amigo. Eu, El-Rei vos envio muito saudar. Recebeu-se a vossa carta de 6 de Abril próximo passado. E trouxe Nicolau de Langres, que a este reino me vem servir de Engenho, e vos agradeço muito, o cuidado e boa diligência com que o procurastes, que segundo o que acerca dele me referis espero ainda a sua obrigação como convém; a Matias de Albuquerque mandei escrever sobre os seus pagamentos, e que este se lhe faça a seus tempos. Escrita em Alcântara a 31 de Maio de 1644 – Rei – Para o Conde Embaixador em França.”⁴⁰, Ibidem, pág. 25

⁴¹ Ibidem, pág. 27

*“e o engenheiro Nicolau de Langres que me remeteste tem cá parecido menos do que dele se esperava.”*⁴²

Nicolau de Langres terá servido no Alentejo até final do ano de 1644 e terá, possivelmente, assistido à defesa de Elvas no princípio de Dezembro. Langres trabalhava sobre as ordens de Cosmander, que exercia a superintendência das fortificações no Alentejo, e sabemos que desrespeitou a sua autoridade. Não tardou que D. João IV enviasse ordem ao Conselho de Guerra para que o governador de armas resolvesse o assunto. Cosmander era considerado muito competente e prestou bons serviços, pelo que era mais útil do que Langres, mas também era conhecido o seu feitio complicado. Não sabemos o que terá acontecido, pois desta questão só é conhecido o que figura numa nota de Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado, enviada ao Conselho de Guerra em 31 de Dezembro de 1644 que dizia o seguinte:

*“Que a pessoa que governar as armas faça examinar o descomedimento que o engenheiro Langres teve com o dito Coronel (Cosmander) para que Vossa Majestade mande no caso o que for servido.”*⁴³

Parece que as relações entre Cosmander e Langres não eram as melhores e pioraram quando o seu projecto para a fortificação de Juromenha foi preterido em detrimento do de Langres. Quando Matias de Albuquerque, 1º Conde de Alegrete, assumiu o comando do exército, Nicolau de Langres esteve certamente com ele em Juromenha, nos dias 22 e 23 de Setembro de 1646, onde o Conde tinha ido para estudar os projectos para a fortificação desta praça.⁴⁴ Depois de ter sido posta em causa a sua competência pouco depois de ter chegado a Portugal, surge aqui um caso que prova as qualidades de Langres como engenheiro militar ao ser escolhido o seu projecto para a

⁴² Matos, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, pág. 27

⁴³ *Ibidem*, pág. 28

⁴⁴ *“Nesta carta é Vossa Majestade servido mandar-me referir o que pareceu aos conselhos de estado e guerra, que com todo o acerto que costumam tão grandes sujeitos apontarão tudo muito conveniente e assim se executou, porque logo se veio para junto aos olivais de Elvas a fazer frente para o inimigo estando ali dois dias, passamos a ponte de Olivença, e não podendo ali dar-se a execução à fortificação por ser impossível haver passagem viemos a este lugar de Juromenha, onde se desenhou, e ajustou a planta que se teve por mais conveniente respeito do terreno. (...) Deste exército em Domingo às nove horas da manhã 23 de Setembro de 1646 – Conde de Alegrete”* In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. II, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 114 e 115

fortificação desta praça, provocando a ira de Cosmader que abandonou o exército quando soube que começavam os trabalhos.⁴⁵

A proposta da empreitada de Langres, ao qual se juntou, em parceria no projecto, Jean Gillot, não agradava ao Conselho de Guerra porque este não concordava com o processo de se apresentarem contas sem se conhecerem as dimensões e importância do trabalho, pelo que foi pedido a Jerónimo Rodrigues, um arquitecto real e pessoa de maior confiança que os franceses, um outro orçamento.⁴⁶ Quando D. João IV recebeu o projecto, a linha de fortificações pareceu demasiado extensa, ordenando o monarca que se diminuísse a linha, a fim de ser menor a despesa.⁴⁷

⁴⁵ “Ontem acabou de se ajuntar a planta no terreno desta praça de Juromenha, e porque nela pareceu mais a propósito a que Langres havia feito, se sentiu o Coronel Cosmader prestando em não querer desenhar a sua; e pondo na de Langres por dificuldade que não podia desquartinar um baixo de um monte, o que Langres e Gilot se obrigaram a fazer, e pedem por toda a fortificação perfeita e acabada da fábrica de Olivença vinte e cinco mil cruzados, e de empreitada para o que darão fianças bastantes, e a descurtinarem o baixo da dívida de Cosmader, o que por todos uniformemente é aprovado, e começando esta manhã a trabalhar os terços me avisaram que Cosmader era partido para essa cidade sem mo fazer a saber nem tomar licença, o que é de muito prejudicial consequência, e vem Cosmader a querer que por força se siga a sua opinião, ou a deixar o exército de Vossa Majestade em campanha e ir-se sem ordem, sendo coronel com soldo ou engenheiro, e posto que sou seu amigo, devo mais ao serviço de Vossa Majestade e a minha Pátria que a sua opinião e vontade. Vossa Majestade mandará o que mais for servido, cuja muito alta pessoa guarde Deus muitos anos para aumento da Cristandade como ela há mister. Deste exército, em 23 de Setembro de 1646 – O Conde de Alegrete” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 85

⁴⁶ “Da fortificação de Juromenha tenho enviado a planta a Vossa Majestade, e o papel do que pedem os Engenheiros, e claro estava que sem a aprovação de Vossa Majestade, não se havia de concluir coisa alguma, nem de presente (enquanto o exército andar em campanha) se pode acudir aquela obra e virá Jerónimo Roiz, e com ele, o que Vossa Majestade mais mandar resolver, se tomará o assento. Guarde Deus a muito alta pessoa de Vossa Majestade muitos anos para aumento da Cristandade como ela é mister. Deste exército em 5 de Outubro de 1646 – O Conde de Alegrete.” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. II, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 123 e 124

⁴⁷ “Conde amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar, como aquele que amo. Recebeu-se a vossa carta de 30 do passado com a planta e desenho da fortificação de Juromenha que fizeram os engenheiros Langres e João Gilot, como papel das condições com que se oferecem a fazer esta obra dando-se-lhes 25000 cruzados e havendo visto tudo e o que se vos oferecem sobre este particular, me pareceu dizer-vos, e encomendar-vos que procureis recolher a fortificação daquela praça, ainda que seja cortando-se algumas casas do lugar (que se farão dentro a pouco custo, ou por qualquer outra maneira) em tal forma que venha a custar o dinheiro que pode haver na estreiteza em que hoje estão as coisas porque fazendo-se a fortificação na conformidade do desenho, e com as despesas do papel de ajustamento que veio com eles, não é possível haver cabedal para se poder acabar, e começada para ficar em seus princípios sem os inconvenientes que se devem ter presentes. Escrita em Lisboa a 12 de Outubro de 1646 – Rei” In, Matos, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, págs. 30 e 31

Apesar de tudo, os generais do Alentejo tinham uma opinião diferente e elogiosa sobre os projectos de Nicolau de Langres, tendo sido, definitivamente, adoptado o projecto do engenheiro francês, apesar de todas as apreensões sobre o seu elevado custo, e defendido por Joane Mendes de Vasconcelos contra todas as objecções apresentadas.⁴⁸ Joane Mendes de Vasconcelos foi, aliás, um dos maiores defensores do projecto de Langres para a fortificação de Juromenha e, depois de inúmeras insistências, conseguiu que o projecto fosse aprovado. Em carta enviada a D. João IV, datada de 7 de Janeiro de 1647, Joane Mendes de Vasconcelos refere que tudo está preparado para se começar a construção da fortaleza segundo o projecto de Langres e Gilot. Saliente-se o facto de neste documento ser feita referência aos sete mil cruzados que haviam sido enviados no ano anterior para a construção da fortificação.⁴⁹ Para além de Juromenha, Langres

⁴⁸ “Vossa Majestade, por carta sua de Outubro passado escrita ao Conde de Alegrete, Governador das Armas, em resposta a outra sua de 30 de Setembro que escreveu em companhia da planta que os engenheiros Langres e Gilot fizeram da fortificação de Juromenha, lhe ordena Vossa Majestade que procure recolher a dita fortificação, ainda que seja cortando-se algumas casas do lugar para se fazerem dentro, de modo que venha a custar o dinheiro que pode haver na estreiteza em que hoje estão as coisas, sobre o que me pareceu representar a Vossa Majestade que Juromenha é o principal paço para Olivença e a porta para Vila Viçosa, Borba, e mais lugares circunvizinhos, e que por estas, e outras muitas razões merece que se tenha com ela grande cuidado e estimação, e o que se houver de fazer seja com brevidade para que nos não arrependamos um dia de o não haver feito. Três plantas se tem desenhado desta fortificação, uma fez Pascoeli arrimando-se muito ao castelo, derrubando todo o lugar sem deixar capacidade entre o castelo e a fortificação para se fazerem casas, e o que faz vem a ser pouco mais que franquear a obra do mesmo castelo; a outra planta é a de Cosmander, que sem fazer caso do lugar vai ganhar duas iminências distante dele derrubando tudo quanto há e deixando outras prejudiciais para a sua defesa; a terceira é esta de Langres, que sem derrubar o lugar ganha as iminências que lhe podem fazer dano serrando-a com o castelo que fica servindo de segunda retirada, é de dois baluartes inteiros, e dois meios dos menores que faz todo o mundo, considerando os gastos de cada três vem a ser muito cómoda, porque a de Pascoeli ainda que custara menos não é nada, e a de Cosmander há-de custar mais, e derrubando-se todo o lugar se fica frustrando um dos principais intentos desta fortificação que é obrigar aos moradores que se ausentarão que tornem para suas casas e fazendas o que não querem fazer sem terem quem os assegure e defenda, e não é aquele povo de tão pouca importância que se haja de perder por quatro ou seis mil cruzados, que isto mesmo hão de custar as casas em qualquer parte que se houverem de fazer havendo capacidade para isso, a que achamos que os engenheiros não pedem muito porque se Vossa Majestade mandar fazer a obra por sua conta há-de muito mais; e porque a importância deste negócio não sofre dilação me pareceu representá-lo a Vossa Majestade para que Vossa Majestade se sirva mandar-me avisar se se há-de trabalhar nesta fortificação e se há-de ser por conta dos engenheiros, ou de Vossa Majestade remetendo logo o dinheiro para se começar com o calor que convém; e sobretudo fará Vossa Majestade o que mais houver por seu Real Serviço. Nosso Senhor guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como seus vassallos havemos mister. Elvas em 5 de Dezembro de 1646 – Joane Mendes de Vasconcelos.” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 116 e 117

⁴⁹ “Em cumprimento da carta de Vossa Majestade de 31 do passado com que Vossa Majestade foi servido resolver que se começasse a fortificação da vila de Juromenha pela planta e concerto que fizeram Langres e Gillot comecei logo a dispor o necessário para ela na dita vila. Estão já alguns apetrechos, fico mandando outros, e tudo se fará sem um instante de dilação; e porque os ditos engenheiros fizeram uns apontamentos assinados das obrigações com que haviam de fazer a dita justificação, os quais o Conde de Alegrete, Governador das Armas, remeteu a Vossa Majestade e são agora aqui necessários para se ajustarem algumas coisas como convém, seja Vossa Majestade servido mandarmos remeter com brevidade, e para começarem lhe mandarei logo entregar os sete mil cruzados que Vossa Majestade

estava também a trabalhar noutra projecto da sua autoria, a fortificação de Campo Maior, outra vez em concorrência com Cosmander.⁵⁰

Gastão de Melo e Matos, no seu estudo sobre a obra de Nicolau de Langres em Portugal, atribui ao engenheiro francês a autoria da Fortaleza de Juromenha.⁵¹ Outros autores atribuem também a autoria da fortificação a Nicolau de Langres. No entanto, Gastão de Melo e Matos deixa também no ar a hipótese de Cosmander poder ser o autor da fortificação. Cosmander, que fora chamado a Lisboa a 10 de Dezembro de 1646 para se reunir com D. João IV⁵², terá conseguido persuadir as autoridades competentes da superioridade do seu projecto. Não sabemos o teor da reunião entre D. João IV e Cosmander, mas a verdade é que o engenheiro flamengo regressou ao Alentejo, em Janeiro de 1647, para dirigir as obras da fortificação de Juromenha, com poderes reforçados.⁵³ É muito provável que na reunião com D. João IV, Cosmander tenha feito

mandou o ano passado para a dita fortificação, entretanto se sirva Vossa Majestade ordenar que se remeta o mais dinheiro para que por falta dele não se parem as obras. Nosso senhor guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como seus vassallos havemos mister. Elvas 7 de Janeiro de 1647 – Joane Mendes de Vasconcelos” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 126 e 127

⁵⁰“*A praça de Campo Maior, como algumas vezes tenho representado a Vossa Majestade, está sem fortificação que a defenda porque de presente tem só uma trincheira de campanha com a qual não poderá resistir muitos dias, e se o inimigo se arrimar a ela lhe poderá suceder algum trabalho antes de a podermos socorrer; o lugar tem muitos padrostos e necessita principalmente de uma cidadela de que Cosmander e Langres tem feito dois desenhos, e será conveniente escolher deles o que menos casas derrubar porque é o que o povo abraçará com mais vontade e menos desesperação. Sirva-se Vossa Majestade de mandar logo remeter algum dinheiro para esta obra porque a grande importância dela não sofre dilação alguma. Elvas 4 de Dezembro de 1646 – Joane Mendes de Vasconcelos,* In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 113 e 114

⁵¹“(…) *Por esta ocasião sabemos que Langres estava a dirigir os trabalhos de fortificação de Campo Maior, o que nos leva a crer que também aqui, como em Juromenha, o seu projecto tivesse sido aprovado. (...)*” In, Matos, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, pág. 36

⁵²“*Coronel João de Cosmander. Eu, El-Rei vos envio muito saudar; encomendo-vos muito que logo que receberdes esta carta vos venhais a esta Corte porque desejo ouvir-vos sobre alguns particulares de meu serviço que não são de pouca consideração. Escrita em Lisboa a 10 de Dezembro de 1646 – Rei.*” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940, pág. 156

⁵³“*Joane Mendes de Vasconcelos amigo. Eu, El-rei vos envio muito saudar. Como se vos tem advertido em outra carta tenho resoluto que o Coronel João Pascácio Cosmander execute a obra da fortificação de Juromenha pela planta que vos mostrara e eu aprovei, ordeno-lhe que logo vá, como vai, a dar princípio sem dilação alguma a esta fortificação e leva a planta dela como fica dito, e para que não se perca tempo, vos encomendo, e mando lhe deis toda a assistência e favor que pede matéria tão importante a meu serviço e porque também há-de continuar nas obras das fortificações dessa praça de Elvas e do Forte de Santa Luzia pelas plantas que estão aprovadas. E porque se vai trabalhando nelas, e convém que em umas e outras partes se trabalhe com a pressa do passo e de modo que se consiga acharem se estas praças em estado defensável quanto mais antes se possa conseguir e prevenir que não haja causas nem dúvidas que o possam dificultar, ou embaraçar, resolvi que todas as pessoas que trabalharem nestas fortificações, como são pedreiros, gastadores caieiros, os que cortarem e acarretarem lenha e quaisquer outras pessoas que se houverem de ocupar na fortificação, ou nos materiais para ela estejam*

alguma espécie de “chantagem” para ficar novamente à frente das obras de Juromenha. Tendo a plena consciência da sua importância para Portugal, como engenheiro experiente no campo da arquitectura militar, já antes tinha ameaçado abandonar o exército quando soube que tinha sido preterido por Langres em Juromenha, certamente por causa da desavença que teve antes com o engenheiro francês, o que deve ter tido, de certa forma, algum impacto para as autoridades competentes. D. João IV tinha uma grande estima e consideração por Cosmander, e também a noção da importância que tinha o engenheiro flamengo, pelo que não deve ter sido difícil para si concordar com os argumentos apresentados por Cosmander e aceder aos seus pedidos. Em carta enviada a Joane Mendes de Vasconcelos por D. João IV, a 8 de Fevereiro de 1647, ou seja, muito pouco tempo depois de Cosmander ter regressado ao Alentejo, sabendo que o flamengo estava a ser investigado sem ordem sua, D. João IV dá conta da consideração que tem pelo coronel, ordenando que se pare a investigação, manifestando o seu desagrado a Joane Mendes de Vasconcelos por este ter iniciado a dita investigação sem o ter informado. Este documento, para além de demonstrar o apreço que D. João IV tinha pelo engenheiro flamengo, demonstra também que os generais do Alentejo desconfiavam de Cosmander, certamente depois da sua ameaça em abandonar o exército.⁵⁴

subordinados à ordem do Coronel Cosmander e que as ferramentas e quaisquer outros instrumentos necessários para elas que pedir-lhas de o vedor geral da artilharia com declaração que tendo ele dúvidas a dar-lhe algumas das coisas que lhe pedir o coronel dará o mesmo vedor logo conta das razões por que duvidar dar-lhe as tais coisas ao geral de artilharia mestre de campo general ou governador das armas desse exército, para que eles considerando as razões das dúvidas, ordenem se faça o que entenderem ser mais conveniente a meu serviço e com tal brevidade que não se perca um só momento de tempo. Advertindo também que António de Freitas de nenhuma maneira se há-de intrometer no que fizer o coronel, se não for na forma referida de advertir a seus superiores das dúvidas que tiver e nesta forma fareis se proceda nesta matéria e fio do zelo com que me servis que encaminhareis tudo com tão bom modo, e de maneira que se consiga o que se pretende e que uns e outros o facilitem e encaminhem por sua parte sem dúvidas nem contradições algumas. Escrita em Lisboa 22 de Janeiro de 1647 – Rei” In, Matos, Gastão de Melo, Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, pág. 33

⁵⁴ *“Soube que nessa cidade se andava fazendo certa diligência para averiguar a verdade de algumas queixas do Coronel João de Cosmander, que pela satisfação com que me serve como religioso, por sacerdote, por estrangeiro, e por outras razões fora conveniente que esta averiguação se não fizera sem ordem minha para a mandar encaminhar quando importasse fazê-la pelos meios e pelas pessoas que convêm, me pareceu dizer-vos que me hei por muito mal servido desta diligência e ordeno-vos façais parar nela procurando não chegue a notícia do coronel se a não tem e se para isto houver alguma comissão vossa, o que não creio, a fareis recolher; e ao auditor geral, vedor da artilharia e a qualquer outra pessoa que convenha prevenir desta minha ordem a advertireis dela e me avisareis de como assim o tendes executado dizendo-me mais quem foi a pessoa que nisto se intrometeu porque o quero entendido. Escrita em Lisboa a 8 de Fevereiro de 1647”, In, Coelho, P. M. Laranjo, Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1940, pág. 163 e 164*

A hipótese alvitrada por Gastão de Melo e Matos verifica-se acertada, apesar de não se ter alongado muito nesse assunto na sua investigação uma vez que o seu objectivo era estudar a obra de Langres e não a de Cosmander. Para além da carta enviada a Joane Mendes de Vasconcelos por D. João IV em 22 de Janeiro de 1647, existe também outro documento que prova inequivocamente que Cosmander é o autor da Fortaleza de Juromenha. Esse documento é uma carta de Martim Afonso de Mello, Conde de São Lourenço, datada de 9 de Maio de 1648, onde este escreve:

*“(...) em nada se muda a traça de Cosmander (...)”.*⁵⁵

A data deste documento é posterior à prisão de Cosmander por parte dos castelhanos, em Setembro de 1647, o que nos indica que as obras continuaram segundo o projecto de Cosmander. E quando Cosmander é preso, as referências a Nicolau de Langres são de que este estava a trabalhar em Campo Maior e Ouguela, e não em Juromenha.⁵⁶

Cosmander terá então dirigido as obras de fortificação de Juromenha até à data da sua prisão. A prisão de Cosmander foi um grande revés para o exército português, que tudo fez para resgatá-lo, mas sem sucesso. Sendo o mais importante engenheiro

⁵⁵ *“Com todo o cuidado vou tratando das fortificações de Olivença e Juromenha, e foi de grande utilidade para se trabalhar com mais calor o assistir em Juromenha o general de artilharia, e assim seja Vossa Majestade servido mandar-lho agradecer para que o faça com mais gosto. E pela carta junta que ele me escreveu e vai com esta mandará Vossa Majestade ver a forma com que se vai continuando a fortificação que em nada se muda a traça de Cosmander, mais quer a serventia da porta passar-se a outro lugar onde fica mais defensável e livre dos padraços que tem, a cal nos dá grandíssimo trabalho, e isto porque há-de ir de Elvas, Vila Viçosa e Olivença; pêra todas estas partes há mister mandar comboios para segurarem os homens e cavalgaduras que a levam, mas há-se de fazer todo o possível por se vencerem estas e as mais dificuldades. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade por muitos anos como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 9 de Maio de 1648 – Martim Afonso de Melo.”*, In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 258

⁵⁶ *“Com esta prisão que o inimigo fez ao coronel Cosmander não há dúvida que hão-de resultar grandíssimos enfados, e um deles é quem há-de correr com estas fortificações de Juromenha e Elvas, porquanto Gilot está em Olivença, e diz tem acabado seu tempo e que se queria ir; Langres está em Campo Maior e tem também Ouguela, Juromenha está no pior estado que se pode imaginar porque não está defensável para se meter nela guarnição e o lugar em grande perigo; a fortificação que está feita é só de prejuízo para ele, e é certo que se hão-de fazer interrogar estes dois estrangeiros por cuidarem que se acabou Cosmander, que não há dúvida não sairá de uma prisão enquanto viver quando bem livrar. Vossa Majestade mandará ordenar o que mais convenha e se acerte em coisa tão importante como esta. Deus guarde a Católica Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 7 de Setembro de 1647 – Martim Afonso de Melo”* In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 182

militar ao serviço de Portugal e conhecedor de inúmeros segredos acerca das fortificações portuguesas, os espanhóis não cederam às ofertas portuguesas de troca de prisioneiros.⁵⁷ Cosmander haveria de morrer, em Junho de 1648, no assédio a Olivença, já depois de se ter passado para o lado dos espanhóis, na primeira acção de ingratidão que executou contra os portugueses.

Porém, o Conde de São Lourenço não perdeu tempo com a prisão de Cosmander, nem parou com as empreitadas de fortificação da raia alentejana, que com a falta de Cosmander, sobravam apenas Nicolau de Langres e Jean Gilot como engenheiros de serviço no Alentejo. Juromenha continuava a ser uma das praças que inspirava mais cuidados e das que necessitava de maior assistência, devido à sua importante localização estratégica.⁵⁸ Era, portanto, preciso alguém para substituir Cosmander em Juromenha. Nicolau de Langres estava ocupado com as fortificações de Campo Maior e Ouguela, e Gilot estava em Olivença. Estando mais desocupado do que Langres, e dada a proximidade entre Olivença e Juromenha, foi Gilot quem ficou à

⁵⁷ *“Todas as mais ocasiões que sucederam neste ano (1647) na província do Alentejo, foram de tão poucas consequências que não são dignas de memória. Deu só justo cuidado a infelicidade de levar uma partida dos castelhanos prisioneiros ao coronel engenheiro-mor João Pascásio Cosmander. Vinha de Estremoz para Elvas. Entendendo que estava seguro, despediu o comboio antes de entrar nos olivais, e, a poucos passos que havia caminhado, encontrou uma partida de castelhanos, que o fez prisioneiro. Despediu logo o Conde de São Lourenço um correio pela posta a dar conta a El-Rei, que, sentido deste sucesso, como era justo, lhe ordenou oferecesse aos castelhanos o Conde de Ysinguen em troca de Cosmander, e procurou por todas as vias mostrar a Cosmander o muito que estimava a sua pessoa, e o sentimento que lhe ficava da sua prisão. Porém, nem estas, nem outras diligências prevaleceram contra a indústria dos castelhanos, porque, conhecendo quanto lhes importava reduzir a sua devoção o grande espírito de Cosmander, todo envolto nas nossas políticas, senhor absoluto dos segredos das nossas praças, do génio dos ministros e da suficiência dos cabos, aplicaram as diligências mais esquisitas e os meios mais extraordinários, com o fim de lograrem a bem fundada ideia de o reduzirem a ser parcial dos seus interesses.”* In, Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. II, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, pág. 229

⁵⁸ *“Com a perda do coronel Cosmander sobrevêm mais cuidados e particularmente sobre a vila de Juromenha, que os castelhanos por tantas vias desejam empreender, assim por tirar de todos os socorros a Olivença como por lhe ficar caminho aberto para entrarem por aquela parte, sem impedimento, em Vila Viçosa, Borba e os mais lugares vizinhos; e assim fui pessoalmente a Juromenha por ver o estado daquela praça e o como se lhe poderia acudir a remedia-la, para o que mandei buscar o engenheiro Gilot para se lhe entregar a fortificação, e fica de presente assistindo a ela; e dali poderá, por ser perto, acudir também a Olivença, donde mandei quatro meios canhões que levei comigo, porque como a fortificação for crescendo é-lhe necessário mais artilharia da que lhe levei. Seja Vossa Majestade servido mandar, com toda a brevidade, se acuda com dinheiro a esta fortificação de Juromenha para que antes que entre o Inverno com rigor fique posta em boa defesa; também as mais fortificações de Elvas e Campo Maior estão com a mesma falta. Deus guarde a Católica Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 11 de Setembro de 1647 – Martim Afonso de Melo.”* In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 186

frente das obras de Juromenha.⁵⁹ A empreitada de Juromenha desenrolava-se vagarosamente e variados problemas surgiam todos os dias, entre eles, a falta de pessoal, o que continuava a atrasar a obra.⁶⁰

No ano seguinte, em 1648, era Nicolau de Langres o responsável por todas as fortificações do Alentejo. Gilot, que tinha licença, estava na iminência de regressar a França, deixando assim Langres sozinho como único engenheiro militar de serviço no Alentejo. A obra de Juromenha continuava lentamente, apesar de toda a importância que tinha na defesa da fronteira alentejana. Em carta de Abril de 1648, faz-se novamente referência ao mau estado da fortificação e à sua relevância. É de salientar que na mesma carta é novamente mencionado Cosmander e a sua ligação a Juromenha.⁶¹

⁵⁹ “Logo que faltou o coronel Cosmander nas fortificações de Elvas e Juromenha tratei de que não parassem as obras delas nem um só dia; e assim ordenei a Gilot que corresse com a de Juromenha, como por outra carta tenho dado conta a Vossa Majestade, e não se levanta mão; a de Elvas encomendei ao general de artilharia André de Albuquerque, a que ele acode com toda a pontualidade. Seja Vossa Majestade servido de mandar-lhe escrever e agradecer o cuidado com que o faz. Deus guarde a Católica Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 14 de Setembro de 1647.” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 188

⁶⁰ “Estes dias que deixei de fazer aviso a Vossa Majestade sobre o poder e gente que o inimigo vai juntando foi porque estive um deles em Olivença e outro em Juromenha reparando o que pode ser com artilharia, munições e bastimentos, mas gente é que não temos, nem ainda para guarnição ordinária das praças, porque nesta de Elvas que estão três terços se não podem fazer as guardas ordinárias; em Juromenha tenho Gilot trabalhando e se não perde hora nenhuma do que convém, mas sem gente não há nada defensável, assim que Senhor lembro a Vossa Majestade o queira mandar nesta ocasião com socorro que vier porque sei que não reparará em trabalho nem desconfortos que a guerra traz consigo. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 22 de Outubro de 1647 – Martim Afonso de Melo.” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 197

⁶¹ “Como o tempo está tão entrado no verão é necessário repararmos o que precisamente convém à nossa defesa, como é acudir à praça de Juromenha, sendo de tanta importância, assim para a segurança de Olivença como por aquela parte se poder ofender Vila Viçosa e os mais lugares vizinhos; em ordem a isto me parecia conveniente mandar Vossa Majestade o general de artilharia André de Albuquerque que se venha para o seu posto, tomando por sua conta assistir à fortificação desta praça, porque só deste modo se poderá ela acabar, e logo assistirá com ele Gilot antes que se vá para a sua terra, que diz tem licença de Vossa Majestade para o fazer brevemente; com que ficando todas estas fronteiras só com o engenheiro Langres e para esta obra de Juromenha há-se mister dinheiro, pois os cinco mil cruzados que vieram foram para Campo Maior onde se trabalha com todo o cuidado; parecia-me que enquanto se não trabalhava em Santo Aleixo, por não ser obra tão precisa como a de Juromenha nem de tanta importância, se podiam aplicar a ela o dinheiro que veio para a reedificação desta cidade porque Juromenha, torno a dizer a Vossa Majestade, que é uma das praças de maior importância para a província, e que com a falta de Cosmander ficou sem trabalhar nela porque estava por sua conta, e se assim não for em uma obra tão necessária como esta e não houver pessoa particular a quem se encarregue nunca se há-de acabar, e eu poderei dar toda a ajuda e favor para ela se continuar mas não posso lá assistir como fazia Cosmander; seja Vossa Majestade servido mandar responder-me a esta carta porque se agora se não tratar desta fortificação depois, quando o inimigo tente alguma coisa por aquela parte, ainda que haja muito dinheiro e muito com que trabalhar, tudo será sem utilidade alguma. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 22 de Abril de 1648 – Martim Afonso de Melo.” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da*

Para além de todas as preocupações com a construção da Fortaleza de Juromenha, surge outra que nada tem a ver com a construção, de igual importância: a escolha de um oficial para o posto de capitão-mor de Juromenha. Em carta de 23 de Abril de 1648, D. João IV propõe ao Conde de São Lourenço que seja António Galvão, que estava em Olivença, a ocupar o cargo, mas o Conde tem uma opinião diferente, a de que deve ser outra pessoa a ocupar o cargo, expressa numa carta enviada a 1 de Maio de 1648.⁶² No mesmo dia é remetida outra carta a D. João IV, acerca de certas prevenções que são necessárias para se fazer oposição ao inimigo, sendo uma delas e a mais importante, tentar que Gilot permaneça por mais algum tempo em Portugal, oferecendo-lhe mais dinheiro e pedindo, se necessário, a Rui Correia Lucas, grande amigo de Gilot, que lhe escreva a convencê-lo a ficar.⁶³ O Conde de São Lourenço insistia e fazia todos os esforços para que o engenheiro francês continuasse ao serviço de Portugal,

Província do Alentejo a El-Rei D. João IV, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 252 e 253

⁶² “*Por carta de 23 do corrente me ordena Vossa Majestade que proponha sujeitos para ocuparem o posto de capitão-mor de Juromenha, e que um deles seja sargento-mor do terço de Dom António de Ortis, António Galvão. Muito bem ocupara ele este lugar e outros mas é certo que não lhe estará a conto para seu acrescentamento ser capitão-mor desta Praça, além de que seu Mestre de Campo, Dom António de Ortis, está muito impedido e trôpego de gota, de maneira que passa meses na cama, e o mais tempo não sai e casa; e em Olivença não sei outro sujeito de tanta importância como António Galvão para assistir a defesa dela (se o inimigo tentar buscá-la) e por aqui verá Vossa Majestade quanto convém trazer-se gente de bem ocupada na guerra, por não suceder semelhante falta como esta; e sendo assim António Salvado de Sousa não serve de presente para governar Juromenha não proponho a Vossa Majestade outro sujeito por aqui o não sentir capaz de se lhe encarregar este posto, mas resolvendo Vossa Majestade que vá ocupá-lo seja Vossa Majestade servido mandar-lho escrever fazendo-lhe mercê com esperanças de maior acrescentamento, e com isso proporei a Vossa Majestade os sujeitos que houver para sargento-mor deste terço, que não é possível estar sem ele pelo impedimento do Mestre de Campo, e espero que sem dilação me mande Vossa Majestade responder a tempo em coisa tão importante. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos seus vassallos havemos mister. Elvas em o primeiro de Maio de 1648 – o Conde de São Lourenço.*” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 256

⁶³ “*Em 25 do passado recebo carta e ordem de Vossa Majestade em que me manda advertir que pelas notícias que se tem do inimigo ajuntar poder para neste verão fazer exército e sair em campanha trate de buscar todos os meios para entreter o engenheiro Gilot, para que não se vá acabado este mês de Maio, que é o tempo em que se acaba seu contracto, e que para esse efeito lhe possa dar alguma ajuda de custo; não me parece que será bastante nada disto para o deter, porque o mesmo sucedeu de presente com o engenheiro de fogo Tiernemans, que são tão insolentes estes hereges que não admitem razão, e mais quando cuidam de presente que os pode haver mister. Rui Correia Lucas é grande amigo de Gilot, sirva-se Vossa Majestade de mandar que lhe escreva com todo o aperto e que lhe mande uma boa ajuda de custo por sua via, para que esteja mais pelo menos estes quatro meses de verão, daqui até Outubro, que eu se lhe falar desta matéria parece-me que nem em Olivença nem Juromenha trabalhará os dias deste mês como convém; posto que com os quinze mil cruzados que ontem chegaram a Elvas se há-de adiantar muito; tudo o que poder ser à fortificação destas duas praças em que também assiste o capitão Diogo de Aguiar, a quem Vossa Majestade fez mercê para se ocupar neste exército. E quanto mais depressa vierem estas cartas para Gilot será mais conveniente. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em o 1º de Maio de 1648 – Martim Afonso de Melo.*” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 257

lembrando também a D. João IV que não se esquecesse de Nicolau de Langres, que tão bem trabalhava e servia a coroa portuguesa.⁶⁴

No verão de 1648 ainda continuava a empreitada de Juromenha, sem um fim à vista.⁶⁵ Uma das maiores preocupações do Conde de S. Lourenço era a de se acabarem as obras das diversas praças alentejanas, sendo recorrente em inúmeras cartas de Martim Afonso de Melo, o pedido de mais dinheiro para se terminarem as fortificações.⁶⁶ As obras para a fortificação de Juromenha duraram, com certeza, mais do que estava previsto, o que é normal em tempo de guerra. Em documento datado de Agosto de 1650, é feita nova referência ao facto de se necessitar novamente de um capitão para a

⁶⁴ “Depois que se trabalha em Juromenha tenho feito as diligências que pude com Gilot por ver se ficaria este verão trabalhando também em Olivença; um dia destes me escreveu para Vossa Majestade a carta que com esta envio; eu lhe agradei em nome de Vossa Majestade, o bom termo com que se havia nesta ocasião. Sirva-se Vossa Majestade de mandar também escrever-lhe assim; e posto que eu sei que Vossa Majestade lhe mandava uma jóia parece melhor que se lhe dê quando concluir com a obra destas praças e que até então se detenha, porque Langres também nos ajuda e trabalha muito bem em Elvas e Campo Maior, e terá razão de queixa se não fizer a mesma demonstração com ele; e assim me parece se detenha por agora a pessoa que Vossa Majestade lhe mandava. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 27 de Maio de 1648 – Martim Afonso de Melo” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 269 e 270

⁶⁵ “Por me parecer coisa muito necessária e conveniente ao serviço de Vossa Majestade fui estar estes dias na praça de Olivença que posto que não é tão boa como Sintra neste tempo, quis ver pessoalmente o que se obra nas fortificações dela; aquela fronteira é coisa grande porque com ser uma vila que não era das maiores do reino se lhe faz mais larga fortificação do que convinha e maior, que esta cidade de Elvas, e bem se deixa ver que houve erros em se lhe deixar tão larga distância em sua fortificação, porque tendo nove baluartes, e alguns deles tão grandes que meia vila poderá caber num; enfim, Senhor, não se há-de perder hora de trabalho, posto que o tempo é rigoroso. Seja Vossa Majestade servido que não falte com algum dinheiro para que se não pare com as obras assim de Juromenha, como de Olivença e Campo Maior, que de um ano se está trabalhando com grande assistência. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 29 de Julho de 1648”, In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 300 (Esta carta, apesar de não estar assinada, pode-se atribuir com grande grau de certeza ao Conde de São Lourenço.)

⁶⁶ “Por três correios que despachei com cartas a Vossa Majestade tenho representado o que agora faço por este afirmando a Vossa Majestade que será grande sentimento parar-se com as obras das fortificações de Olivença e Campo Maior, o que será forçado se Vossa Majestade com toda a brevidade não mandar que das considerações que estão aplicadas se mande algum dinheiro que com qualquer socorro que vier há-de luzir muito a obra, porque o tempo está excelente para trabalhar e sem haver quem o impeça e com gente de quem nos podemos valer, e estas conveniências não se acham sempre, e o que se podia buscar de empréstimos e depósitos se tem feito, e principalmente em Olivença.

Em Juromenha se trabalha posto que é grande a dificuldade com que se obra, pois vai a cal de Elvas, que por milagre se não tem rompido muitas vezes os comboios, porque são muitos os que se dão a todas as praças, e principalmente a esta. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 25 de Setembro de 1648 – Martim Afonso de Melo” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 320 e 321

praça de Juromenha.⁶⁷ É bastante provável que nesta data a praça já estivesse “em funcionamento”, mas não necessariamente as obras concluídas.

Em 1657, cerca de 10 anos depois de ter apresentado o seu projecto, o caminho de Nicolau de Langres volta a cruzar-se com Juromenha. Nesse ano, depois de perdidas as praças de Mourão e Olivença, resolveu-se reforçar a fortificação de Juromenha, com uma obra exterior. Nicolau de Langres foi o responsável pelo projecto, que seria o de uma obra coroa. A obra chegou a ser executada em terra e faxina, mas no entanto, Nicolau de Langres e Carlos Delsart chegaram à conclusão de que a Fortaleza ficaria mais segura sem essa obra exterior, opinião partilhada também pelos cabos do exército de serviço em Juromenha, de modo que a obra coroa se manteve apenas provisoriamente, não existindo hoje qualquer vestígio dela.⁶⁸ O projecto de Nicolau de

⁶⁷ “Por estar vaga a praça de Juromenha por Ascenço Alvares Barreto que era capitão mor dela haver passado a Trás-os-Montes por tenente de Mestre de Campo General, e ser necessário haver nela capitão-mor que a governe, proponho a Vossa Majestade para este posto.

Em primeiro lugar ao sargento-mor Álvaro de Azevedo que o é do terço do Mestre de Campo António de Melo de Castro, por ter muitos serviços feitos por espaço de trinta anos assim no estado do Brasil, como nos de Flandres ocupando os postos de soldado, alferes e capitão de infantaria, recebendo algumas feridas, e sendo no ano de 1643 prisioneiro em França, se passou a este Reino, trazendo em sua companhia doze soldados portugueses que entregou nos Armazéns de Vossa Majestade.

E em segundo ao capitão Manoel Lobato, ajudante do tenente de Mestre de Campo general por ser soldado de valor sezudo, e capaz de ocupar qualquer posto, e por seu bom procedimento, o qual serve a Vossa Majestade de dez anos a esta parte ocupando os postos de soldado, alferes, ajudante e capitão de infantaria, Vossa Majestade mandará resolver o que houver por seu serviço. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas a 10 de Agosto de 1950 – o Conde de São Lourenço” In, Coelho, P. M. Laranjo, Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e El-Rei D. Afonso VI, Vol. II, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 199

⁶⁸ “O ano passado depois de perdidas as praças de Olivença e Mourão se entendeu que convinha fortificar Juromenha de tal sorte que ficasse capaz de um grosso presidio de infantaria, e cavalaria, assim para melhor defesa daquele sitio tão importante como para se dificultarem as entradas ordinárias e continuas que o inimigo começou a fazer pelos portos do Guadiana; a este fim se levantou uma obra exterior em forma de coroa de terra e faxina que não chegou a esta província tratei de que se acabasse de aperfeiçoar a fortificação interior com algumas obras de fora convenientes a ela, no que se tem trabalhado com todo o calor de tal sorte que brevemente se poderá ocupar a gente na obra à coroa que é a matéria desta carta porque Nicolau de Langres que a traçou e Carlos Delsart de cuja experiência e arte se pode fiar tudo a reprovam entendendo que sem ela ficava muito mais segura a praça de Juromenha, em razão de serem muito condenados os sitios que ocupa esta obra a coroa, pela qual quer não pode ter boas defesas, será mais fácil ao inimigo o chegar-se à praça, com grandes vantagens; e no que toca à guarnição, que é só, o que podia obstar, ainda que menos depois de se haver recuperado Mourão, se tem achado sitio capaz, e seguro, em que se podem fazer alojamentos para 200 até 300 cavalos, entre uma obra de fora, e as fortificações interiores. Além dos engenheiros nomeados também são deste mesmo parecer os cabos do exército, e eu me acho da mesma opinião: contudo não me pareceu que devia resolver a matéria, e derribar a trincheira começada, sem ordem particular de Vossa Majestade, que será servido mandar-me responder logo para que se não perca tempo naquilo que houver de obrar. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como este Reino e seus vassallos de Vossa Majestade havemos mister. Estremoz 23 de Março de 1658 – Joane Mendes de Vasconcelos” In, Coelho, P. M. Laranjo, Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e El-Rei D. Afonso VI, Vol. II, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 274 e 275

Langres para esta obra coroa, datado de 1657, figura no seu livro “Desenhos das Praças Portuguesas”, de 1661.

No dia 19 de Janeiro de 1659, dá-se um episódio caricato na fortaleza de Juromenha. Elvas, a grande praça militar do Alentejo estava cercada pelo exército castelhano e na eminência de se render. Para que tal não acontecesse, as guarnições das demais praças alentejanas reuniram-se formando um numeroso exército para socorrer Elvas, no que ficaria conhecido na História de Portugal como A Batalha das Linhas de Elvas. De forma a evitar que as praças ficassem totalmente vazias, improvisaram-se “guarnições”, com todo o tipo de gente que estivesse disponível. Coube a um grupo de estudantes da Universidade de Évora e do Colégio do Espírito Santo, com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, que ficassem de guarda em Juromenha. Eram liderados pelo reitor da Universidade, já idoso, o padre Francisco Soares, conhecido como *O Lusitano*.

A 14 de Janeiro de 1659, o exército português sai vitorioso da Batalha das Linhas de Elvas. Um cavaleiro passa junto às muralhas de Juromenha, a galope sem parar, bradando: Vitória! Vitória! Viva Portugal! Um outro cavaleiro, este natural de Juromenha, vai à vila levar a notícia da vitória portuguesa em Elvas. O padre reitor Francisco Soares parte imediatamente para Elvas a dar os parabéns aos generais, e estes dão-lhe licença para que volte com os seus estudantes para Évora. O reitor volta a Juromenha no dia 19 de Janeiro de 1659 e manda preparar tudo para o regresso a Évora no dia seguinte. Por esta altura, adoece gravemente um homem na casa do governador, no castelo. É chamado o médico e o reitor e os seus rapazes que ia fazer as suas despedidas, entram no castelo acompanhados pelo médico. Acontece que o enfermo se encontrava numa dependência no piso térreo, junto ao paiol. Já devia ser noite, pois algumas pessoas levavam tochas acesas, e dá-se o acidente, a explosão do paiol. Ficou tudo desfeito e morreram mais de cem pessoas, entre elas, o padre reitor Francisco Soares. Este incidente é, de certa forma irónico, uma vez que acabou em desgraça os festejos de uma das mais importantes vitórias da história militar portuguesa.⁶⁹

⁶⁹ “A pátria estava em perigo! Elvas, a grande praça militar, formalmente cercada e investida pelo exército espanhol, teria de render-se!

Rendida, ficava em brecha a fronteira, livre o caminho para a capital. Se o exército espanhol fosse obrigado a levantar o cerco e a retirar, a liberdade ficaria garantida. Era preciso empregar um grande esforço; reunir ali todas as forças disponíveis, responder à concentração espanhola à

Somente em 1660 haveria de se concluir a fortificação de Juromenha, como atesta uma passagem numa carta do Conde de Atouguia a D. Afonso VI, datada de 9 de Abril desse mesmo ano de 1660:

“ (...) A fortificação de Juromenha tenho acabada assim o corpo, como as obras exteriores da praça, faltam armazéns precisos para mantimentos, e pólvora. (...)”⁷⁰

A construção da Fortaleza de Juromenha terá, então, demorado cerca de 14 anos (1646-1660). Nos inícios de Maio de 1662, Juromenha é sitiada pelas tropas castelhanas de D. João de Áustria. Quando lá chegou, encontrou uma fortificação composta por cinco baluartes e três meios baluartes, fosso, estrada coberta e, como obras externas, composta por um bonete, uma tenalha, um hornaveque e seis meias luas. A praça era governada pelo Mestre de Campo Manuel Lobato Pinto e contava com uma guarnição de dois mil e quinhentos homens. Os baluartes estavam guarnecidos com onze peças de

portuguesa. Para isto levantaram as guarnições das praças, improvisando outras, com gente bisonha, leiga nas armas, rapazes e velhos, que servissem para aparentar de guarnições verdadeiras. (...)

Lembraram-se de fazer uma companhia com os estudantes da Universidade e colégio do Espírito Santo; com os que restavam, porque muitos estavam já no terço da cidade; com rapazes de 14 a 20 anos, e com os privilegiados; eram ao todo uns cem. O reitor era então o Dr. Francisco Soares, chamado o “Lusitano”, um santo padre que passara a vida a estudar a sua filosofia, a comentar S. Tomas de Aquino e a ensinar teologia nas aulas. (...)

De súbito a crise da luta, e a gente do colégio formada em companhia de guerra, escolhesse um chefe, arranjasse armas, pólvora e mantimentos e que se fossem apresentar ao governador de Juromenha. Os estudantes reuniram-se e elegeram para chefe o padre reitor. (...) Chegaram, e fizeram o serviço de guarnição sem novidade, muito limpamente. Uma bela manhã um cavaleiro a galope passando junto da muralha, sem parar, bradou: Victória! Victória! Victória! Viva Portugal! Vieram todos às muralhas; outro cavaleiro apareceu logo, agitando o chapéu. Este era de Juromenha e parou na porta da vila. Victória! Os espanhóis completamente derrotados nas linhas de Elvas! (...)

*O padre reitor Francisco Soares foi logo a Elvas dar os parabéns aos generais; deram-lhe licença para voltar a Évora com os seus estudantes. Ele volta a Juromenha, 19 de Janeiro de 1659, e manda logo preparar tudo para marchar para Évora no dia seguinte. Neste tempo adoeceu perigosamente um homem na casa do governador, no castelo; o médico mandou que lhe dessem o viático. O reitor e a sua gente iam nesta ocasião fazer as suas despedidas ao governador. Entraram naturalmente na companhia do viático. O enfermo parece que estava no pavimento térreo, nos baixos da morada do governador da praça, e que na casa onde ele estava, ou ali próximo, havia barris de pólvora; ou o paiol. O enfermo como estava tão mal não pôde avisar. Algumas pessoas entraram com tochas acesas. Houve uma explosão, uma explosão enorme! A casa estoirou como uma bomba, as abobadas baquearam desfeitas, tudo ali ficou queimado, despedaçado, triturado, esmagado. Impossível reconhecer os cadáveres. Achou-se um fragmento de corpo que se conheceu ser do reitor porque conservava na algibeira, o sinete do ofício. Os três padres e mais cem pessoas entre estudantes e privilegiados da Universidade de Évora, terminaram as vidas numa explosão, naqueles dias de imensa glória!” In, Pereira, Gabriel, *Estudos Eborenses – Os Estudantes*, Minerva Eborense, Évora, 1893, págs. 23, 24, 25 e 26*

⁷⁰ Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. III, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 25

artilharia grossa e havia nos armazéns grande quantidade de munições, bombas, granadas e mantimentos.⁷¹

Como já foi referido variadas vezes, Juromenha era uma praça muito importante na defesa da fronteira junto ao Guadiana. Com receio de perder Vila Viçosa, o Marquês de Marialva reúne-se em conselho com os demais oficiais e resolve-se a socorrer Juromenha. O mestre de campo Agostinho de Andrade oferece-se para fazer, de noite, o reconhecimento do cerco à praça de Juromenha. Saiu de Elvas acompanhado pelo tenente-general D. João da Silva, que levava uma ordem secreta do Conde de Schomberg para observar no exame do sítio, os fundamentos da opinião de Agostinho de Andrade. Concluído o exame, regressaram os dois com opiniões diferentes. Agostinho de Andrade era da opinião que o exército português devia marchar, seguindo o lado esquerdo do Guadiana, até um sítio chamado Carrascal, local favorável e vantajoso a uma batalha com os castelhanos e à comunicação com Juromenha.

D. João da Silva tinha uma opinião oposta. Segundo este, Agostinho de Andrade enganava-se em todas as proposições que fazia, pois de Elvas até Juromenha, seguindo a corrente do Guadiana, não havia sitio algum vantajoso ao exército português em caso de confronto com os castelhanos, e que alojado o exército no lugar do Carrascal ficava totalmente exposto às baterias dos castelhanos. Para além disso, a comunicação entre o exército português e Juromenha pela margem do Guadiana era uma fantasia impossível, uma vez que, entre a praça e o Carrascal se interpunha o Rio Mures.⁷²

Agostinho de Andrade, oficial que o Marquês de Marialva tinha em boa conta, consegue convencer o marquês de que a sua opinião é a mais acertada. Mas não totalmente convencido, ainda para mais depois de duas opiniões completamente diferentes, o Marquês de Marialva resolve escrever ao mestre de campo D. Luís de Meneses, que assistia em Elvas, ordenando-lhe que lhe mandasse o seu parecer acerca da situação. Obedecendo prontamente, D. Luís de Meneses deu o seu parecer.

⁷¹ “(...) quando D. João de Áustria chegou a sitiá-la, a achou com cinco baluartes e três meios baluartes, fosso, estrada coberta, e ocupados os sítios exteriores, que necessitavam de defesa, com um bonete, uma tenalha, um hornaveque e seis meias luas.(...)”, In, Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. III, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, pág. 408

⁷² *Ibidem*, págs. 410

Desejando a segurança do exército e a glória do marquês, pretendia que o exército fosse vitorioso pelos meios que parecessem menos arriscados. Na sua opinião, a praça de Juromenha ocupava um tão pequeno distrito, assim por se compor apenas de cinco baluartes e três meios baluartes, que não fora necessário aos castelhanos alargarem a os seus quartéis. O exército que cercava Juromenha era também mais numeroso e superior ao que os portugueses conseguiriam juntar para tentar romper as linhas inimigas e por isso, D. Luís de Meneses considerava ser uma empresa muito arriscada socorrer a praça de Juromenha. Para D. Luís de Meneses, não era Juromenha a praça que merecesse arriscar-se, mas sim Albuquerque. Albuquerque era uma praça de maiores consequências que Juromenha porque, uma vez tomada, se recuperaria Arronches e se conseguiria Valença e muitos outros lugares, o que deveria obrigar os castelhanos a levantar o sítio a Juromenha para livrarem Albuquerque. Acrescentava ainda que, mesmo que os castelhanos não levantassem o sítio a Juromenha, a sua perda seria bem recompensada com a conquista de Albuquerque e que se oferecia para essa empresa de tomar Albuquerque. Esta resposta, no entanto, também não convenceu o marquês que se dispôs, com grande actividade e diligência, a unir o exército para socorrer Juromenha.⁷³

Os defensores de Juromenha eram valorosos e achavam-se animados com as sucessivas promessas do Marquês de Marialva em socorrer a praça. A dezoito de Maio, vendo D. João de Áustria as fortificações de campanha capazes de defesa, ordenou que se principiassem três aproches, entregues às nações castelhana, alemã e italiana que faziam parte do exército de D. João de Áustria. Ao fim de oito dias de aproches, na noite de vinte e seis de Maio, reconhecendo D. João de Áustria que o ataque dos castelhanos se encontrava a menos de trinta passos da estrada coberta da tenalha e os italianos quase em igual distância da obra exterior que cobria o bonete, ordenou que uns e outros se alojassem sobre a espalda de ambas as estradas cobertas, numa movimentação muito arriscada. Valeu a atenção e vigilância das tropas defensoras da praça que rechaçaram o exército castelhano, obrigando à sua retirada com grande desatino. Os sitiados, vendo os castelhanos completamente desorientados, fazem uma surtida, carregando violentamente sobre os castelhanos, provocando a morte de inúmeros soldados e oficiais.⁷⁴

⁷³ Ibidem, págs. 411 e 412

⁷⁴ Ibidem, págs. 414 e 415

Depois deste revés, D. João de Áustria ordenou que se continuassem os aproxes em passo lento novamente, aos quais os sitiados resistiam valorosamente, crenes nas promessas do Marquês de Marialva em socorrê-los. Mas a munição começava a escassear para os sitiados e os castelhanos tentam nova investida com mais sucesso que a primeira, conseguindo tomar as obras exteriores da fortaleza, obrigando os portugueses a refugiarem-se no reduto principal da praça.⁷⁵

Enquanto se passavam todos estes acontecimentos em Juromenha, o Marquês de Marialva formava um exército para socorrer a praça. Reuniu doze mil infantes e quatro mil cavalos, que saíram de Estremoz rumo a Juromenha no dia dois de Junho. Demoraram cerca de três dias a chegar às imediações de Juromenha, marchando para o sítio do Carrascal, em que o Marquês de Marialva, persuadido da opinião de Agostinho de Andrade, supunha facilitar a total ruína dos castelhanos. D. João de Áustria, vendo o exército tão próximo, puxou por todas as guarnições de Badajoz e Olivença, reforçando as linhas, e aguardando a decisão do exército comandado pelo Marquês de Marialva.

Chegado o exército ao Carrascal, rapidamente reconheceu o marquês que o local não era o mais indicado para um confronto com os castelhanos, mas já era tarde de mais. Dá-se o confronto, com danos consideráveis para ambas as partes. O marquês, vendo desvanecido o seu intento de socorrer Juromenha e não podendo tolerar a perda da praça, reúne em conselho todos os cabos e oficiais maiores propondo-lhes que não se retirassem sem tentarem a sua sorte novamente, mesmo que isso lhes custasse a vida, lembrando-lhes a importância da praça e da vida dos camaradas que se encontravam sitiados, que mereciam o total empenho daquele exército, pondo todos os seus sentimentos à frente da razão, e uma vez mais, D. Luís de Meneses tentou chamar o Marquês de Marialva à razão, com os mesmos argumentos que já lhe havia exposto anteriormente.⁷⁶

Depois de muita deliberação e tentativas falhadas de se conceber um plano exequível para romper as linhas defensivas castelhanas, chegou-se à inevitável conclusão de que era impossível socorrer Juromenha. O Marquês de Marialva dá ordem ao exército para se retirar para Estremoz, e envia uma carta ao capitão de Juromenha,

⁷⁵ Ibidem, pág. 417

⁷⁶ Ibidem, págs. 419 e 420

Manuel Lobato, avisando-o que não há outra solução senão a rendição de Juromenha. Na manhã de nove de Julho de 1662, dá-se a capitulação da praça de Juromenha. Sem hipótese de escolha, Manuel Lobato e o seu exército, com mil, cento e setenta soldados e apenas trinta cavalos, rendem-se aos castelhanos, terminando desta forma a história da Praça de Juromenha no contexto da Guerra da Aclamação. A vila e a Praça de Juromenha eram agora pertença dos castelhanos, mas seria por pouco tempo. Voltariam à posse de Portugal com o final da guerra e consequente tratado de paz, em 1668.

4.2. Estrutura

Como vimos no ponto anterior, a construção da fortaleza de Juromenha não foi um trabalho fácil. Foram muitos os contratemplos e os atrasos que a obra sofreu, o que fez com que a execução da fortaleza de Juromenha tivesse demorado à volta de 14 anos. Vimos também que, apesar de estar atribuída a Nicolau de Langres a autoria da fortificação, isso não corresponde inteiramente à verdade, sendo o verdadeiro autor da fortificação o engenheiro flamengo João de Cosmander.

O primeiro registo gráfico que temos da fortificação é o de Duarte de Armas, em 1509. Apesar de nada ter a ver com a fortificação moderna, é um bom ponto de partida para iniciar a análise da estrutura, principalmente pelo desenho da planta. O registo de Duarte de Armas é bastante fiel, tendo em conta a altura e as condições em que foi feito. Como referi anteriormente, o castelo medieval de Juromenha foi utilizado como segunda retirada da fortificação moderna. O desenho de Duarte de Armas da planta do castelo medieval serve basicamente para demonstrar que a estrutura do castelo não foi praticamente alterada e, comparando-a com plantas mais actuais, atesta também a grande perícia de Duarte de Armas para o desenho.

Quando começou o ano de 1646, decidiu-se que se havia de fortificar a vila de Juromenha. Era um ponto estratégico de extrema importância na defesa da fronteira alentejana, sendo a porta de entrada pelo rio Guadiana, o primeiro reduto antes de Vila Viçosa e Borba. Vimos que foram executados três projectos para a sua fortificação,

submetidos a apreciação pelo Conselho de Guerra, tendo sido escolhido inicialmente, segundo se crê, o projecto de Cosmander, mas verificando-se a sua impraticabilidade, foi preterido pouco tempo depois pelo de Nicolau de Langres. Numa carta datada de 5 de Dezembro de 1646 é feita referência aos três projectos:

*“(...) Três plantas se tem desenhado desta fortificação, uma fez Pascoeli arrimando-se muito ao castelo, derrubando todo o lugar sem deixar capacidade entre o castelo e a fortificação para se fazerem casas, e o que faz vem a ser pouco mais que franquear a obra do mesmo castelo; a outra planta é a de Cosmander, que sem fazer caso do lugar vai ganhar duas iminências distantes dele derrubando tudo quanto há e deixando outras muito prejudiciais para a sua defesa; a terceira é esta de Langres, que sem derrubar o lugar ganha as iminências que lhe podem fazer dano serrando-a com o castelo que fica servindo de segunda retirada, é de dois baluartes inteiros, e dois meios dos menores que faz todo o mundo, considerando os gastos de cada três vem a ser muito cómoda (...)”*⁷⁷

Neste documento, são nos descritos os três projectos e é justificada a escolha do projecto de Nicolau de Langres. Segundo o documento, o projecto de Cosmander era impraticável porque para além de ganhar duas iminências distantes do castelo, iria derrubar tudo, deixando o sítio e o castelo praticamente indefensáveis. A planta de Langres era a que mais se adequava ao lugar. Sem derrubar nada, ganhava as iminências que podiam danificar o castelo, serrando a fortificação com o castelo que serviria de segunda retirada. O projecto do engenheiro francês seria o de uma fortificação composta por dois baluartes inteiros e dois meios baluartes, a mais cómoda e económica, considerando os gastos de cada um dos três projectos. E nesta altura era isso o que mais interessava na construção das fortificações: eficácia, rapidez e economia. No início de Janeiro de 1647, já está tudo preparado no terreno e apenas se aguarda resposta de D. João IV para se iniciarem os trabalhos em Juromenha, segundo o projecto de Nicolau de Langres, ao qual se juntou em parceria, João Gilot.⁷⁸

⁷⁷ Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 116

⁷⁸ “*Em cumprimento da carta de Vossa Majestade de 31 do passado com que Vossa Majestade foi servido resolver que se começasse a fortificação da vila de Juromenha pela planta e concerto que fizeram Langres e Gillot comecei logo a dispor o necessário para ela na dita vila. Estão já alguns apetrechos, fico mandando outros, e tudo se fará sem um instante de dilação; e porque os ditos engenheiros fizeram uns apontamentos assinados das obrigações com que haviam de fazer a dita justificação, os quais o*

O projecto de Langres para Juromenha é o único que surge descrito mais detalhadamente: dois baluartes inteiros e dois meios baluartes, utilizando o castelo medieval como segunda retirada. No entanto, essa descrição não corresponde totalmente à estrutura que se encontra em Juromenha. Actualmente conseguimos ver, na fortificação de Juromenha, três baluartes inteiros, um meio baluarte e um redente, com o castelo a servir como segunda retirada e, como obras exteriores, um hornaveque, anexo à fortificação, e uma segunda obra coroada muito arruinada, em terra. Se compararmos ainda a estrutura actual com a descrição do Conde de Ericeira, na sua “*História de Portugal Restaurado*”, a confusão aumenta. Segundo o conde, quando D. João de Áustria sitiou a praça de Juromenha, em 1662, encontrou-a composta por cinco baluartes e três meios baluartes, fosso, estrada coberta e, como obras externas, composta por um bonete, uma tenalha, um hornaveque e seis meias luas. A praça era governada pelo Mestre de Campo Manuel Lobato Pinto e contava com uma guarnição de dois mil e quinhentos homens. Os baluartes estavam guarnecidos com onze peças de artilharia grossa e havia nos armazéns grande quantidade de munições, bombas, granadas e mantimentos.⁷⁹ Esta descrição em nada corresponde com o que existe actualmente ou com o que surge representado, tanto na planta de Langres, como nas que foram executadas posteriormente, nos séculos XVIII e XIX. Analisando os dados obtidos, só podemos concluir que após 1657 foram construídas mais obras externas, de carácter provisório, motivadas pela perda da praça de Olivença, nesse mesmo ano, e desprezadas mais tarde depois do final da guerra, em 1668.

Como foi referido no ponto anterior, Cosmander conseguiu convencer as autoridades competentes da superioridade do seu projecto e, no final de Janeiro de 1647, regressa ao Alentejo para dirigir novamente as obras de fortificação de Juromenha. Tudo aponta para que pouco ou nada do projecto de Langres tenha sido edificado em Juromenha, uma vez que, em 7 de Janeiro de 1647, se iria iniciar a construção da

Conde de Alegrete, Governador das Armas, remeteu a Vossa Majestade e são agora aqui necessários para se ajustarem algumas coisas como convém, seja Vossa Majestade servido mandarmos remeter com brevidade, e para começarem lhe mandarei logo entregar os sete mil cruzados que Vossa Majestade mandou o ano passado para a dita fortificação, entretanto se sirva Vossa Majestade ordenar que se remeta o mais dinheiro para que por falta dele não se parem as obras. Nosso senhor guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade como seus vassallos havemos mister. Elvas 7 de Janeiro de 1647 – Joane Mendes de Vasconcelos” In, Coelho, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, págs. 126 e 127

⁷⁹ Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. III, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, págs. 408

fortificação segundo o projecto do engenheiro francês, e, a 22 de Janeiro de 1647, já Cosmander se encontra no Alentejo, com ordens reais, para executar a fortificação de Juromenha, segundo o seu projecto, aprovado por D. João IV.⁸⁰

Está comprovado documentalmente ser Cosmander o autor da Fortaleza de Juromenha. Para além da carta de 22 de Janeiro de 1647, temos também outro documento, a carta de Martim Afonso de Melo, Conde de São Lourenço, datada de 9 de Maio de 1648, onde este escreve: “(...) em nada se muda a traça de Cosmander (...)”.⁸¹ Estes dados levam-nos a crer e apontam para que a estrutura que se encontra em Juromenha hoje em dia seja o projecto de Cosmander. Não existe nenhum registo do desenho de Cosmander. O mais certo é que a planta se tenha perdido ou tenha sido

⁸⁰ “Joane Mendes de Vasconcelos amigo. Eu, El-rei vos envio muito saudar. Como se vos tem advertido em outra carta tenho resoluto que o Coronel João Pascácio Cosmander execute a obra da fortificação de Juromenha pela planta que vos mostrara e eu aprovei, ordeno-lhe que logo vá, como vai, a dar princípio sem dilação alguma a esta fortificação e leva a planta dela como fica dito, e para que não se perca tempo, vos encomendo, e mando lhe deis toda a assistência e favor que pede matéria tão importante a meu serviço e porque também há-de continuar nas obras das fortificações dessa praça de Elvas e do Forte de Santa Luzia pelas plantas que estão aprovadas. E porque se vai trabalhando nelas, e convém que em umas e outras partes se trabalhe com a pressa do passo e de modo que se consiga acharem se estas praças em estado defensável quanto mais antes se possa conseguir e prevenir que não haja causas nem dúvidas que o possam dificultar, ou embaraçar, resolvi que todas as pessoas que trabalharem nestas fortificações, como são pedreiros, gastadores caieiros, os que cortarem e acarretarem lenha e quaisquer outras pessoas que se houverem de ocupar na fortificação, ou nos materiais para ela estejam subordinados à ordem do Coronel Cosmander e que as ferramentas e quaisquer outros instrumentos necessários para elas que pedir-lhas de o vedor geral da artilharia com declaração que tendo ele dúvidas a dar-lhe algumas das coisas que lhe pedir o coronel dará o mesmo vedor logo conta das razões por que duvidar dar-lhe as tais coisas ao geral de artilharia mestre de campo general ou governador das armas desse exército, para que eles considerando as razões das dúvidas, ordenem se faça o que entenderem ser mais conveniente a meu serviço e com tal brevidade que não se perca um só momento de tempo. Advertindo também que António de Freitas de nenhuma maneira se há-de intrrometer no que fizer o coronel, se não for na forma referida de advertir a seus superiores das dúvidas que tiver e nesta forma fareis se proceda nesta matéria e fio do zelo com que me servis que encaminhareis tudo com tão bom modo, e de maneira que se consiga o que se pretende e que uns e outros o facilitem e encaminhem por sua parte sem dúvidas nem contradições algumas. Escrita em Lisboa 22 de Janeiro de 1647 – Rei” In, Matos, Gastão de Melo, Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, pág. 33

⁸¹ “Com todo o cuidado vou tratando das fortificações de Olivença e Juromenha, e foi de grande utilidade para se trabalhar com mais calor o assistir em Juromenha o general de artilharia, e assim seja Vossa Majestade servido mandar-lho agradecer para que o faça com mais gosto. E pela carta junta que ele me escreveu e vai com esta mandará Vossa Majestade ver a forma com que se vai continuando a fortificação que em nada se muda a traça de Cosmander, mais quer a serventia da porta passar-se a outro lugar onde fica mais defensável e livre dos padraços que tem, a cal nos dá grandíssimo trabalho, e isto porque há-de ir de Elvas, Vila Viçosa e Olivença; përa todas estas partes há mister mandar comboios para segurarem os homens e cavalgaduras que a levam, mas há-se de fazer todo o possível por se vencerem estas e as mais dificuldades. Deus guarde a Real Pessoa de Vossa Majestade por muitos anos como todos os seus vassallos havemos mister. Elvas em 9 de Maio de 1648 – Martim Afonso de Melo.”, In, Coelho, P. M. Laranjo, Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV, Vol. I, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa, pág. 258

mesmo destruída, não sabemos, como de resto aconteceu com a maioria das plantas das fortificações do século XVII, das quais se conhecem muito poucos desenhos originais.⁸²

Do século XVII, apenas se conhecem duas plantas da Fortaleza de Juromenha, executadas em Portugal. A primeira é da autoria de Nicolau de Langres, presente no seu livro “Desenhos das Praças Portuguesas”, datado de 1661. Este livro, registo inestimável das plantas das praças portuguesas no século XVII, foi elaborado já depois de Nicolau de Langres se ter passado para o lado dos espanhóis, mas ainda a trabalhar em Portugal como espião ao serviço de Espanha, como o próprio indica no prefácio do livro.

O engenheiro francês reuniu neste livro um grande número de plantas de diversas fortificações portuguesas, algumas da sua autoria; outras, cópias de trabalhos alheios de obras executadas ou simples projectos de fortificação; e outras, possivelmente, plantas de fortificações que ia estudar ou que lhe foram confiadas para estudo, sendo o livro uma grande compilação de plantas das praças portuguesas.

O desenho de Langres é certamente a planta que desenhou em 1657, quando projectou a obra coroa que se haveria de adicionar à fortificação. Reuniu no desenho as fortificações de Juromenha já existentes, compostas por uma linha de fortificação avançada, tendo como segundo reduto o castelo medieval, composta por três baluartes, dois meios baluartes e um redente; fosso, tenalha simples e tenalha composta; e como obras externas, um hornaveque, anexo à fortificação, uma segunda obra coroadada, em terra, e um revelim, já bastante afastado da fortificação; e o projecto de uma grande obra coroa reforçada com três revelins e uma contra guarda. Note-se o facto do projecto da obra coroa surgir a tracejado, de forma a distinguir-se das demais estruturas já existentes. O desenho é complementado com uma legenda:

“Plant de Juromenha et de sa viele et nouvelle fortifications em lanne 1644 et 1657”.

⁸² Moreira, Rafael, “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, In, “História da Arte em Portugal – No Limiar do Barroco”, Vol. 8, Edições Alfa, Lisboa, 1986, pág. 71

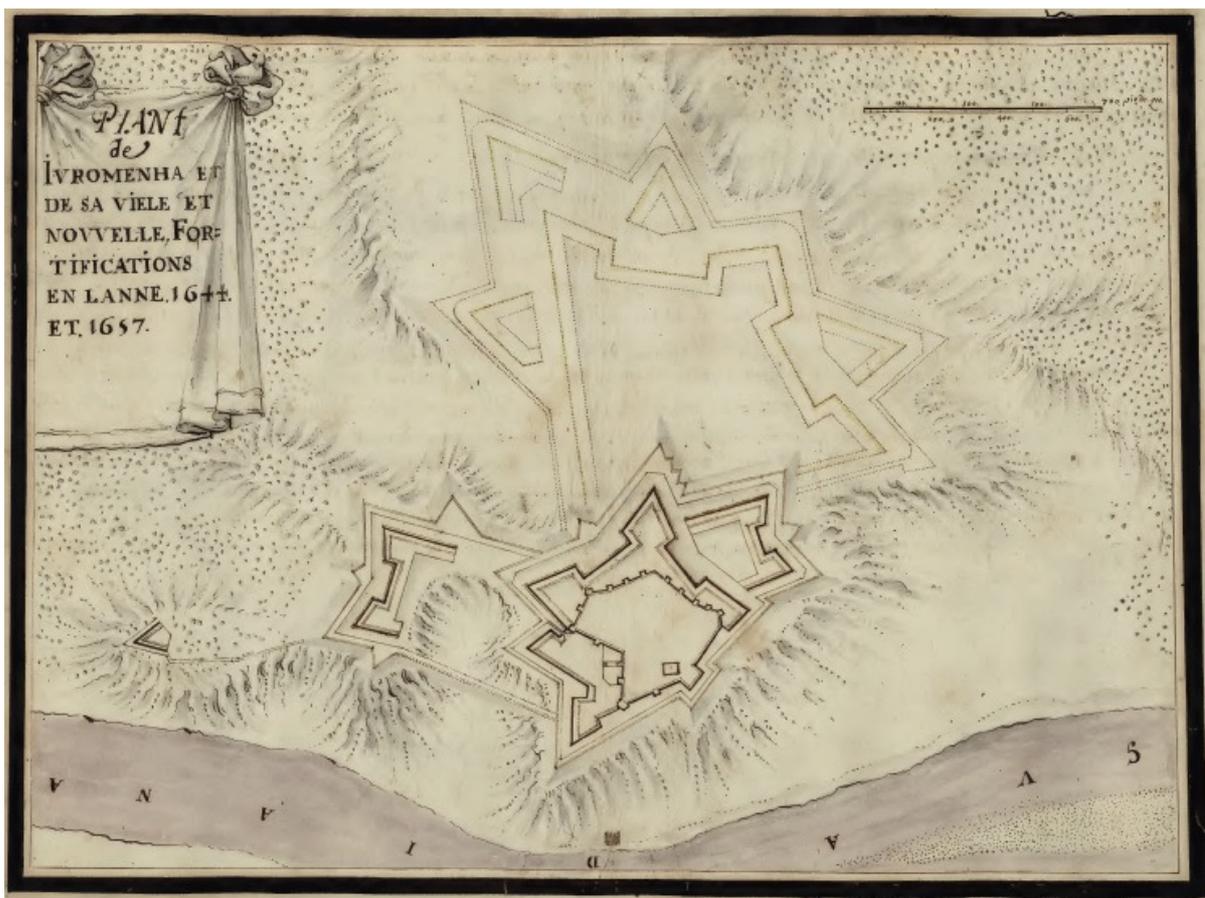


Ilustração nº 4 - Planta da Praça de Juromenha executada por Nicolau de Langres, em 1657

A data de 1657, já vimos que corresponde ao ano em que o engenheiro francês projectou a obra coroa. A ano de 1644 é mais difícil de interpretar, uma vez que os primeiros registos documentais e os projectos para a fortificação de Juromenha, e o início da sua construção, datam apenas de 1646.⁸³ Segundo Túlio Espanca, 1644 foi o ano em que Cosmader apresentou o seu projecto para a fortificação de Juromenha.⁸⁴ Por outro lado, 1644 foi o ano em que Nicolau de Langres chegou a Portugal e entrou

⁸³ “O Conde de Castelo-Melhor, que governava as Armas na província de Alentejo, logo que entrou o ano de 1646 começou a tratar com grande cuidado das fortificações das praças mais importantes, preferindo no trabalho a de Olivença, por insinuar a ruína da ponte, efeito da campanha antecedente, que o empenho da futura seria atacar Olivença. Esta ideia advertiu juntamente a fortificação de Jerumenha, posto de muito grande importância, por dependerem da sua conservação muitos lugares de uma e outra parte do Guadiana.” In, Ericeira, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. II, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, Porto, 1945, pág. 165

⁸⁴ “A praça de Juromenha, considerada a chave do Guadiana e a porta de Vila Viçosa, Alandroal e Borba, teve três planos de fortificação, que se submeteram ao estudo do Conselho de Guerra de D. João IV, e foram todos concebidos por engenheiros militares estrangeiros, mercenários ao soldo da coroa portuguesa. (...) O segundo, de 1644, deveu-se ao padre jesuíta e coronel do exército João Pascacio Cosmader, o qual, em principio foi aprovado e teve começo, mas, verificando-se a sua impraticabilidade tanto económica como técnica foi interrompido (...), In, Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Nº IX, Vol. I, Academia de Belas-Artes, 1978, Lisboa, pág. 38

ao serviço de D. João IV. Foi também o ano que Nicolau de Langres começou a trabalhar no Alentejo. Vimos no ponto anterior que Cosmader e Langres tiveram um desentendimento no final do ano de 1644, mas não sabemos o motivo. Terá Juromenha e os projectos da sua fortificação alguma coisa a ver com o desentendimento entre os dois engenheiros? Terá Langres executado o seu projecto para Juromenha também no ano de 1644? Não encontrei resposta para estas questões, mas é bastante plausível que tal pudesse ter acontecido.

A segunda planta conhecida da fortificação de Juromenha do século XVII é da autoria de João Nunes Tinoco. João Nunes Tinoco foi um arquitecto e engenheiro militar português, pertencente a uma grande família de arquitectos, como foram os Arruda no século XVI. Sabemos que após o falecimento de seu pai, Pedro Nunes Tinoco, o substituiu na direcção das obras da Igreja de São Vicente de Fora. É da sua autoria o *“Livro das Praças de Portugal com suas fortificações. Desenhadas pelos Engenheiros de Sua Majestade Cosmader, Gilot, Langres, Santa Colomba & outros; delineadas por João Nunes Tinoco, arquitecto de Sua Majestade, ano de 1663”*.⁸⁵ Tinoco delineou e copiou neste livro diversas plantas de variadas fortificações das praças portuguesas. A sua planta de Juromenha não é mais do que uma cópia da de Nicolau de Langres, com as excepções de não ter reproduzido a obra coroa, certamente porque, devido ao facto de ter sido executada provisoriamente, já não existia em 1663, da mesma forma que não é referida na descrição de 1662, do Conde de Ericeira, e ter incluído um revelim defronte da cortina de maior comprimento. Na planta são enumeradas as diversas dependências e estruturas que compõe a fortificação, discriminadas numa pequena legenda no canto inferior direito do desenho.

⁸⁵ Viterbo, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Vol. III, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, pág. 114

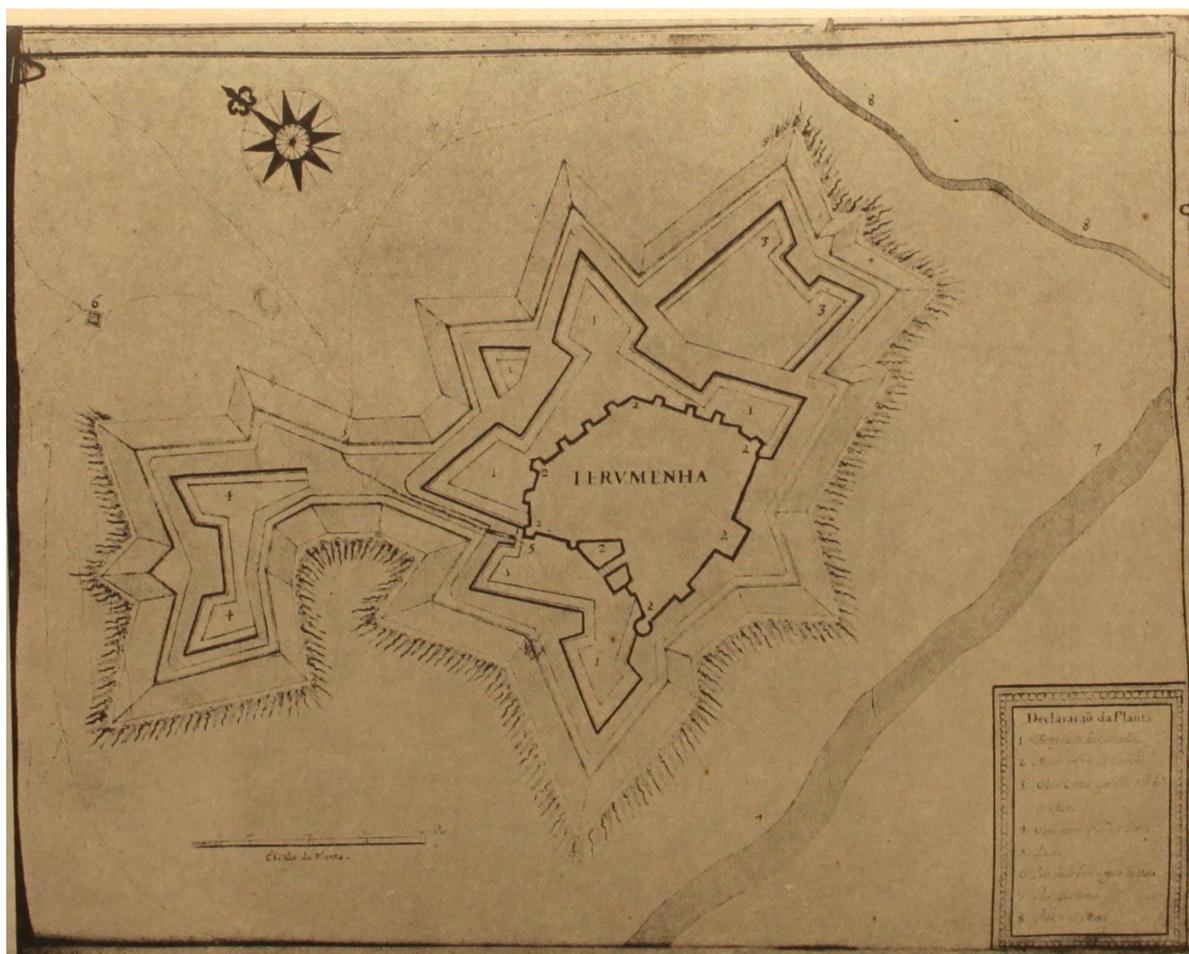


Ilustração nº 5 – Planta da Praça de Juromenha executada por João Nunes Tinoco, em 1663

4.3. Uma planta desconhecida do século XVII

Em 2014, em Espanha, foi publicado um estudo sobre a vida e obra de Lorenzo Possi, engenheiro militar italiano que trabalhou ao serviço de Espanha na segunda metade do século XVII, sensivelmente entre 1667 e 1678. Este estudo focou-se num livro, até à data praticamente desconhecido, contendo mapas e plantas de fortificações, obra executada por Possi, em 1687, em Florença, dedicada a Ferdinando de Medici, herdeiro do Grão-Duque Cosimo III, intitulado “*Piante d’Estremadura, e di Catalogna*”. Lorenzo Possi reuniu neste livro várias plantas de fortificações da região da Estremadura e da Catalunha, que executou enquanto esteve ao serviço de Espanha.⁸⁶ Entre essas plantas, existem algumas de praças portuguesas fronteiriças, principalmente

⁸⁶ Rubio, Carlos Sánchez, Rubio, Rocio Sánchez, e Núñez, Isabel Testón, “*El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687 – “Piante d’ Estremadura, e di Catalogna”*”, 4 Gatos, Badajoz, 2014, págs. 19 a 27

do Alentejo. E entre elas, existe uma planta de Juromenha, acompanhada de uma pequena legenda descritiva, escrita em italiano.



Ilustração nº 6 - Planta de Juromenha, Lorenzo Possi, “*Piante d’ Estremadura, e di Catalogna*”, 1687

Sendo uma das praças mais importantes do Alentejo, é perfeitamente natural que Possi a tenha representado no seu livro. A descoberta desta planta é bastante relevante para o presente estudo, pois não só vem dar a conhecer o estado em que a Fortaleza de Juromenha se encontrava no período compreendido entre 1667 e 1678, mas também revelar desenhos da praça executados por engenheiros ao serviço de Espanha.

Comparando-a com outras plantas, da mesma época e posteriores, não apresenta nenhuma diferença no que diz respeito ao corpo principal da fortificação. Ao nível das obras exteriores, é possível observar o que parece ser um revelim, precedido de uma pequena obra coroadada, que não surge nas plantas anteriores a esta: a de Nicolau de Langres, de 1657, e a de João Nunes Tinoco, de 1663. Sabemos que ao longo da Guerra da Restauração, as fortificações estavam em constante mudança, e várias obras exteriores de carácter provisório estavam sempre a ser construídas. A própria descrição que o Conde de Ericeira faz da Fortaleza de Juromenha em nada tem a ver com o que surge representado nas plantas, o que sustenta ainda mais o facto de terem sido



Ilustração nº 8 - Planta de Juromenha, autor e data desconhecidos, A.H.M.

A recente descoberta do livro de Lorenzo Possi permite, com grande grau de certeza, atribuir a datação da planta do A.H.M. ao século XVII. A autoria da planta, no entanto, não se poderá atribuir, com certezas, a Lorenzo Possi. É possível que tenha sido desenhada pelo engenheiro italiano, seria o mais óbvio. Por outro lado, poderá ter sido também desenhada por Nicolau de Langres, que sabemos ter passado para o lado dos espanhóis por volta de 1661 e sabemos ter participado com D. João de Áustria e o seu exército no cerco a Juromenha. De momento, são as hipóteses que se colocam no que diz respeito à autoria da planta.

Não creio que a planta seja da autoria de Nicolau de Langres. O desenho em nada se parece nem corresponde à traça do engenheiro francês. Para além disso, Nicolau de Langres, no pouco tempo que serviu a coroa espanhola, desempenhou mais funções de conselheiro, devido ao seu conhecimento sobre as fortificações portuguesas, algumas delas da sua autoria, do que propriamente como engenheiro, tendo participado em vários assédios a praças portuguesas, entre eles o de Vila Viçosa, em 1665, onde viria a falecer.

Na minha opinião, atribuo a autoria da planta que se encontra no A.H.M. a Lorenzo Possi. A minha opinião baseia-se, principalmente, na evidente semelhança entre o traçado das plantas e no facto de estar legendada em castelhano. Possi terá desenhado esta planta quando se encontrava ao serviço de Espanha, daí o facto de estar legendada em castelhano, e, mais tarde, tenha servido de esboço para a planta que integra no seu livro. No entanto, isto são apenas suposições.

Estas são algumas das plantas de Juromenha conhecidas do século XVII. Certamente existem mais. Posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, vão surgir inúmeras plantas e projectos ligados a Juromenha e à sua fortificação, que vêm não só confirmar a exactidão das plantas desenhadas por Langres e Tinoco, mas também demonstrar que a fortificação poucas ou nenhuma alterações sofreu desde o século XVII.

A Visão da Cartografia: Juromenha nos séculos XVIII e XIX

A Fortaleza de Juromenha está bastante bem documentada a nível cartográfico. Como vimos no capítulo anterior, só existem duas plantas conhecidas de Juromenha do século XVII: a executada por Nicolau de Langres, em 1657; e a executada por João Nunes Tinoco, em 1663. Em contrapartida, os dois séculos seguintes, o XVIII e o XIX, foram ricos em cartografia referente a Juromenha e à sua fortificação. Existem inúmeras reproduções da fortaleza, desde plantas e levantamentos do terreno, a estudos e projectos para o seu melhoramento ou para o acrescentamento de novas infra-estruturas.

Ao longo destes dois séculos, a Fortaleza de Juromenha foi representada em diferentes contextos. O principal foi, sem dúvida, o que diz respeito a visitas de inspecção e vistorias às fortificações. Duarte de Armas terá sido a primeira pessoa em Portugal a inspeccionar as fortificações. É, pelo menos, a primeira pessoa de quem existem registos de o ter feito, e a primeira pessoa a deixar registado o trabalho efectuado, no seu *Livro das Fortalezas*. O trabalho executado por Duarte de Armas, para além de pioneiro, foi a primeira manifestação de preocupação para com o estado das fortificações.

Ao longo da Guerra da Restauração (1640-1668), Portugal foi o mais activo campo de experiências fortificativas em toda a Europa. Durante esse período, todos os esforços e recursos foram direccionados, naturalmente, para a defesa do Reino e para a construção de novas fortificações. Muitas dessas fortificações, especialmente as do Alentejo, estavam bastante danificadas desde o final da guerra e careciam de obras e reparos. Resultaram dessas inspecções inúmeros desenhos, registos indispensáveis para conhecer o estado em que as fortificações se encontravam à data, e para compreender a evolução e as transformações que sofreram ao longo do tempo. A Fortaleza de Juromenha sabe-se ter sido inspeccionada, pelo menos, duas vezes no século XVIII (em 1755 e 1763), e, pelo menos, uma vez no século XIX (em 1803).

Este facto demonstra que as fortificações portuguesas não foram condenadas ao esquecimento, mesmo em tempos de paz. Na verdade, dada a instabilidade política que se viveu na Europa dos séculos XVIII e XIX, era necessário estar preparado para qualquer eventualidade, e manter todo o sistema de defesa do reino operacional. Por outro lado, talvez devido ao facto de Portugal continental não ter estado muito activo militarmente ao longo destes dois séculos, muitas dessas obras de reparação nunca chegaram a acontecer.

Enquanto no século XVII a maior parte do dinheiro do Estado foi gasto na construção de fortificações, nos séculos seguintes o dinheiro foi canalizado noutras direcções. Ao longo do século XVIII procedeu-se a uma consolidação das fortificações, com a construção de paióis, armazéns, cavaleiros nos baluartes e o reforço das obras exteriores.⁸⁸ A única construção militar digna de referência, posterior à da Guerra da Restauração, foi o Forte da Graça, em Elvas. Seguidamente, analisarei as plantas e projectos que recolhi, dos séculos XVIII e XIX.

5.1. Juromenha no século XVIII

Desde o final da Guerra da Aclamação, em 1668, as fortificações alentejanas tiveram, digamos, pouco uso militar. Portugal continental esteve pouco activo, militarmente, ao longo do século XVIII. A Guerra Fantástica, nome pela qual ficou conhecida a participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos, é, talvez, o único conflito em Portugal digno de referência ao longo do século XVIII.

A Guerra dos Sete Anos foi uma série de conflitos, ocorridos principalmente na Europa, mas também nas colónias ultramarinas, entre 1756 e 1763, que opuseram a França, a Áustria e os seus aliados, entre eles a Espanha; contra a Inglaterra, Prússia e Hannover e, conseqüentemente, Portugal, por ser aliado da Inglaterra. Já no final da guerra, entre Maio e Novembro de 1762, o exército espanhol invade Portugal pela região de Trás-os-Montes, conquistando as cidades de Bragança e Chaves; seguindo-se

⁸⁸ Lobo, Francisco Sousa, *A Defesa Militar do Alentejo*, in, Revista Monumentos, Nº 28, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa, 2008, pág. 32

outra invasão pelas Beiras, conquistando Almeida e Castelo Branco. O exército português, comandado pelo Conde de Lippe, notável estratega militar, de origem germânica, contratado pelo Marquês de Pombal para reorganizar as tropas portuguesas, como resposta à invasão, posicionou-se junto a Lisboa para defender a cidade. Acontece que em Novembro desse ano foi assinado um tratado de cessar-fogo sem que se tivesse travado qualquer batalha, facto que originou o nome de Guerra Fantástica. Apesar de haver planos para a invasão de Portugal, também pela região do Alentejo, tal não chegou a acontecer devido à assinatura do dito tratado. Por esse motivo, as praças alentejanas não tiveram participação no conflito nem foram fustigadas pelos exércitos espanhóis.

Juromenha não foi palco de nenhuma actividade militar digna de menção ao longo do século XVIII, mas não deixou por isso, de continuar a ser uma praça de grande relevo no Alentejo. Foram executadas várias plantas, desenhos e levantamentos de terreno de Juromenha durante o século XVIII. A planta mais conhecida é certamente a executada por Miguel Luís Jacob, em 1755. Jacob, lente na Aula de Fortificação e aluno de Manuel de Azevedo Fortes, foi um exímio engenheiro militar, mais ao nível do projecto e do desenho técnico, do que propriamente em obra construída. Na verdade, de Miguel Luís Jacob apenas se conhecem desenhos e projectos, maioritariamente de fortificações já existentes.

Como o próprio indica na legenda que surge no canto superior esquerdo do desenho, a planta foi executada durante a “*Vezita Geral às Praças do Alentejo*”, por ordem de Manuel Freire de Andrade, sargento-mor do exército, destinada a inspeccionar o estado de conservação das fortificações alentejanas. Esta inspecção foi certamente anterior ao grande terramoto de 1755, uma vez que não é representado no desenho qualquer tipo de danificação na fortificação, que sabemos ter sido atingida pelo terramoto. O desenho de Jacob, de qualidade técnica e estética notáveis, é utilizado como referência por Túlio Espanca, pois segundo este autor, a planta de Jacob mostra rectificações que a praça terá sofrido após a explosão do paiol, em 1659.⁸⁹ É também

⁸⁹ “*Depois daquele desastre e ainda no séc. XVIII, como o mostra a planta de Miguel Luís Jacob, a praça sofreu rectificações e benefícios extensivos às estacarias, contra-guardas e obras mortas do lado do rio – que englobaram a construção do fortim do porto das barcas, subsistente em ruínas -, atingindo rampas e precipícios quase inexpugnáveis.*” In, Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Nº IX, Vol. I, Academia de Belas-Artes, 1978, Lisboa, pág. 38

usado como referência por Gastão de Melo e Matos, para comprovar a exactidão do desenho do século XVII, de Nicolau de Langres.⁹⁰ Salienta-se a escala cromática utilizada por Miguel Luís Jacob, de forma a distinguir os diferentes elementos constituintes da fortificação. Desenhou cuidadosamente o recinto amuralhado e representou as obras projectadas a amarelo. A vermelho, aparecem representados os elementos construídos no interior do recinto, como de resto é habitual nos seus desenhos. Para além de uma padronização de cores e traços, um aspecto evidente no desenho de Jacob é o facto do seu objecto de representação ser duplo: as obras de fortificação e o terreno evolvente. Mais do que uma representação da planta, o desenho é, principalmente, um levantamento do terreno.



Ilustração nº 9 – Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada por Miguel Luís Jacob, em 1755

⁹⁰ “Neste desenho reuniu Langres as fortificações de Juromenha realmente existentes, e um projecto de uma grande obra coroa reforçada por três revelins e uma contra-guarda. A coincidência do traçado da parte principal da fortificação com o que se encontra em Tinoco não deixa grandes dúvidas acerca da sua exactidão, confirmada pelo desenho muito posterior de Miguel Luís Jacob, existente na Direcção de Arma de Engenharia.” In, Matos, Gastão de Melo, Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941, pág. 112

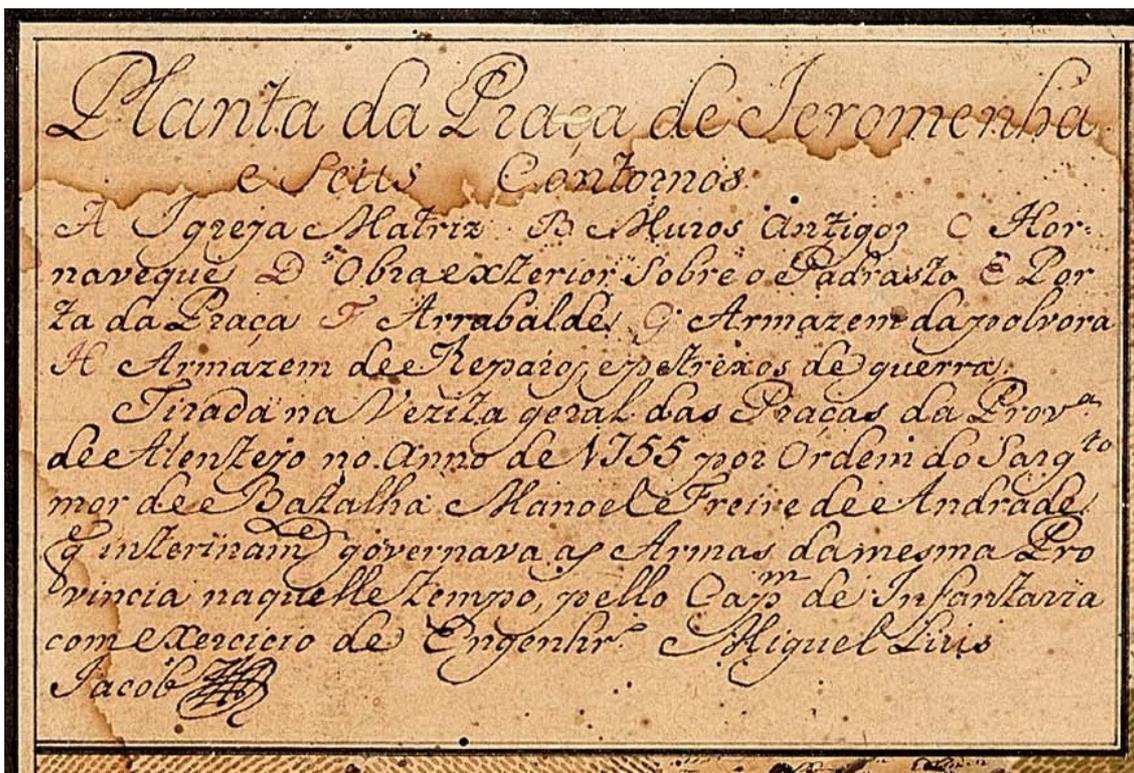


Ilustração nº 10 – Legenda relativa à planta de Miguel Luís Jacob

No ano de 1763, a Fortaleza de Juromenha surge representada duas vezes. Ambas as representações foram executadas por oficiais e engenheiros militares ao serviço do Conde de Lippe. Sabemos que depois de chegar a Portugal, em 1762, o Conde de Lippe fez uma viagem de inspecção às praças portuguesas, entre Março e Junho de 1764, com o intuito de conhecer o estado em que se encontravam as fortificações e a sua importância, bem como inspeccionar a instrução das várias unidades que as guarneciam.⁹¹ As plantas, no entanto, datam um ano antes da referida viagem de inspecção, pelo que é possível que antes de efectuar essa viagem tenha mandado alguns dos seus engenheiros observar e desenhar algumas praças.

Ambos os desenhos estão apenas datados com o ano em que foram executados, não sendo, portanto, possível ordená-las cronologicamente. Uma planta é da autoria de Pierre Robert de Bassenond, engenheiro e major do exército. A outra é da autoria do marechal de campo Gustave Adolph Hercule de Chermont.

⁹¹ Sales, Padre Ernesto Augusto Ferreira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Comissão de História Militar, Vila Nova de Famalicão, 1937, pág. 105

Pierre Robert de Bassenond é um nome totalmente desconhecido entre nós. Sabemos apenas que era major e engenheiro ao serviço do Conde de Lippe, o qual lhe ordenou que fizesse um levantamento da praça de Juomenha e do terreno envolvente, como o próprio indica na legenda no canto inferior direito do desenho. O desenho é algo “tosco”, se o compararmos com desenhos executados anteriormente. É possível observar uma fortificação composta por três baluartes e dois meios baluartes, fosso e tenalha. Como obras exteriores, um hornaveque, um bonete reforçado com um revelim e dois revelins “perdidos” no meio do terreno envolvente. A orientação do desenho está errada, podendo considerar que a fortificação está “torta”. O desenho é muito semelhante ao de Miguel Luís Jacob, utilizando uma escala cromática idêntica à de Jacob, assinalando também a vermelho os elementos construídos no interior da fortificação, que em nada me surpreenderia se tivesse usado o desenho de Miguel Luís Jacob como referência. Salienta-se o cuidado que teve de assinalar nos caminhos o destino que cada um seguia, certamente uma forma de reconhecimento da área.

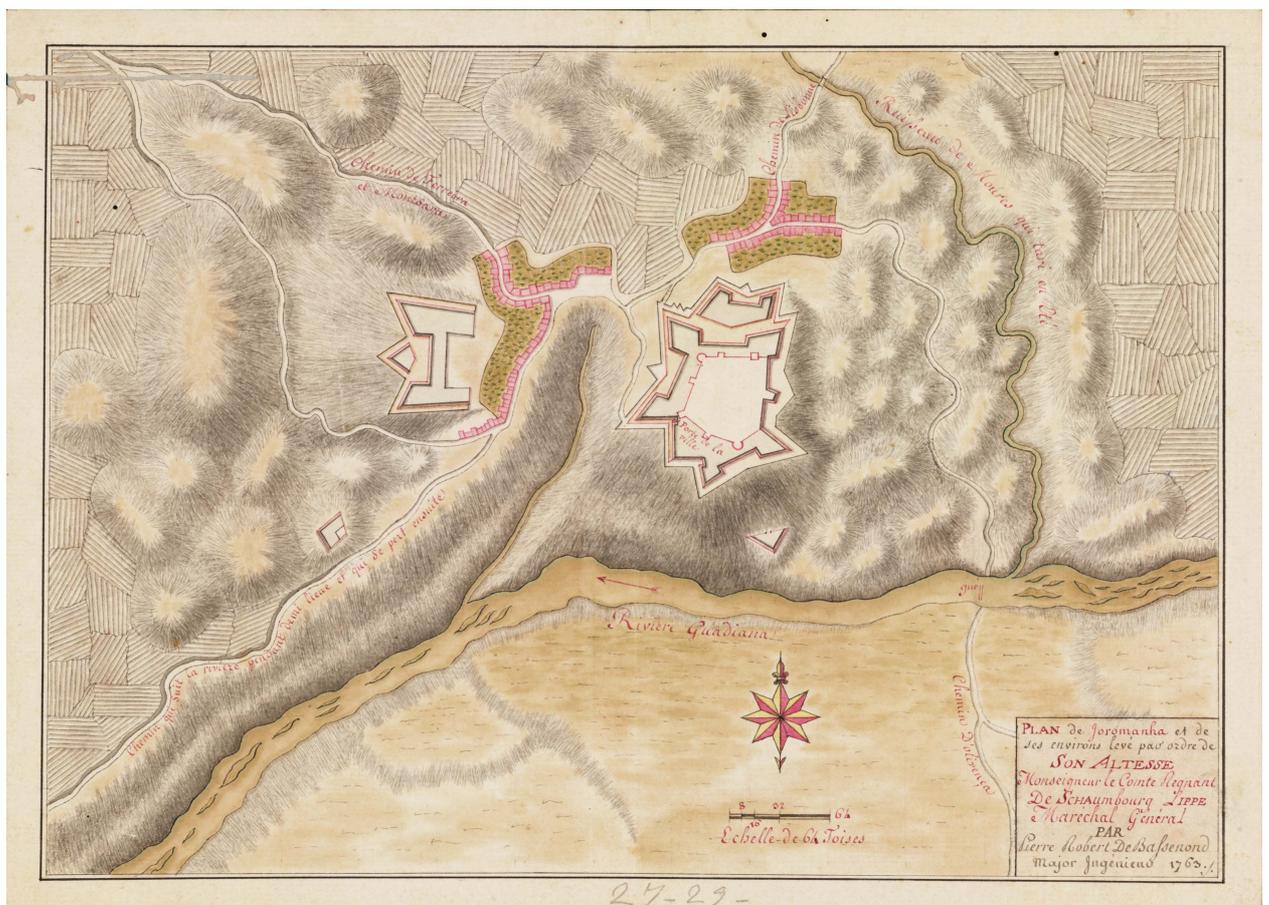


Ilustração nº 11 – Planta da Praça de Juomenha executada por Pierre Robert de Bassenond, em 1763

(Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2064 – 2 – 18 - 26)

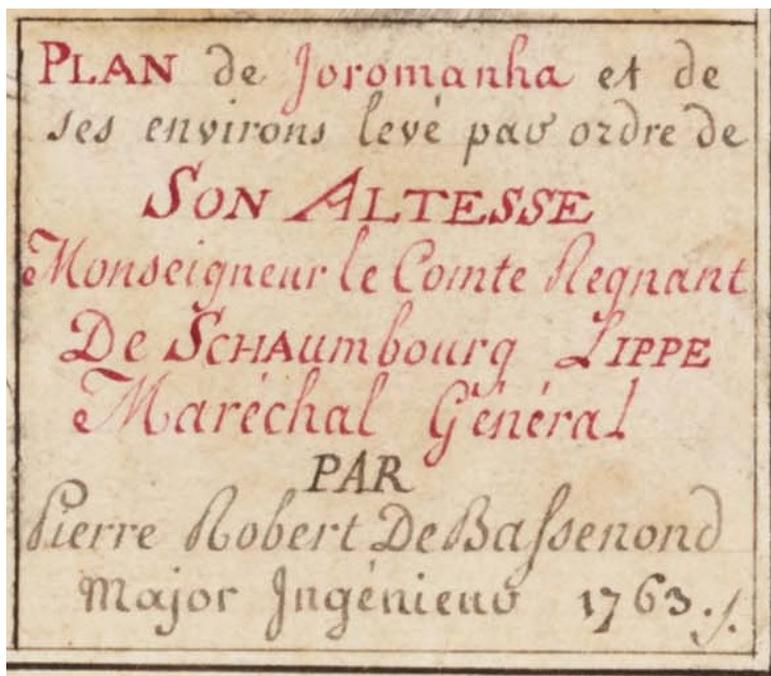


Ilustração nº 12 – Legenda relativa à planta de Pierre Robert de Bassenond

Gustave Adolph Hercule de Chermont não é um nome totalmente desconhecido da historiografia militar portuguesa, apesar de muito pouco se saber sobre a sua vida. Era um súbdito francês, soldado do Regimento de Artilharia do Alentejo que, em 1757, foi nomeado tenente da companhia do então coronel Jean Alexander de Chermont, talvez seu pai. Em 1762, foi promovido a capitão.⁹² Em 1801, durante o conflito que opôs Portugal a Espanha, denominado de Guerra das Laranjas, Gustave de Chermont já tinha uma idade avançada e ocupava o posto de marechal de campo. Nesse mesmo ano, substituiu um parente seu no governo da praça de Almeida, Jules César Auguste Hèrcules de Chermont, também marechal de campo, que havia sido transferido para Olivença.⁹³

Não se sabe com que intuito nem a mando de quem esta planta foi executada. Muito provavelmente Gustave de Chermont passou ao serviço do Conde de Lippe quando este assumiu a chefia do exército português, em 1762. Estando em Portugal há já alguns anos e a servir no Alentejo, seria certamente alguém com vastos conhecimentos acerca das fortificações alentejanas. O desenho é de altíssima qualidade e demonstra que Gustave de Chermont era uma pessoa com vastos conhecimentos nos

⁹² AV, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. VI, Editorial Enciclopédia LDA, Lisboa/Rio de Janeiro, 1981, pág. 656

⁹³ <http://www.arqnet.pt/exercito/laranja5.html>

campos da Arquitectura e da Engenharia Militar. Neste desenho encontramos uma fortificação composta por três baluartes e dois meios baluartes, fosso e tenalha. Como obras exteriores, é composta por um hornaveque, anexo à fortificação, uma segunda obra corna, um revelim (a que o autor chama de entrincheiramento) e uma outra obra exterior, perto do hornaveque, em forma de pequena obra coroadada, que o autor denomina também de entrincheiramento. Já vimos que esta pequena obra exterior surge representada nas plantas de Lorenzo Possi. Curiosamente essa obra exterior não é representada por Pierre de Bassenond, nesse mesmo ano de 1763, o que leva a crer que o engenheiro francês não lhe tenha dado importância, talvez por estar muito arruinada. A planta é acompanhada duma legenda explicativa e identificadora das diversas dependências e estruturas que compõem a fortificação.

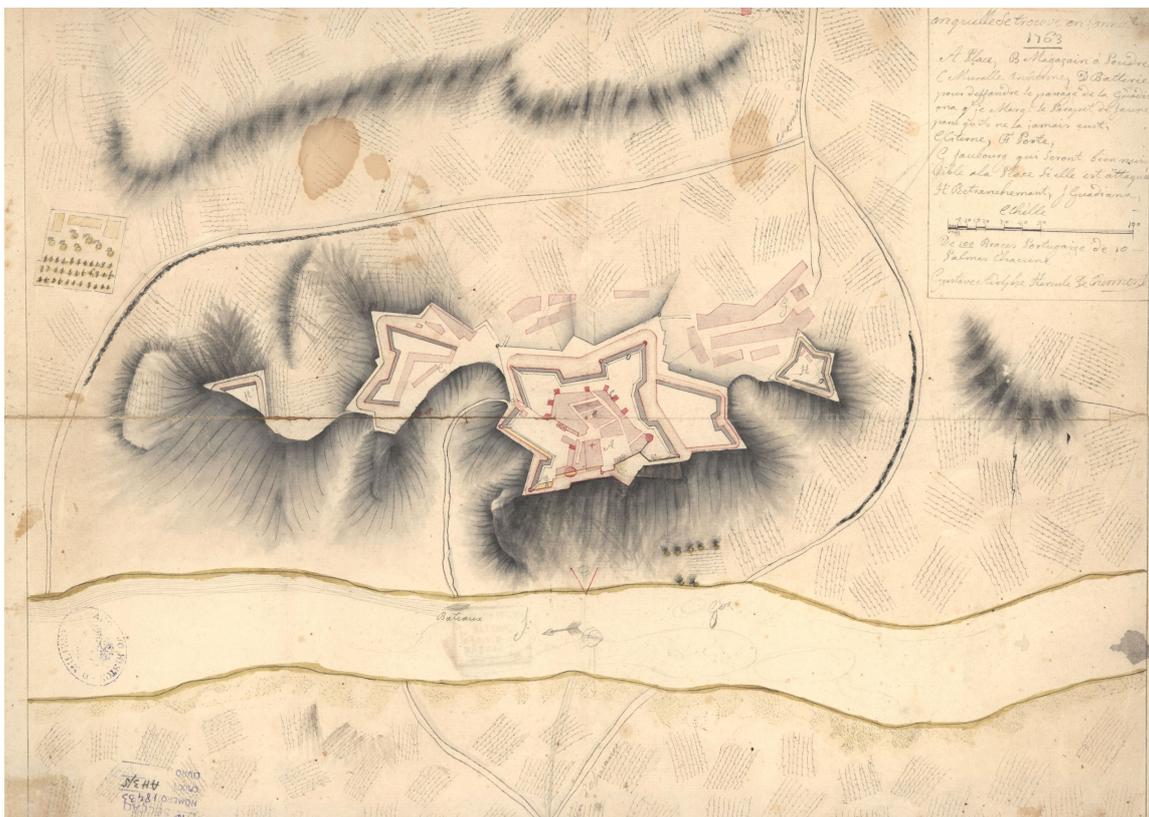


Ilustração nº 13 – Planta da Praça de Juromenha executada por Gustave de Chermont, em 1763

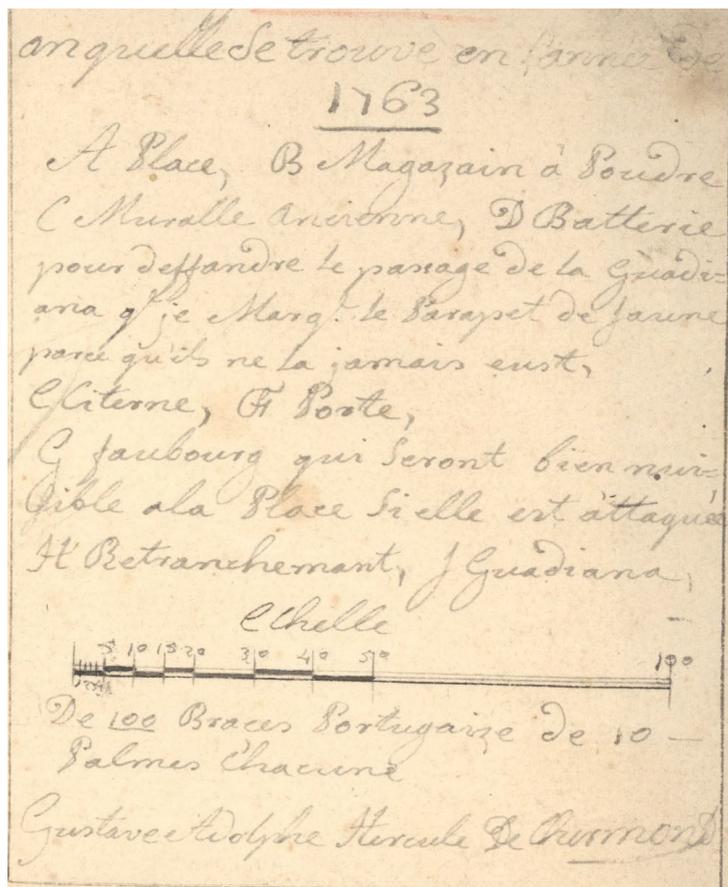


Ilustração nº 14 – Legenda relativa à planta de Gustave de Chermont

Novamente, mais do que uma representação da planta, este desenho é também um levantamento do terreno. É de salientar que esta planta terá sido, de alguma forma, importante pois será copiada, mais tarde. A autoria da cópia é desconhecida, da mesma forma que também é desconhecida a sua data. No entanto, pelo tipo de traço e pela caligrafia da legenda, creio que se pode situar o desenho em finais do século XVIII ou, possivelmente, no início do século XIX.

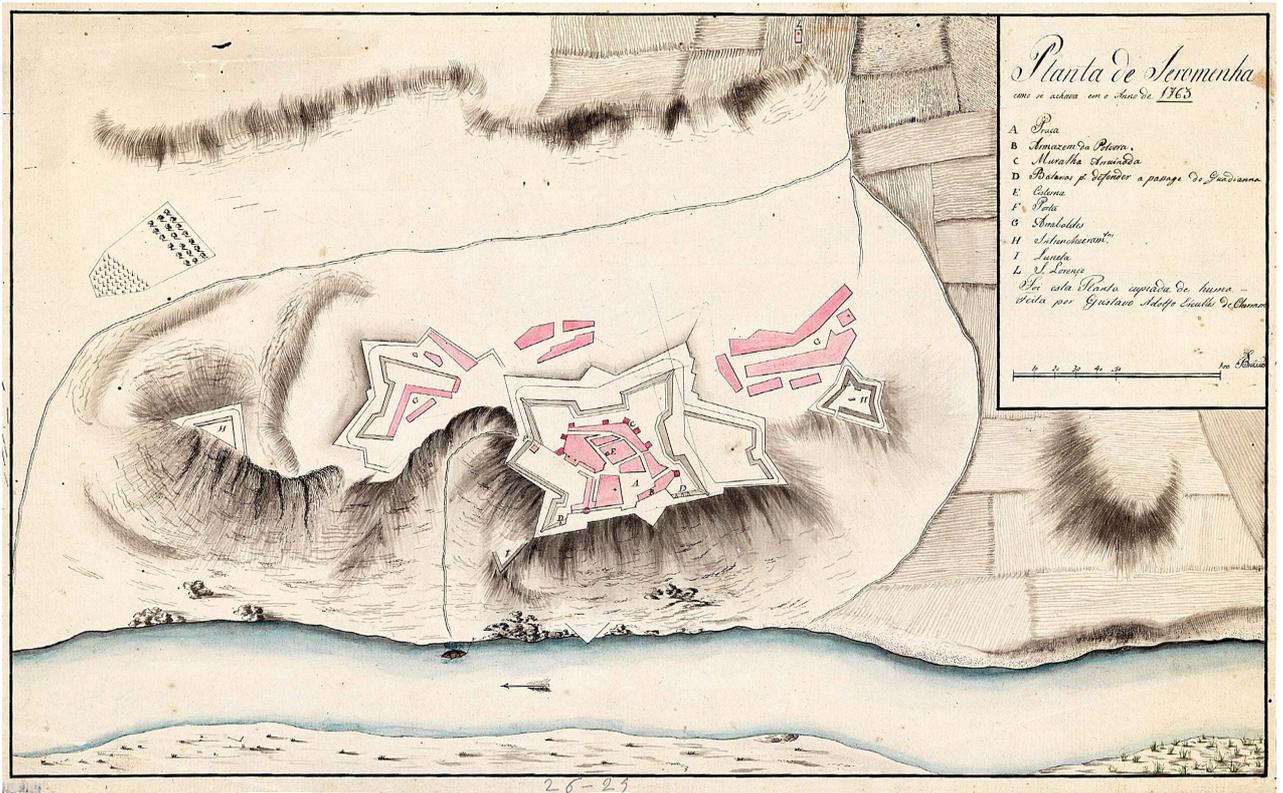


Ilustração nº 15 - Cópia da planta executada por Gustave de Chermont, autoria e data desconhecidas

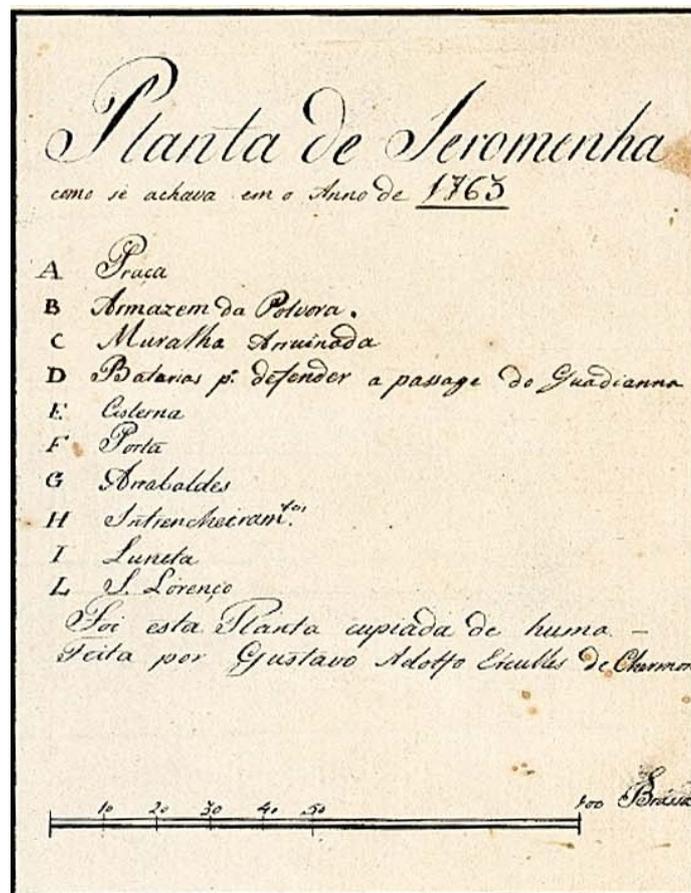


Ilustração nº 16 – Legenda relativa à cópia da planta de Gustave de Chermont

Estes registos da Fortaleza de Juromenha referentes ao século XVIII demonstram que a fortificação não foi esquecida e manteve a sua importância na defesa da raia alentejana. Apesar de ter sido fustigada pelo grande terramoto de 1755, a fortificação abaluartada não sofreu danos consideráveis, como é visível nas duas plantas de 1763. O castelo medieval, sim. Já antes havia sofrido grandes danos com a explosão do paiol em 1659, tendo sofrido novamente danos consideráveis com o terramoto.

5.2. Juromenha no século XIX

O século XIX foi rico em cartografia relativa à Fortaleza de Juromenha. Conhecem-se inúmeros desenhos e plantas da fortificação, levantamentos do terreno e projectos que não chegaram a concretizar-se.

Portugal esteve bastante mais activo militarmente no século XIX do que no XVIII, principalmente no início do século. Logo em 1801, Portugal esteve envolvido num conflito com Espanha conhecido como Guerra das Laranjas. Apesar de ter sido um conflito de pouca duração (20 de Maio de 1801 a 06 de Junho de 1801), custou a Portugal a perda de território, nomeadamente Olivença. A Fortaleza de Juromenha foi um dos palcos desse conflito, tendo sido tomada pelos espanhóis no dia 20 de Abril de 1801. Cerca de 3.000 homens da 3ª Divisão, sob comando do General Juan Carrafa, avançaram para Juromenha, praça que tinha como governador o Tenente-coronel Veríssimo António da Gama Lobo, uma companhia de caçadores do Regimento de Infantaria de Vieira Teles, uma companhia do Regimento de Infantaria de Castelo de Vide, cinco companhias do regimento de Milícias do Crato e um destacamento de artilharia. A aproximação das tropas espanholas foi feita por uma ponte que estava ao alcance da artilharia da praça mas, inexplicavelmente, esta não foi utilizada. Foram disparados alguns tiros de artilharia e de espingarda quando o inimigo se encontrava fora do alcance das armas. Os espanhóis enviaram um emissário e foram discutidos os termos da rendição. A guarnição portuguesa saiu da praça e desfilou armada perante as forças espanholas como era habitual fazer quando os termos da guarnição eram negociados. No final do desfile entregavam as armas mas, tanto oficiais como soldados, foram autorizados a conservar o restante equipamento. Depois as tropas podiam ser

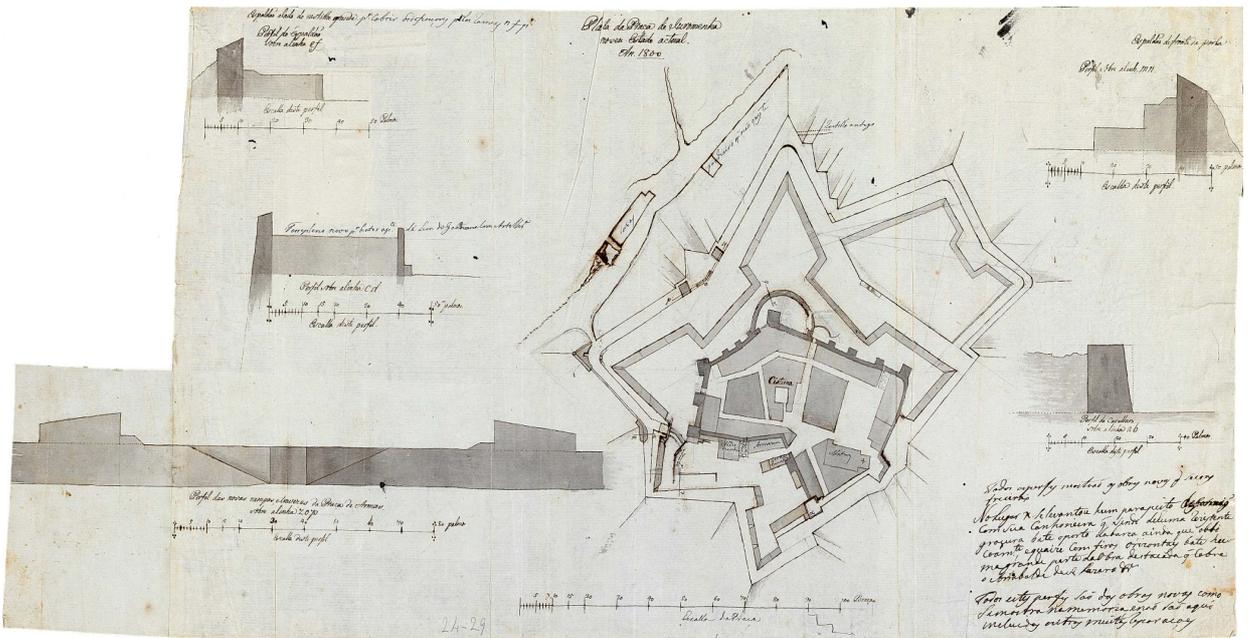
encaminhadas para a povoação mais próxima que melhor tivesse condições para os acolher. Isto era feito sob o compromisso de não voltarem a pegar em armas nessa guerra. Os espanhóis ficaram na posse da artilharia, armas ligeiras, munições e abastecimentos existentes na praça. O inventário destes recursos foi feito na presença de um comissário português que ficou com um duplicado do documento. Gama Lobo foi julgado em conselho de guerra e condenado à morte mas, por decreto de 23 de Janeiro de 1802, a sentença foi comutada, tendo sido enviado em prisão perpétua para o Forte de São Filipe de Benguela.⁹⁴

Relativamente à cartografia, o primeiro registo que temos de Juromenha no século XIX data de 1800. É uma planta bastante detalhada da fortificação, com desenhos de perfil incluídos. Não está assinada, sendo, portanto, a sua autoria desconhecida. No topo do desenho encontra-se o título: “*Planta da Praça de Juromenha no seu estado actual. Ano de 1800*”. A planta é acompanhada de algumas notas acerca da fortificação, relativas a “obras novas”, neste caso reparações, que se efectuaram. Numa das notas, o autor especifica mesmo que todos os desenho de perfil são de obras novas e que muitas outras reparações não vem assinaladas no desenho. Estes dados demonstram que a Fortaleza de Juromenha sofreu obras de reparação, ainda antes de 1800, certamente devido aos danos que sofreu após a explosão do paiol em 1659 e durante o grande terramoto de 1755, que se sabe ter danificado parte da fortificação medieval e, conseqüentemente, alguma da fortificação abaluartada.

No desenho podemos observar uma fortificação composta por três baluartes, um meio baluarte e um redente, fosso e tenalha; e como obra exterior, um hornaveque. No interior da praça podemos observar que a cerca medieval ainda conserva, pelo menos, treze torres. Como dependências afectas à fortificação, o autor assinala a igreja matriz, a cisterna, o armazém, o quartel dos oficiais e duas outras dependências que se sabe serem de carácter religioso. O nível do detalhe desta planta é muito pormenorizado, sendo possível observar as canhoeriras, elemento que não surge representado em nenhum dos desenhos anteriores, o que atesta a qualidade do desenho e do autor. O autor, ainda que desconhecido, era, com toda a certeza, alguém com formação em Arquitectura e Engenharia Militar.

⁹⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_das_Laranjas

Plata da Praça de Juromenha
no seu Estado actual.
An. 1800.



Todos os perfis matraos q' obry novas q' seory
 freirbas
 No lugar x se levanta hum parapeto de fozas
 Com sua Canhoneira q' sendo de huma orientate
 grossura bate o porto da barca ainda que obbi
 Coarte equaire Com tiros orientay bate heu
 ma grande parte dal bra destacada q' cobre
 o bñabalde deul baraca de
 Todos estes perfis são das obras novas como
 se mostra na memoria enão são aqui
 incluidos outros muitos reparos

Ilustração nº 17 - Planta da Fortaleza de Juromenha, 1800, autor desconhecido

No ano de 1802, o Marquês de La Roziere, oficial francês de serviço em Portugal, foi encarregado de fazer uma inspeção às fronteiras, com o intuito de fazer um levantamento da situação defensiva de Portugal e examinar o estado e conservação das fortificações que as defendiam. Conrado Henrique de Niemeijer, tenente coronel do exército, participou nessa inspeção e executou um levantamento do terreno e planta da fortificação de Juromenha em Junho de 1803, como é referido na legenda que surge no canto inferior direito do desenho:

“Planta da Praça de Juromenha. Com o terreno adjacente e avenidas indefesas levantada por ordem do Ilmº e Exmº Senhor Marquês de Larozière, Tenente General e Inspector-Geral das Praças e Fortes da Fronteira e Costas Marítimas do Reino pelo Tenente-Coronel C. H. de Niemeijer. Feita no mês de Junho de 1803.”

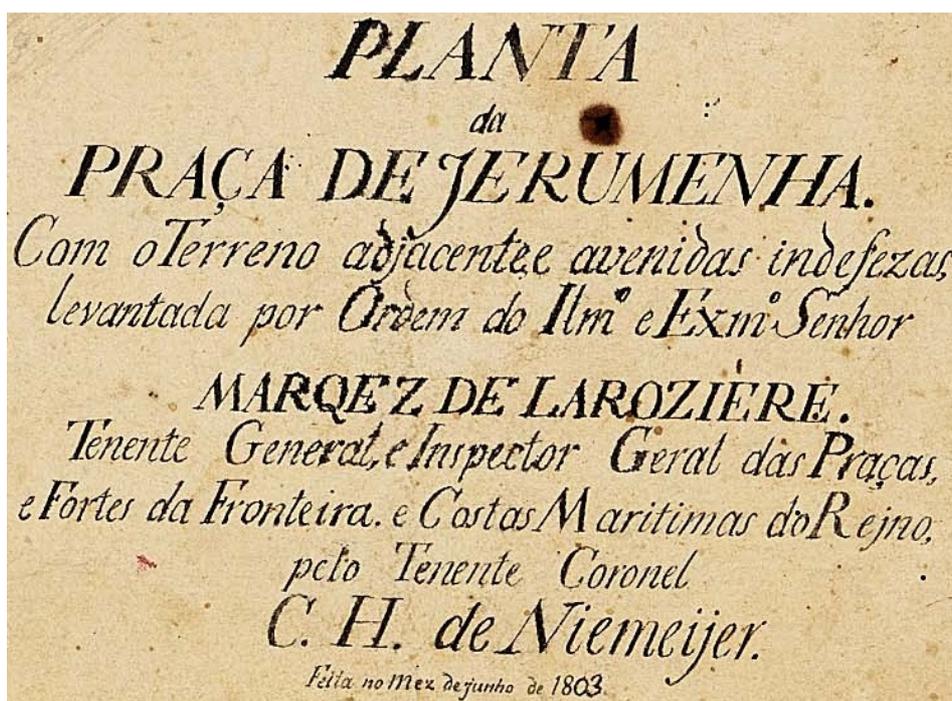


Ilustração nº 18 – Legenda relativa à planta de C. H. de Niemeijer

Uma vez mais, a estrutura da fortificação em nada se altera em relação aos desenhos anteriores. É sobretudo um levantamento do terreno, mas podemos observar a pequena obra exterior, em forma de coroa, o “entrancheiramento” que Lorenzo Possi e Gustave de Chermont representam nas suas plantas de Juromenha. Analisando estes dados, podemos concluir que essa pequena obra exterior, em 1803, ainda existia. Analisado ao pormenor, é um desenho de alta qualidade técnica, no qual é possível

observar o detalhe da execução, traduzido na representação das canhoneiras, na diferença cromática entre a construção medieval e a construção abaluartada (como Miguel Luís Jacob já havia feito em 1755), e na representação pormenorizada das dependências que compunham o restante corpo da praça.



Ilustração nº 19 – Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada por Conrado Henrique de Niemeyer, em 1803

Em 1807, a Fortaleza de Juromenha é representada pelo Marquês de Ternay, por ordem do Marquês de Alorna, general do exército e governador das armas do Alentejo à data. O Marquês de Ternay, de seu nome Charles-Gabriel d’Arsac de Ternay, foi um oficial francês que serviu no exército português, desde 1797, contratado por D. Maria I, até à data da sua morte, vindo a falecer em Portalegre, em 1813. Desde bastante jovem, demonstrou grande aptidão para o desenho, e durante a sua formação na Escola Militar de Paris, especializou-se no desenho de fortificações.⁹⁵

⁹⁵ http://fr.wikipedia.org/wiki/Charles-Gabriel_d%27Arsac_de_Ternay

O Marquês de Alorna, na verdade, 3º Marquês de Alorna, de seu nome Pedro José de Almeida Portugal, quando viu o aproximar da 1ª Invasão Francesa, em 1807, transferiu o seu quartel-general de Vila Viçosa para Elvas. Foi sobre a sua autoridade que se ultimou o Campo Entrincheirado de Elvas. Aumentou o perímetro da zona fortificada, promovendo a construção dos fortins de S. Mamede, S. Pedro e S. Lourenço e construiu ainda várias outras obras de fortificação. O Campo Entrincheirado de Elvas, projecto que começara ainda no século XVII aquando da construção inicial da praça-forte de Elvas, foi então terminado pelo Marquês de Alorna, por volta de 1809-1810.⁹⁶ Sendo Governador das Armas do Alentejo, certamente que lhe interessava saber e conhecer o estado das fortificações alentejanas, se estariam ou não em condições e preparadas para responder à eminente invasão. Neste sentido, o Marquês de Ternay deve ter sido incumbido de inspeccionar as fortificações do Alentejo, resultando daí este desenho.



Ilustração nº 20 - Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada pelo Marquês de Ternay, em 1807

⁹⁶ Nunes, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2005, págs. 37 e 38

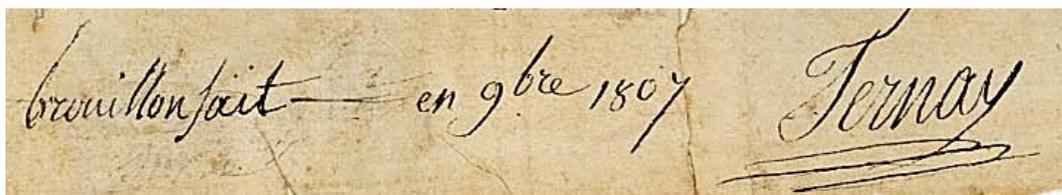
A close-up photograph of a handwritten signature on aged, yellowed paper. The signature is written in a cursive script and reads "Brouillon fait en 9bre 1807 Ternay". The name "Ternay" is written in a larger, more decorative hand and is underlined with three horizontal strokes.

Ilustração nº 21 – Pormenor da assinatura do Marquês de Ternay

Este desenho vem demonstrar, novamente, que a praça de Juromenha nenhuma alteração sofreu desde 1803. Apenas no que diz respeito a obras exteriores, foram acrescentados dois revelins a Norte, que não surgem representados nos desenhos anteriores. O Marquês de Ternay teve também o cuidado de distinguir as obras em pedras das obras em terra, pelo que é possível perceber que o Entrincheiramento representado por Lorenzo Possi e Gustave de Chermont, era na verdade de terra, não existindo hoje vestígios da sua existência.

Passados dez anos após a representação de Juromenha pelo Marquês de Ternay, em 1817, surgem aqueles que se podem considerar ser os primeiros desenhos técnicos da praça-forte. Estes desenhos foram executados pelo Major Manuel Joaquim Brandão do Real Corpo de Engenheiros, assistido pelos tenentes Paulino Maria Salvo e Joaquim Manuel Vidal, ambos pertencentes ao mesmo corpo. São uma série de plantas extremamente detalhadas da Fortaleza de Juromenha, acompanhadas pelos respectivos desenhos de perfil e respectiva legenda dos diferentes sectores e dependências, com a particularidade de nos fornecerem também os nomes dos baluartes.

PLANO DIRECTOR DA PRAÇA
DE
JEROMENHA.
Levantado pelo Major Manoel Joaquim Brandão,
e o 1.º T.º Paulino, e 2.º T.º Vidal, do R.º Corpo
d' Engenheiros.
Em 1817.

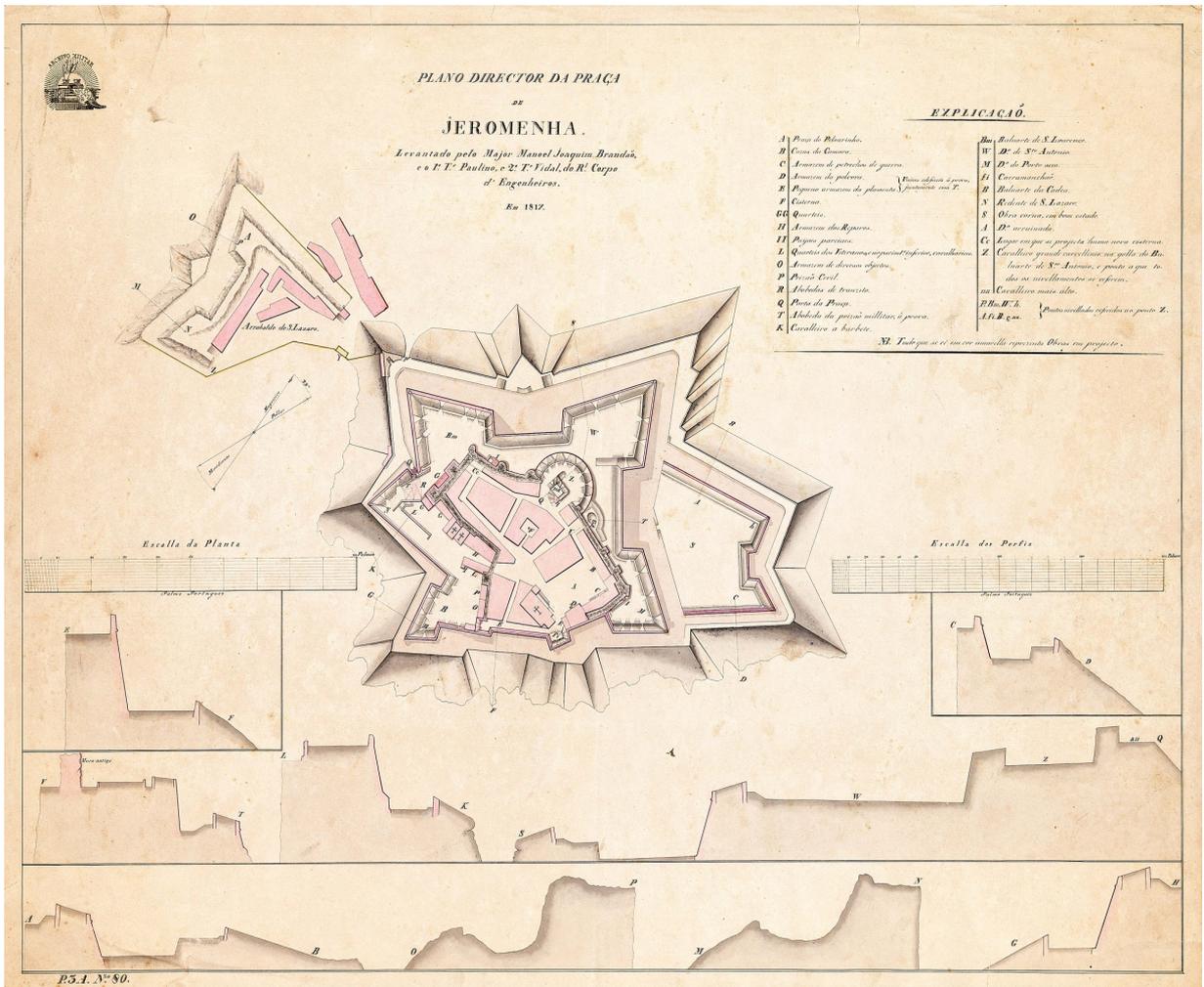
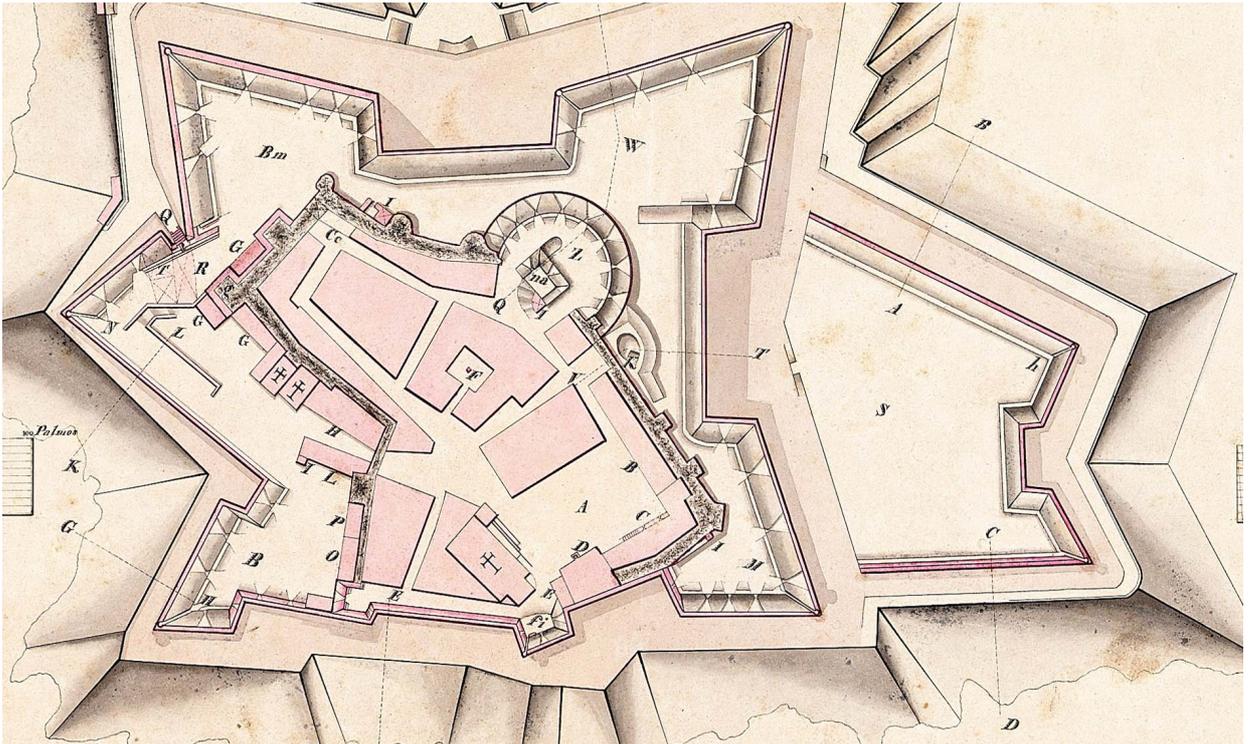


Ilustração nº 22 – Planta da Praça de Juromenha, com desenhos de perfil e explicação, executada pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em 1817



EXPLICAÇÃO.

<p>A Praça do Pelourinho.</p> <p>B Casas da Camara.</p> <p>C Armazem de petrechos de guerra.</p> <p>D Armazem da polvora.</p> <p>E Pequeno armazem da plamenta.</p> <p>F Cisterna.</p> <p>GG Quarteis.</p> <p>H Armazem dos Reparos.</p> <p>II Paçoes parciais.</p> <p>L Quarteis dos Veteranos e no parint. inferior, cavalharicos.</p> <p>O Armazem de diversos objectos.</p> <p>P Prizaõ Civil.</p> <p>R Abobedas de tranzito.</p> <p>Q Porta da Praça.</p> <p>T Abobeda da prizaõ millitar, à prova.</p> <p>K Cavalheiro a barbete.</p>	<p>Bm Baluarte de S. Lourenço.</p> <p>W D.º de S.º Antonio.</p> <p>M D.º do Porto secco.</p> <p>fi Carramauchão.</p> <p>B Baluarte da Cadea.</p> <p>N Redente de S. Lazare.</p> <p>S Obra corina, em bom estado.</p> <p>A D.º arruinada.</p> <p>Cc Lugar em que se projecta humo nova cisterna.</p> <p>Z Cavalheiro grande curvellinio na golla do Baluarte de S.º Antonio, e ponto a que todos os nivellamentos se referem.</p> <p>na Cavalheiro mais alto.</p> <p>P.Bm.W.h. } Pontos nivellados referidos ao ponto Z.</p> <p>A.fi.B.g.na. }</p>
---	---

N. Tudo que se vê em cor amarella representa Obras em projecto.

Ilustração n° 23 – Planta da Praça de Juromenha, com desenhos de perfil e explicação, executada pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em 1817

Para além das plantas e perfis, os engenheiros conceberam também um projecto de obras provisórias, à maneira de campo entrincheirado, que haveriam de se adicionar à fortificação mas que nunca chegou a ser executado.

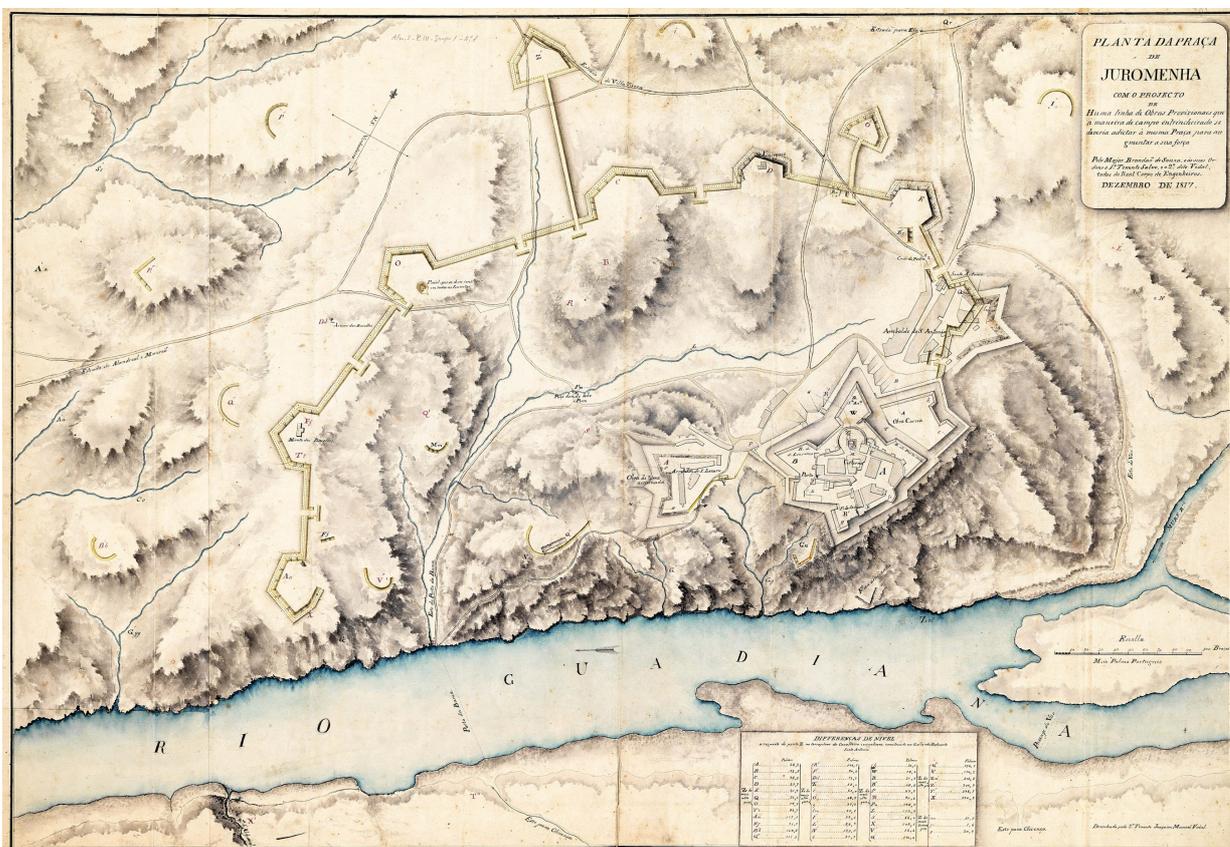


Imagem nº 24 – Planta da Praça de Juromenha, com projecto de obras exteriores provisórias que se haveriam de adicionar à fortificação, executado pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em Dezembro de 1817 (Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2051-2-18-26)

Estes desenhos são ricos em informação e importantíssimos para conhecer a praça-forte ao pormenor. A qualidade técnica e estética, ao nível do desenho geométrico, são notáveis, assemelhando-se em muito ao desenho técnico do século XX.

Depois de analisada a evolução da Fortaleza de Juromenha ao longo dos tempos, podemos agora fazer uma descrição mais pormenorizada e actualizada da fortificação. Assim, a Fortaleza de Juromenha compõe-se de duas cinturas de muralhas: uma interior correspondente ao castelejo, de planta poligonal irregular envolvida por outra, exterior, de tipo abaluartado, de planta irregular. A cintura abaluartada é constituída por: um baluarte de planta regular a Norte (Baluarte de S. António); um baluarte de planta

irregular a NE (Baluarte do Porto Seco ou de Elvas); um baluarte, também de planta irregular, a Sul (Baluarte da Cadeia); um redente a SO (Redente de S. Lázaro); e um meio baluarte a NO (Baluarte de S. Lourenço). A cintura abaluartada e circundada por um fosso e, a NE, defronte da cortina entre os baluartes de S. António e de Elvas, como obra exterior, encontra-se um hornaveque. O fosso é delimitado pelo caminho coberto, por sua vez, delimitado pela contra-escarpa em tenalha. A Oeste, como obra exterior, temos outra obra corna, em terra e faxina, localizada no Arrabalde de S. Lázaro. Ainda hoje se encontra lá, sendo possível observá-lo a partir duma vista aérea. A porta de entrada é em arco pleno encimada por frontão com vigia de sentinela. A fortificação interior é parcialmente constituída por troços da muralha do castelejo (lados NO., N. e NE.) com cubelos rectangulares ameiados e percorrida por caminho de ronda, sendo a restante parte abaluartada em estrela (SO., S. e SE.). No interior do recinto muralhado, permanecem praticamente intactos a igreja matriz e a prisão civil. Tudo o resto, desde cisterna, a paiol e quartéis encontra-se em ruínas e em avançado estado de degradação, como se verá no capítulo seguinte.

VI

Juromenha no século XX: decadência e futuro

No século XVIII, a Arquitectura Militar atingiu o seu ponto mais alto com a obra do Marquês de Vauban. Praticamente inexpugnáveis, era muito difícil conquistar uma praça-forte abaluartada bem guarnecida, tendo o Marquês de Vauban desenvolvido um sistema infalível de ataque a uma fortificação. Costumava-se dizer qualquer coisa parecida com: *“Praça cercada por Vauban, é praça conquistada!”*

Uma vez desenvolvido o sistema de ataque, Vauban tratou de conceber um outro sistema, de defesa, para o seu sistema de ataque, que consistia num aumento das obras exteriores (mais revelins e meias luas), posicionadas especifica e estrategicamente, influenciando de tal forma a Arquitectura Militar, que toda a fortificação feita a partir do século XVIII se passou a designar “à Vauban”. É comum encontrar-se, erradamente, em livros e artigos, as fortificações da Restauração como concebidas segundo o modelo de Vauban, o que seria de todo impossível uma vez que o Marquês de Vauban (1633-1707) era uma criança à data do início da guerra e só a partir da década de 70 do século XVII se começou a utilizar o seu método, generalizando-se apenas no século seguinte.

Em Portugal existe somente uma fortificação que é realmente “à Vauban”, e é o Forte da Graça, construído pelo conde de Lippe, em Elvas. Vauban foi realmente revolucionário para Arquitectura Militar mas, ao mesmo tempo, e de certa forma, acabou com o propósito para que serviam as fortificações. Ao desenvolver um sistema infalível de ataque e, seguidamente, conceber o sistema de defesa para o seu próprio ataque, tornou de tal maneira impossível a conquista das fortalezas que os exércitos inimigos preferiam esperar que os adversários saíssem da praça-forte e se batessem em campo aberto do que cercar e tentar conquistar uma fortaleza, o que fez com que as fortificações abaluartadas fossem perdendo a sua função ao longo dos tempos e vetadas ao esquecimento e ao abandono.

Em Portugal foi exactamente isso que aconteceu com as fortificações no geral, nomeadamente com as que foram construídas durante a Guerra da Restauração. No entanto existem excepções, felizmente. O conjunto de fortificações abaluartadas de Elvas ainda se mantém praticamente na sua totalidade e em bom estado de conservação, sendo Património Mundial da UNESCO. Relativamente a Juromenha, infelizmente, já não podemos dizer o mesmo.

Outrora considerada a Chave do Guadiana e importante praça-forte do Alentejo, Juromenha não conseguiu resistir ao abandono e esquecimentos progressivos a que foi sujeita ao longo da segunda metade do século XIX e de todo o século XX. Fustigada por vários incidentes, tanto humanos como catástrofes naturais, nomeadamente a explosão do paiol em 1659 e o terramoto de 1755, a Fortaleza de Juromenha já desde há muito apresentava danos consideráveis. À medida que o tempo foi passando, foi perdendo a sua função natural, sendo os desenhos e projecto do Major Manuel Joaquim Brandão, referentes, muito provavelmente, à última vez que se deu alguma importância significativa à praça-forte. Foi por volta dessa altura que terá começado a decadência da praça.

Transformando-se aos poucos numa ruína, foi totalmente abandonada em 1920. Ao contrário de outras fortificações em ruínas, situadas também em locais estratégicos, que foram recuperadas para diversas finalidades – como o caso do Forte de S. Miguel Arcanjo, na Nazaré, recuperado no início do século XX com a finalidade de albergar o farol – o ponto estratégico onde a Fortaleza de Juromenha se situava perdera toda a importância. Foi o que aconteceu, aliás, dum modo geral, com praticamente todas as fortificações raianas, especialmente as do tempo da Guerra da Restauração, possivelmente uma das razões para a Fortaleza de Juromenha ter caído no esquecimento.

A partir de 1950, a praça foi alvo de intervenções realizadas por parte da Direcção Geral dos Monumentos Nacionais, que se arrastaram, com vários intervalos, até 1996. É do conhecimento geral que grande parte destas intervenções da DGMN, não só em Juromenha mas também noutros monumentos em avançado grau de degradação, não foram as mais felizes, principalmente pelo uso abusivo de betão que fez com que muitas das estruturas perdessem um pouco da sua “identidade”. Logo em 1950,

procedeu-se à reconstrução de parte da muralha em alvenaria; consolidação de troços de muralha, da abóbada sobre a entrada do castelo e da porta principal; consolidação da torre de menagem e reconstrução de alguns degraus da escada de acesso; demolição de casebres e muros arruinados para limpeza da praça de armas e aproveitamento de pedra. Em 1966, procedeu-se à consolidação e restauro da entrada: apeamento de alvenarias, restauro do portal de cantaria, alvenaria hidráulica nas paredes laterais e rebocos no interior, reconstrução das abóbadas, isolamento com produto asfáltico e construção de pavimento de tijoleira no terraço; construção e assentamento da porta; consolidação da muralha abaluartada: alvenaria hidráulica em tapamento de rombos, arranque de ervas e arbustos, reparação e reconstrução das guaritas e colocação de mísulas; consolidação da muralha medieval: alvenaria hidráulica em tapamento de rombos, construção de taipa em consolidação de troços da muralha e refechamento de juntas, consolidação da torre de menagem e da escada de acesso à mesma; demolição de restos de estrutura junto à torre e à entrada para desobstrução da zona. Em 1970 procedeu-se à construção de alvenaria hidráulica em tapamento de rombos e consolidação de panos da muralha abaluartada; reparação das guaritas e construção de outra junto da entrada; refechamento de fendas e arranque de ervas nos panos de muralha; consolidação e refechamento de grande fenda longitudinal da torre de menagem; consolidação de um cunhal na muralha abaluartada; reconstrução de abóbada de alvenaria de tijolo em dependência junto da entrada; construção de alvenaria de taipa para reparação de panos de muralha e tapamento de rombos. Em 1982 procedeu-se à construção de alvenarias, construção de betão armado em lintéis, esteira de betão e lajetas cerâmicas, construção de porta.⁹⁷ Estas foram algumas das inúmeras intervenções realizadas, no entanto, insuficientes para travar o processo de degradação da fortificação. A Fortaleza de Juromenha é, nos dias de hoje, uma autêntica ruína.

Há muito que a Fortaleza de Juromenha necessita de obras de preservação. Vários projectos foram anunciados sem que nenhum tivesse sido concretizado. Em inícios do século XXI, por volta de 2004, foi apresentado um projecto para a recuperação e requalificação da fortificação, segundo um artigo publicado em 2008 no site www.Portalalentejano.com. O projecto consistia na transformação da fortaleza num complexo turístico, que abrangia a construção de uma pousada, restaurante panorâmico

⁹⁷ http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461

com instalações para acolher congressos, posto de turismo, lojas e 71 habitações de turismo em espaço rural. O projecto turístico, considerado “inédito” a nível nacional, previa um investimento de cerca de 20 milhões de euros, partilhado entre município e investidores privados. O presidente do município do Alandroal à data, João Nabais, foi um dos maiores defensores e impulsionadores do projecto. Segundo este, o projecto era inédito “... porque estamos a falar de um património do Estado, que nada fez e se sentiu impotente, ao longo de todos estes anos, para fazer, aparecendo agora um município, associado a um grupo privado, que o pretende recuperar”. O antigo presidente do município considerou ainda que o projecto, de “grande dimensão”, era importante para o desenvolvimento económico e social do concelho, permitindo também dar um “salto decisivo para reanimar a vila de Juromenha”.

Em precário estado de conservação, a Fortaleza de Juromenha é propriedade do Estado, que cedeu à autarquia, a título definitivo, a área interior, designada por “Castelo”, com 20.500 metros quadrados, para desenvolver o projecto turístico, beneficiando da recuperação do património. O projecto de reabilitação e salvaguarda da fortaleza iria obrigar, segundo João Nabais, à criação de uma empresa municipal de capitais mistos, com 51 por cento de capital do município e 49 por cento de investidores privados. Para a concretização do empreendimento, a empresa previa reunir os meios financeiros, sobretudo, através de fundos da União Europeia, ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).⁹⁸

No entanto, o projecto nunca foi para a frente. Sabe-se que um dos investidores privados era a Fundação Henrique Leote, a quem se deve o projecto, sendo possível visualizar o mesmo no conhecido site de visualização de vídeos Youtube.⁹⁹ O próprio instituidor da fundação, o empresário Henrique Leote, em 2011, fala do projecto em entrevista ao Canal Estremadura. Segundo as palavras do empresário, Juromenha é um local com muita potencialidade para a construção de um complexo turístico de luxo, especialmente a nível geográfico, devido à proximidade com a cidade de Badajoz e o

⁹⁸ <http://www.portalalentejano.com/fortaleza-de-juromenha-vai-ser-transformada-em-complexo-turistico-de-20-me/>

⁹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=L YEb3in208I>

fácil acesso a partir de Madrid ou Lisboa. Henrique Leote demonstra, nesta entrevista, manter o interesse no projecto, que apesar de não ter avançado, continua pendente.¹⁰⁰

Este é um dos vários projectos pendentes para a reabilitação da fortaleza. Em 2012, segundo o Diário do Sul, o município de Alandroal anunciou que Juromenha tinha já aprovado um plano de pormenor para um projecto multifacetado ligado ao Turismo e ao Património para quem quisesse investir. O anúncio foi feito na inauguração da exposição “*Juromenha: património e perspectivas*”, que mostrava projectos e intervenções que podiam ser feitos na fortaleza. Os trabalhos resultaram de uma parceria com o espaço de arquitectura Manuel Aires Mateus, elaborados por alunos de mestrado que colaboravam com este atelier. Um destes projectos foi agraciado com o prémio SECIL de Arquitectura de 2012.¹⁰¹

No entanto, ainda nenhum destes projectos foi para a frente, como confirma a actual presidente do município do Alandroal, Mariana Chilra. Em entrevista dada à Rádio Campanário, no dia 28 de Janeiro de 2015, a presidente do município afirmou que:

“Juromenha já aqui teve vários projectos. Há vários anos houve um projecto que era o PAJUR (Programa de Fortalecimento da Autonomia Económica e Social da Juventude Rural) que previa várias acções para a recuperação da fortaleza. Entretanto houve interesse por parte de privados, havia um acordo para que se fizesse a requalificação do espaço do interior da Fortaleza de Juromenha. Tem havido alguns contratemplos e problemas que não acompanhei porque estamos a falar do anterior mandato, de há dez anos a esta parte. Voltámos agora a falar com esses investidores para que no informem com muita clareza se estão ou não na disposição de manter o projecto e de avançarem com ele. Estamos a aguardar, o que nos foi dito foi que mais tarde fariam um contacto uma vez que é uma altura complicadas para todos, para se avançar com determinado tipo de investimentos, mas gostaríamos muito de ver Juromenha recuperada, a fortaleza devidamente tratada, porque é um património que não queríamos que se perdesse pela riqueza, não só histórica, mas a todos os níveis que ela tem. Sabemos que é um projecto ambicioso, está em causa muito dinheiro, estamos

¹⁰⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=uJx0br65VuA>

¹⁰¹ https://www.youtube.com/watch?v=wMdDsnz_xok

a falar de muitos milhões de euros para a recuperação daquele espaço, mas Juromenha merecia isso pela beleza da terra, com uma paisagem espectacular, e temos hoje a noção de que Juromenha é uma das localidades do concelho que mais é visitada, e portanto merecia que fosse devidamente acompanhada e que fosse melhor tratada, gostaríamos que fosse preservada e valorizada a fortaleza que ali temos e a terra em si.”

Esta entrevista é bastante esclarecedora. A Fortaleza de Juromenha continua à espera de alguém que invista na sua recuperação e preservação. Como é referido na entrevista, o maior entrave à sua reabilitação prende-se com a questão financeira, problema bastante comum e frequente nos dias de hoje devido à actual conjuntura económica. Com o “boom” que Portugal teve nos últimos anos a nível turístico, neste momento é uma área de investimentos que se encontra, de certa forma, saturada, coisa que não acontecia há cerca de 10 anos a esta parte. Creio que esse poderá ser um dos receios dos investidores neste momento. Para se investir são necessárias garantias de sucesso e de retorno desse mesmo investimento e, com a quantidade de oferta que existe a nível turístico hoje em dia, essas garantias não podem ser asseguradas. Enquanto tal não acontece, a fortificação continua a degradar-se cada vez mais. Actualmente, a Fortaleza de Juromenha encontra-se no seguinte estado:



Entrada (foto do autor, 2015)



Interior da fortificação (foto do autor, 2015)



Interior da fortificação (foto do autor, 2015)



Muralhas do castelo (foto do autor, 2015)



Muralhas do castelo (foto do autor, 2015)



Interior da fortificação (foto do autor, 2015)



Baluarte de S. Lourenço (foto do autor, 2015)



Baluarte da Cadeia (foto do autor, 2015)



Baluarte de S. António (foto do autor, 2015)



Cortina entre os baluartes de S. António e S. Lourenço (foto do autor, 2015)



Vista geral da fortaleza, a Sudoeste (foto do autor, 2015)



Vista geral da fortaleza, no sopé da encosta, junto ao rio Guadiana (foto do autor, 2015)

É este o cenário que se pode encontrar hoje em dia, em Juromenha. Um cenário desolador e de devastação, com tendência a piorar. No estado em que se encontra a fortificação, é urgente que se avance para obras de reabilitação, ou corre-se o risco de, mais dia, menos dia, não se conseguir recuperar o que quer que seja da fortificação.

O futuro da Fortaleza de Juromenha, embora não se revele muito auspicioso permanece, para já, em aberto.

Conclusão

O estudo da Arquitectura Militar em Portugal enquanto disciplina integrante da História da Arte está ainda, de certa forma, a dar os seus primeiros passos. Existem ainda muitas lacunas históricas acerca das fortificações portuguesas, especialmente sobre as que foram construídas ao longo do século XVII, durante a Guerra da Restauração. Perguntas como: quem fez o quê? Quem estava a trabalhar em determinada fortificação a um dado momento? Quem começou e quem acabou determinada fortificação? Quem projectou determinada fortificação? Estas são algumas das questões que se põem e para as quais se procuram respostas para melhor se tentar conhecer e compreender a arquitectura militar seiscentista portuguesa.

O presente estudo teve o objectivo de tentar responder a algumas dessas questões, relativas à Fortaleza de Juromenha. Localizada junto ao rio Guadiana e à fronteira com Espanha, Juromenha foi, desde sempre, um ponto geoestratégico de grande relevo. E desde a sua fundação, que remonta ao tempo dos Romanos, nunca deixou de ser um local fortificado. A partir dos dados analisados, Juromenha foi fundada por Júlio César, que logo tratou de a fortificar, construindo uma muralha, que segundo alguns autores, estará na génese do nome do lugar (*Julli – Moenia ‘Muralhas de Júlio’*). Mais tarde, durante a ocupação muçulmana da Península Ibérica, foi construído no mesmo local um forte, tornando-se Juromenha (*Al-Julumanya* em árabe) um importante posto avançado de defesa da cidade de Badajoz.

A ocupação árabe de Juromenha terá durado cerca de três séculos. Foi conquistada aos mouros durante o reinado de D. Afonso Henriques, por volta de 1166, pelo cavaleiro Geraldo Geraldês “O Sem-Pavor”. Haveria de passar novamente para à posse dos mouros até ser definitivamente reconquistada por volta de 1242. No século XIV, Juromenha recebe carta de foral por ordem do rei D. Dinis. É também por ordem de D. Dinis que se procede à reconstrução e ampliação do castelo, que passou a ser um dos mais imponentes da região alentejana. Esse mesmo castelo haveria de ser representado por Duarte de Armas, em 1509, no seu “*Livro das Fortalezas*”, resultado da viagem de inspecção às fortificações que efectuou a mando do rei D. Manuel.

No século XVII, Juromenha destacou-se durante as campanhas da Restauração. Esse foi o ponto mais relevante desta dissertação e a fortificação abaluartada que ali foi construída constituiu o seu objecto de estudo. No capítulo referente à história da fortificação moderna e da sua construção chegou-se a importantes conclusões e encontrou-se resposta para algumas das questões postas anteriormente. A mais relevante e significativa prende-se com a autoria da fortificação. Atribuída a Nicolau de Langres, engenheiro francês activo em Portugal entre os anos de 1644 e 1661, chegou-se à conclusão que a Fortaleza de Juromenha, afinal, não é obra sua. Depois de analisada a documentação referente à construção da fortificação, nomeadamente as *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, conseguimos provar inequivocamente que o autor da Fortaleza de Juromenha não é outro senão o mais importante engenheiro militar que trabalhou ao serviço da coroa portuguesa durante as campanhas da Restauração, o padre jesuíta flamengo João de Cosmander.

Este foi, creio, o maior contributo desta dissertação para o conhecimento global acerca, não só da Fortaleza de Juromenha, mas também da arquitectura militar portuguesa do século XVII no geral.

A análise da cartografia referente à fortificação, nos séculos XVIII e XIX, revelou-se bastante esclarecedora no que diz respeito às alterações que a Fortaleza de Juromenha sofreu ao longo desses dois séculos. Na verdade, a cartografia demonstrou que a fortificação sofreu muito poucas alterações ao longo desse período. E as poucas alterações que sofreu foram ao nível de obras exteriores; o corpo principal da fortaleza manteve-se inalterável até aos dias de hoje.

Condenada ao abandono a partir de 1920, a Fortaleza de Juromenha entrou numa espiral de ruína e decadência que perdura até aos dias de hoje. No início do século XXI, por volta de 2004, mostrou-se interesse na reabilitação da fortificação, por parte da autarquia do município e de investidores privados. Chegou mesmo a ser apresentado um projecto de grande envergadura para a transformação da fortaleza num complexo turístico de luxo mas este nunca chegou a executar-se. No entanto, o projecto não foi descartado, continua pendente, mas o interesse esmoreceu-se. Outros projectos foram apresentados posteriormente, focados também na área do Turismo, e existe vontade por parte do município em avançar para a reabilitação e preservação da fortificação mas,

infelizmente, o município não tem recursos financeiros para avançar sozinho com um projecto. É sempre necessário investimento privado. Enquanto tal não acontece a Fortaleza de Juromenha continua a degradar-se cada vez mais ao ponto de, mais dia, menos dia, não existir o que quer que seja para reabilitar ou preservar.

Existem vários estudos e monografias acerca de outras fortificações portuguesas mas ainda não existe nenhuma acerca de Juromenha e da sua fortificação, o que é uma grande falha a nível histórico. A Fortaleza de Juromenha é uma das fortificações mais bonitas do Alentejo, enquadrada numa paisagem espectacular, da qual é possível observar Olivença; é rica em História; mantém ainda a sua estrutura abaluartada em relativas boas condições, em contraponto com a degradação do seu interior; e desempenhou um papel de grande relevo durante a Guerra da Restauração, sendo uma das fortificações mais importantes da história militar portuguesa do século XVII. Por todas estas razões e mais alguma, a Fortaleza de Juromenha já merecia uma monografia onde fosse relatada a sua história. Foi esse o principal objectivo desta dissertação.

Bibliografia

ALMEIDA, General João de, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, 1946, Lisboa

ALMEIDA, General João de, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas*, Editorial Império, 1943, Lisboa

ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, 1997, Lisboa

BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano, *Nova História Militar de Portugal*, Círculo de Leitores, 2003-04, Lisboa

BUCHO, Domingos, *Métodos e Escolas de Fortificação abaluartada em Elvas*, Edições Colibri, 2010, Lisboa

COELHO, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, Vol. I, Academia Portuguesa da História, 1940, Lisboa

COELHO, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João VI e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. II, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa

COELHO, P. M. Laranjo, *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. III, Academia Portuguesa de História, 1940, Lisboa

COELHO, P. M. Laranjo, *Cartas de El-Rei D. João IV para diversas autoridades do Reino*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1940

CORREIA, Fernando Branco, *Intervenção Arqueológica no Castelo de Juromenha: primeiros resultados*, in *Arqueologia Medieval*, Vol.I, Edições Afrontamento, 1992, Porto

CORREIA, Fernando Branco, *Materiais da Época Visigótica em Juromenha*, in, *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Institut d'Estudis Catalans em associação com a Universitat de Barcelona e a Universidade Nova de Lisboa, 1995, Barcelona

CORTESÃO, Armando, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol. I, 1960, Lisboa

COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continetal e Insular*, Vol. VII, 1940

ERICEIRA, Conde de, *História de Portugal Restaurado*, Vol. I, nova edição, anotada e prefaciada por Dória, António Álvaro, Livraria Civilização Editora, 1945, Porto

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, Nº IX, I Vol., 1978, Lisboa

FITAS, Ana Paula, *Olivença e Juromenha – uma história por contar*, Edições Colibri, 2007, Lisboa

GIL, Júlio, *Os Mais Belos Castelos e Fortalezas de Portugal*, Editorial Verbo, 1986, Lisboa

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vol. VI, Editorial Enciclopédia LDA, 1981, Lisboa/Rio de Janeiro

LANGRES, Nicolau de, *Desenhos das Praças Portuguesas*, B.N.P., 1661

LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874, Lisboa

LOBO, Francisco Sousa, *A Defesa Militar do Alentejo*, in, Revista Monumentos, Nº 28, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, Lisboa

MACIEL, Manuel Justino Pereira e Maciel, Tarcísio Daniel Pereira, *Novas Inscrições Romanas de Elvas e Juromenha* in Separata do Ficheiro Epigráfico nº 15, 1985, Coimbra

MATTOSO, José, *História de Portugal - A Monarquia Feudal*, Vol.II, Círculo de Leitores, 1993, Lisboa

MATTOS, Gastão de Mello e, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Publicações da Comissão de História Militar, 1941, Lisboa

Monumentos, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, Nº 28, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos, 2008, Lisboa

MOREIRA, Rafael, «Arquitectura Militar», *História da Arte em Portugal - O Maneirismo*, Dir. Vítor Serrão, Publicações Alfa, 1986, Lisboa

MOREIRA, Rafael, «Do Rigor Teórico à Urgência Prática: A Arquitectura Militar», in, *História da Arte em Portugal - O Limiar do Barroco*, dir. Carlos Moura, Publicações Alfa, 1986, Lisboa

MOREIRA, Rafael, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, 1989, Lisboa

NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidoscópio, 2005, Casal de Cambra

PEREIRA, Gabriel, *Estudos Eborenses – Os Estudantes*, Minerva Eborensis, 1893, Évora

PERES, Damião, *História de Portugal – Edição Monumental*, Vols. I, II e V, Portucalense Editora, 1928, Barcelos

PERES, Damião, *A Gloriosa História dos Mais Belos Castelos de Portugal*,
Portucalense Editora, 1969

PIMENTA, Alfredo, *Duarte de Armas e o seu Livro das Fortalezas*, Livraria Portugália,
1944, Lisboa

PIMENTEL, Luís Serrão, *Methodo Lusitanico de Desenhar as Fortificações das Praças
Regulares e Irregulares* (1ª edição de 1680), Direcção da Arma de Engenharia, 1993,
Lisboa

RACZYNSKI, Conde Athanasius, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, 1847,
Paris

RUBIO, Carlos Sánchez, RUBIO, Rocio Sánchez, e NÚÑEZ, Isabel Testón, “*El Atlas
Medici de Lorenzo Poggi, 1687 – “Piante d’ Estremadura, e di Cataloogna”*”, 4 Gatos,
Badajoz, 2014, págs. 19 a 27

SALES, Padre Ernesto Augusto Ferreira, *O Conde de Lippe em Portugal*, Comissão de
História Militar, 1937, Vila Nova de Famalicão

VITERBO, Francisco de Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos,
Engenheiros e Construtores Portugueses ou A Serviço de Portugal*, Vols.I,II e III,
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, Lisboa

ZBYSZEWSKI, G., *A Estação Paleolítica de Monte Branco* in *Actas das II Jornadas
Arqueológicas*, Vol.I, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1972, Lisboa

Referências On-Line

<http://www.arqnet.pt/exercito/laranja5.html>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_das_Laranjas

http://fr.wikipedia.org/wiki/Charles-Gabriel_d%27Arsac_de_Ternay

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4461

<http://www.portalalentejano.com/fortaleza-de-juromenha-vai-ser-transformada-em-complexo-turistico-de-20-me/>

<https://www.youtube.com/watch?v=LYEb3in208I>

<https://www.youtube.com/watch?v=uJx0br65VuA>

https://www.youtube.com/watch?v=wMdDsnz_xok

Lista de Ilustrações

Ilustração nº 1 (pág. 21) – Planta do castelo de Juromenha executada por Duarte de Armas, em 1509 (retirado de: Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997)

Ilustração nº 2 (pág. 22) – Vista de Juromenha, a Norte, executada por Duarte de Armas, em 1509 (retirado de: Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997)

Ilustração nº 3 (pág. 23) – Vista de Juromenha, a Sul (retirado de: Armas, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, fac-simile do ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com introdução de Castelo Branco, Manuel da Silva, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1997)

Ilustração nº 4 (pág. 49) - Planta da Praça de Juromenha executada por Nicolau de Langres, em 1657 (Retirada de: Langres, Nicolau, *Desenhos das Praças Portuguesas*, 1661, Arquivo Digital da B.N.P., cod-7445)

Ilustração nº 5 (pág. 51) – Planta da Praça de Juromenha executada por João Nunes Tinoco, em 1663 (Retirada de: Matos, Gastão de Melo, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Comissão de História Militar, Lisboa, 1941)

Ilustração nº 6 (pág. 52) - Planta de Juromenha, Lorenzo Possi, “*Piante d’ Estremadura, e di Cataloogna*”, 1687 (Retirada de: Rubio, Carlos Sánchez, Rubio, Rocio Sánchez, e Núñez, Isabel Testón, “*El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687 – “Piante d’ Estremadura, e di Cataloogna*”, 4 Gatos, Badajoz, 2014)

Ilustração nº 7 (pág. 53) - Planta de Juromenha, Lorenzo Possi, 1667, Archivo General de Simancas (retirado de: Rubio, Carlos Sánchez, Rubio, Rocio Sánchez, e Núñez, Isabel Testón, “*El Atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687 – “Plante d’ Estremadura, e di Cataloogna”*”, 4 Gatos, Badajoz, 2014)

Ilustração nº 8 (pág. 54) - Planta de Juromenha, autor e data desconhecidos, Arquivo Histórico Militar, cota: PT-AHM-DIV-3-47-AH3-7-3728-7

Ilustração nº 9 (pág. 59) – Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada por Miguel Luís Jacob, em 1755, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2069 – 2 – 18 - 26

Ilustração nº 10 (pág. 60) – Legenda relativa à planta de Miguel Luís Jacob

Ilustração nº 11 (pág. 61) – Planta da Praça de Juromenha executada por Pierre Robert de Bassenond, em 1763, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2064 – 2 – 18 – 26

Ilustração nº 12 (pág. 62) – Legenda relativa à planta de Pierre Robert de Bassenond

Ilustração nº 13 (pág. 63) – Planta da Praça de Juromenha executada por Gustave de Chermont, em 1763 Arquivo Histórico Militar, Cota: PT-AHM-DIV-3-47-AH3-5-18433

Ilustração nº 14 (pág. 64) – Legenda relativa à planta de Gustave de Chermont

Ilustração nº 15 (pág. 65) - Cópia da planta executada por Gustave de Chermont, autoria e data desconhecidas, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2065-2-18-26

Ilustração nº 16 (pág. 65) – Legenda relativa à cópia da planta de Gustave de Chermont

Ilustração nº 17 (pág. 68) - Planta da Fortaleza de Juromenha, 1800, autor desconhecido Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2060-2-18-26

Ilustração nº 18 (pág. 69) – Legenda relativa à planta de C. H. de Niemeijer

Ilustração nº 19 (pág. 70) – Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada por Conrado Henrique de Niemeyer, em 1803, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2062-2-18-26

Ilustração nº 20 (pág. 71) - Levantamento do terreno e planta da Praça de Juromenha executada pelo Marquês de Ternay, em 1807, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2072-2-18-26

Ilustração nº 21 (pág. 72) – Pormenor da assinatura do Marquês de Ternay

Ilustrações nº 22 e 23 (págs. 73 e 74) - Planta da Praça de Juromenha, com desenhos de perfil e explicação, executada pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em 1817, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2033-2-18-26

Ilustração nº 24 (pág. 75) – Planta da Praça de Juromenha, com projecto de obras exteriores provisórias que se haveriam de adicionar à fortificação, executado pelo Major Manuel Joaquim Brandão, em Dezembro de 1817, Direcção de Infra-estruturas do Exército, Cota: 2051-2-18-26